



**João Victor Pinto Dutra**

**Matryoshka Putina:  
masculinidades, segurança e fronteiras  
na Rússia**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Monica Herz

Rio de Janeiro  
março de 2015



**João Victor Pinto Dutra**

**Matryoshka Putina: masculinidades,  
segurança e fronteiras na Rússia**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof.<sup>a</sup> Monica Herz**

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. João Pontes Nogueira**

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Prof. Fabiano Pellin Mielniczuc**

ESPM e UniRITTER

**Prof.<sup>a</sup> Monica Herz**

Coordenadora do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 23 de Março de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor ou do orientador.

**João Victor Pinto Dutra**

O autor é graduado em Ciências Sociais, pela UFRJ, em 2013 e em Relações Internacionais, pelo Ibmecc-RJ, em 2012.

#### Ficha Catalográfica

Dutra, João Victor Pinto

Matryoshka Putina: masculinidades, segurança e fronteiras na Rússia / João Victor Pinto Dutra ; orientadora: Monica Herz. – 2015.

156 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2015.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Gênero. 3. Comunidade política. 4. Segurança. I. Herz, Monica. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD:327

## Agradecimentos

Agradeço ao empenho da orientação da prof.<sup>a</sup> Monica Herz, que sempre cobrou mais clareza e rigor na escritura da dissertação; à PUC-Rio e às pessoas que trabalham no Instituto de Relações Internacionais; e a CAPES, pela possibilidade de manutenção do estudante na universidade;

A Tatiana Moura, que acompanhou desde o início a multiplicação das idéias e incertezas;

A minha companheira Catherina, por dividir as mesmas agruras de estar no mestrado;

E aos colegas que participaram desses intensos dois anos de minha vida, Luisa, De Rosa e Raduan, além daqueles que direta ou indiretamente compartilharam das angústias e desafios de estar aos finais de semana numa biblioteca.

## Resumo

Dutra, João Victor Pinto; Herz, Monica. **Matryoshka Putina: masculinidades, segurança e fronteiras na Rússia.** Rio de Janeiro, 2015, 156p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As mudanças ocorridas na Rússia desde a eleição de Vladimir Putin são marcantes tanto nas esferas materiais como simbólicas. No plano sociológico é possível observar o aparecimento de uma masculinidade hegemônica e hipermasculina, que estabelece uma hierarquia e ordem na sociedade. Assim, é importante o questionamento sobre quais alicerces a política se sustenta e em que medida essas relações se articulam tendo em vista a criação de uma determinada ordem social produzida que marginaliza, exclui e hierarquiza. Desta maneira, o Estado como prática das relações de poder constrói dicotomias e espaços de autorização e exclusão que, em última instância são condições de possibilidade da agência política. Com as Revoluções Coloridas, a possibilidade de uma “intervenção estrangeira” por dentro do regime transformou-se numa paranoia constante. O ocidente, então aparece como um espaço moral de ameaças e perigos; mais que isso, aceitar e defender um estilo de vida ocidental torna-se um exemplo de anti-patriotismo e objeto da definição de limites tanto internos como externos. Nesse sentido, podemos estabelecer uma relação entre a formulação da Política Externa/política externa no estabelecimento de ameaças e perigos para uma determinada narrativa sobre a Rússia. Por isso, a matryoshka é uma figura excepcional: bonecas que definem as fronteiras uma das outras sucessivamente, mas que sempre guardam alguma coisa dentro de si. A ascensão de Vladimir Putin e as narrativas políticas que lhe são capilarizadas perpassam necessariamente questões sociais e políticas essenciais para as Relações Internacionais: segurança e perigo, interno e o externo, autoridade e exclusão.

## Palavras-chave

Gênero; comunidade política; Segurança.

## Abstract

Dutra, João Victor Pinto; Herz, Monica (advisor). **Matryoshka Putina: masculinities, security and bordering in Russia.** Rio de Janeiro, 2015. 156p. MSc. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The changes in Russia since Vladimir Putin's election are striking both in material and symbolic spheres. In sociological level one can observe the emergence of a hegemonic masculinity and hypermasculine establishing a hierarchy and order in society. It is therefore important to question about how the political foundation is sustained and to what extent these relations are articulated to creating a certain social order that marginalizes, excludes and hierarchizes. In this way, the state as a practice of power relations and dichotomies produces spaces of exclusions that ultimately are conditions of possibility of political agency. With the Coloured Revolutions, the possibility of a “foreign intervention” inside Russia was transformed in a constant paranoia. The West, then appears as a moral space of threats and dangers; more than that, accept and defend a Western lifestyle becomes an example of anti-patriotism and object of the definition of both internal and external limits. In this sense, we can establish a relationship between the formulation of foreign / foreign policy in the establishment of threats and dangers for a particular narrative about Russia. Therefore, the matryoshka is an exceptional figure: dolls that define the boundaries of the other successively, but always keep something inside. The rise of Vladimir Putin and political narratives necessarily permeate social issues and key policies for International Relations: safety and danger, internal and external, authority and exclusion.

## Keywords

Gender; political community; Security.

## Sumário

1	Introdução	11
1.2	Delimitação do objeto	13
1.3	Hipótese	15
1.4	Objetivo geral:	16
1.5	Objetivo específico	16
1.6	Estrutura dos capítulos	16
2.	Qual Política Externa?	19
2.1	Política Externa/política externa	20
2.2	Para repensar a Política Externa	22
2.3	Inclusão, exclusão e exceção	29
2.4	Diferença e perigo	32
2.5	Identidade, segurança e lealdade	37
2.6	O Sujeito da Segurança	43
3.	Do gênero à subjetividade	46
3.1	Estado da disciplina: feminismo/feminismos nas Relações Internacionais	47
3.2	Masculinidades e masculinidade hegemônica	50
3.3	Masculinidade hegemônica nas Relações Internacionais	53
3.4	Nacionalismo e Patriotismo: criando sujeitos, sexualizando o estado e a nação	57
3.4.1	Patriotismo, nacionalismo e feminismo	59
3.5	Putin e a subjetividade: formas de corporificação do corpo da nação	67
4.	Narrativas sobre Rússia, segurança e ocidente	71
4.1	Leituras ocidentalistas e eslavofilistas	72
4.2	Transição: Perestroika e Yeltsin	76
4.3	Problema/escritura da segurança	79
4.3.1	Os anos 2000	81
4.4	Alargamento da OTAN e UE	85
4.5	O inimigo vive aqui	87
4.6	Nacionalismo na Rússia	93
4.7	O problema do problema da identidade: o outro, o ocidente e a Europa na produção da diferença	102

5. Masculinidades, Putin e poder	108
5.1 Gênero e masculinidades na URSS	109
5.2 Gênero e masculinidades na transição democrática: crise e ruptura?	115
5.2.1 Estudos de Gênero pós-URSS	117
5.2.2 Crise econômica e rearranjos familiares: e o homem provedor?	119
5.2.3 Masculinidades militarizadas: performances nas guerras da Chechênia	121
5.3 Gênero e masculinidades durante o período Putin: o controle sobre sexo e gênero	122
5.3.1 Revalorização do muzhik	126
5.3.2 Promoção de valores tradicionais russos: “Não somos contra os gays, a Rússia tem problemas demográficos”	128
5.3.3 Mantendo a ordem social contra a “ocidentalização”	131
5.3.4 “One like Putin, full of strength/One like Putin, who won't be a drunk”: Poder e legitimação, do corpo do indivíduo ao corpo político	135
6. Considerações finais	143
7. Referências Bibliográficas	148



## Lista de figuras

Figura 1: masculinidades e RI

58

## Lista de quadros

Quadro 1: taxa de crescimento populacional anual

127

# 1 Introdução

Por que escolher a Rússia e porque o período dos mandatos de Vladimir Putin? Ter escolhido as transformações sociais vividas na Rússia a partir dos anos 2000 – e num espectro mais amplo, como produto dos fatos acontecidos durante a década de 1990 – implica em, por um lado, admitir a especificidade do caso russo, em que diante da quase iminência da falência estatal, em poucos anos tenha conseguido recuperar um certo nível de desenvolvimento e capacidades militares, principalmente pautados pelos ganhos com a exportação de petróleo e gás. Por outro lado, é também relevante a mudança das relações russas com o ocidente, no que diz respeito ao alinhamento observado no primeiro mandato de Bóris Yeltsin e que foi aos poucos se tornando lugar de crises e tensões, localizando-o como uma ameaça. Outros períodos históricos da Rússia ou da União Soviética seriam igualmente exemplares e ricos em relação a essa interação entre segurança e gênero. No entanto, a contemporaneidade desses eventos e as recentes implicações que vemos nos últimos conflitos no leste europeu, fazem um tempo e um espaço de disputas sobre uma narrativa verdadeira e oficial.

A despeito de uma “russologia” herdada das representações ocidentais da União Soviética, cremos que esta década assistiu, ao contrário das previsões evolucionistas de Francis Fukuyama – ou pelo menos daqueles mais otimistas nos anos de 1990 e início dos 2000 – a um reaparecimento das forças conservadoras que contestam veementemente a validade da promoção dos Direitos Humanos, bem como o ódio à Democracia. Por toda parte (res)surgem estereótipos e construções fantasiosas sobre minorias, sejam elas sexuais, raciais ou políticas, comandados por líderes que usam uma roupagem contemporânea para idéias supostamente enterradas nos séculos passados. Olhar o caso russo como uma oposição a um suposto desenvolvimento normativo dos Direitos Humanos no ocidente é incorrer na mesma dicotomia que sustenta a visão de mundo daqueles que apoiam a autoridade de Putin na Rússia e alimentar ainda mais esse processo delimitador e excludente da comunidade política russa. Antes de tudo, esta janela aberta por movimentos nacionalistas e tradicionalistas parece ser um fenômeno global que ocorre desde os países escandinavos, como no caso norueguês em que se discute a restrição da imigração, até na França com o crescimento do Front Nationale, de

Marine Le Pen, casos clássicos da problemática da definição da comunidade política. Assim, colocar a Rússia como um caso distante dessa realidade global é pensar fora de uma ética capaz de politizar os distanciamentos e a diferença.

Portanto, para o caso estudado, acreditamos que essas transformações estão diretamente relacionadas com as performances pela busca de uma masculinidade hegemônica, caracterizada principalmente por sua performance hipermasculina. Sem olhar para as relações de gênero, uma análise desse período se esvazia dos significados objetivos e subjetivos de uma política que define e limita desde o Estado, e daquilo que se imagina dele, às formas de relação e interação social, fundamentalmente machistas, misóginas e homofóbicas e não percebe as dinâmicas que atingem os indivíduos no seu cotidiano, no dia-a-dia; antes de tudo, a política internacional não está somente localizada nos grandes salões dos Ministérios de Relações Exteriores, mas implica, principalmente num processo de inculcação e disciplinarização constantes dos indivíduos que extrapola a compreensão em oposições da modernidade: ela produz subjetividades. Por isso, pareceu-nos mais conveniente compreender este fenômeno sob a ótica do pós-estruturalismo e do feminismo.

Com isso, é impossível compreender as transformações ocorridas se não olharmos para a legitimação do poder inscrita diretamente no corpo de Vladimir Putin. Centramos a transformação em Putin porque, apesar da sua saída da presidência entre 2008 e 2012, quando se tornou primeiro-ministro, permaneceu o personagem central desse entrelaçamento entre poder e gênero, não obstante alguma discussão sobre a autonomia de Medvedev em relação a Putin, que não é, de forma alguma, o foco deste trabalho.

Com a ascensão de Vladimir Putin, muito tem sido escrito sobre as maneiras de legitimação e representação de sua masculinidade, que serviria de modelo para os homens russos (mas também se desenvolve num modelo global, uma vez que mundialmente Putin é reconhecido como um homem ideal tanto para outros homens como para mulheres), além de informar um ideal de mulher russa. Neste trabalho, por conseguinte, focaremos na construção de masculinidades, sem deixar de lado o modo relacional que se estabelece diante de feminilidades e outras identidades de gênero subalternas. Mas também, uma extensa literatura é escrita sobre as (tensas) relações entre ocidente, ou a Europa e os Estados Unidos, e a Rússia.

Em grande medida, tanto a literatura sobre gênero e sobre a Política Externa costumam separar a política doméstica da política internacional. Aquelas que trabalham com gênero, geralmente se subscrevem à masculinidade hegemônica como ferramenta da manutenção do poder por Putin, como o maior candidato à presidência, que usa ostensivamente da mídia e da publicitação de sua imagem como um instrumento de monopólio do que é ser homem e de como o homem russo deve se comportar. Ao passo que a literatura sobre Política Externa lida com os interesses nacionais e capacidades como se fossem dados objetivos da realidade, e quando não desconsideram o espaço doméstico, fazem-no deixando de levar em consideração as dicotomias e hierarquias que a própria política moderna cria para estabelecer um dentro e um fora, um nacional e um estrangeiro, um incluído e um excluído.

A contribuição de nosso trabalho, então, é estabelecer os nexos entre a produção da diferença, a delimitação da comunidade política, e a segurança, na medida em que eles produzem subjetividades, calcadas em construções de masculinidades e feminilidades. Para tal, as contribuições de Rob Walker, David Campbell, Mark Neocleous, Charlotte Hooper e V. Spike Peterson, dentre outros autores e autoras, foram importantes na contextualização do objeto de estudo às referências teóricas utilizadas.

## 1.2

### **Delimitação do objeto**

As teorias tradicionais de Segurança e Relações Internacionais tem na geopolítica a forma de compreender as ameaças como forma de desafiar à segurança dos estados. Assim, a noção de equilíbrio de poder (ou equilíbrio de ameaças) fazem parte do cálculo racional dos atores na prevenção e proteção a essas ações. Toda a noção de poder perpassa somente a equação sobre as capacidades e de que forma os estados são os últimos responsáveis sobre sua segurança, considerando o sistema de autoajuda na própria conformação sistemática.

Acreditamos, porém, que as ameaças e perigos não são uma construção objetiva: não existem independentemente daqueles que os elaboram (CAMPBELL, 1992, p. 1). A questão não é simplesmente negar a realidade das formas de “política de poder”, mas antes que elas sustentam e são sustentadas pela despolíticação do

político, pela naturalização das relações de poder. Campbell acredita que o discurso opera na construção de realidades, e na verdade, quando falamos em segurança, perigo e ameaça, articulamos uma história, uma narrativa de uma identidade bem definida e delimitada cuja coesão depende do próprio discurso. Temos, assim, um discurso que opera na construção entre o “eu” e os outros, com base na escritura da segurança.

A tensão com o ocidente tem sido carregada desde a modernização imposta por Pedro, o Grande, no século XVIII. A disputa pela visão de mundo entre eslavófilos e ocidentalistas gerou, nos outros séculos subsequentes uma discussão política e cultural do lugar da Rússia na Europa (ou fora dela) (NEUMANN, 1996). Efetivamente, a idéia de ocidente tem sido um problema para a identidade russa, mesmo que se pondo ao seu lado, ou como uma ameaça à coerência histórica e política russa. Entretanto, devemos questionar o problema do ocidente na Política Externa russa. Nestes termos, na perspectiva de mudança e transformação da sociedade e da política externa, a emergência de Putin concatenou objetiva e subjetivamente formas de inculcações e práticas pelas quais fez surgir – ou pretende, dessa maneira – um cidadão masculino que fosse capaz de enfrentar a “ofensiva” ocidental baseada na expansão da OTAN e identificar na própria sociedade a alteridade que afronta essa identidade, subalternizando feminilidades e masculinidades desviantes e estigmatizadas.

Na Rússia, é possível observar a construção de uma narrativa da crise na identidade nacional, a partir do fim da URSS. Além do fato de que o nacionalismo foi deixado de lado pelo Partido Comunista soviético, em virtude da criação de uma comunidade internacionalista proletária (SZAMUELY, 1974), as normas e papéis de gênero se modificaram com o fim do estado tutor das relações sociais e as formas de interação pessoal passaram por mudanças profundas. Por um lado, as mulheres perderam a seguridade social relativa ao cuidado com os filhos, por exemplo, que as deixava livres para trabalharem, com acesso universal ao emprego (ASHWIN, 2000); por outro, a idéia da decadência do “*homo sovieticus*” passa pela emasculação do homem russo no seu projeto malsucedido de sociedade (ZDRAVOMYSLOVA e TEMKINA, 2013).

A retomada do “orgulho” russo, ocorrerá via patriotismo, ou seja, na condução do vínculo do bom cidadão e de sua vida como dádiva à sua nação (VIROLI, 1995), como salienta Richard Sakwa (2007) e Marlène Laruelle (2009).

Ao evitar ligar a identidade nacional ao patriotismo de seus cidadãos, Putin conseguiu agregar uma idéia de Rússia atemporal e anacrônica retomando símbolos do passado eslavo, czarista e soviético.

Portanto, o objeto de pesquisa são as transformações nas relações de gênero implicadas numa reconfiguração entre ameaças e perigos, dados pela exclusão da política externa do outro “interno”, reproduzidos na Política Externa do outro “externo”.

### 1.3

#### Hipótese

A narrativa que estabelece uma nova masculinidade hegemônica está intimamente relacionada com a centralidade das práticas do estado, compreendendo-o como o produto das relações de poder. Além da perspectiva histórica que nos informa as relações entre as comunidades políticas primárias, as “*obshinas*”, e o poder central estatal, Putin torna-se o paladino da reconstrução nacional pautada pelo patriotismo. Com o slogan de “Vladimir (I, do principado de Kiev, responsável pela cristianização dos eslavos) a Vladimir (Putin)” (Laruelle, 2009) é elaborada uma visão linear do campo de lutas: ao retomar os símbolos nacionais czaristas e soviéticos e intercambiá-los entre os aparelhos estatais, a idéia metafísica de nação russa é jogada para um tempo sem fim.

É sob essa narrativa que Putin retomará a questão das ameaças e da fraqueza do estado russo em relação a um mundo contencioso que compromete a visão messiânica do devir do povo russo. Para nós, o caminho sublinhado na retomada do poder e das capacidades de uma outrora grande potência, pode ser interpretado sob o signo da segurança e seu desígnio sobre as normas sociais prevalecentes. É por isso que compreender a Política Externa/política externa e a questão do campo da segurança em relação ao ocidente é uma questão de gênero.

Fundamentalmente, o reflexo, bem como a fundação social, inculcada objetiva e subjetivamente, de uma política externa de segurança pautada na ameaça ocidental às tradições e ao patriotismo russo – ao regime do partido Rússia Unida – transformam as percepções e realidades sociais desde os indivíduos às instituições na Rússia, e sob esse aspecto, a (in)segurança permanece uma força centrípeta na sociedade.

Como estratégia social e política, essa narrativa ocorre por conta da busca por uma masculinidade hegemônica capaz de criar sujeitos incluídos e excluídos da comunidade política. Assim, a maneira como a segurança é escrita em Política Externa/política externa localiza na alteridade interna uma questão de segurança externa. É por esse processo-chave que podemos compreender a emergência de Putin como símbolo de um chefe de estado hipermasculinizado.

#### **1.4**

##### **Objetivo geral:**

Compreender de que maneira segurança, identidade e gênero se articulam na construção de subjetividades, a partir da produção de ameaças e perigos; modelos essencializados que, na política, legitimam determinadas ações em detrimento de outras.

#### **1.5**

##### **Objetivo específico**

- 1) Identificar o papel das normas de gênero e como a construção de uma masculinidade hegemônica, corporificadas pelo próprio Putin, relacionam-se com a constituição da ordem social e a reprodução de inclusões e exclusões;

#### **1.6**

##### **Estrutura dos capítulos**

Assim, no capítulo 1 discutiremos de que forma a Política Externa pode ser interpretada de outra maneira, na produção de fronteiras e não, como comumente se trata, de pontes ou ligações. Essas fronteiras são, então, a condição de possibilidade para a existência e manutenção do estado, uma vez que, ao constituir o outro como ameaça, jogando-o para o campo dos perigos, opera-se todo um processo de normalização, classificação e exclusão que pode fazer do outro um ser cuja narrativa ameace a coerência ontológica do estado, o que Michael Shapiro chamará de uma cartografia moral da violência. Por outro lado, David Campbell chama atenção para uma dupla exclusão: o que acontece é que à primeira exclusão



segue-se uma segunda, com o objetivo de sublinhar a coesão e coerência da primeira. Assim, a condução de uma Política Externa está diretamente relacionada à reprodução de normalizações, exclusões e exceções no interior desse estado que existem para apagar e delimitar as diferenças e estabelecer as vozes desviantes e subalternas que devem ser combatidas, por isso Política Externa e política externa. Nesse sentido, a partir da noção de

Ora, desta maneira é que apreciamos o sujeito da segurança, aquele que deve ser controlado, reduzido e disciplinado por uma ordem social fabricada. Nesta ordem é que se coloca quem é patriota e inimigo, quem é leal ou traidor, uma vez que, de acordo com Mark Neocleous, a segurança estabelece-se numa espiral cada vez maior, extrapolando as fronteiras do campo estritamente militar para toda a sociedade civil.

Dito isto, ao conseguir aprofundar-nos na compreensão das dinâmicas do formação da comunidade política, da ordem social fabricada, é que acreditamos que essa ordem, simbólica e subjetiva, dá-se pela sexualização das identidades de gênero. Toda a fórmula política moderna também está baseada na construção de dicotomias e oposições que determinam as normas de gênero que constituem as masculinidade e feminilidades. No capítulo 2, então, abordaremos de que maneira o estado, a nação e os sujeitos são classificados e disciplinados a obedecer uma ordem heteronormativa, com base numa masculinidade hegemônica que exclui e hierarquiza outras masculinidades e feminilidades subalternas e desviantes. Essa masculinidade hegemônica é objeto de disputa por justamente configurar uma situação de dominação sobre as outras.

Nos outros dois capítulos restantes contribuiremos com a compreensão em como o ocidente de uma forma geral, nas figuras da OTAN, Estados Unidos e Europa passaram a ocupar o lugar de ameaça nos documentos de segurança e nas narrativas sobre ele. Imaginar o ocidente, ao mesmo tempo, é estabelecer em que medida pertencer ou não à Europa tem um significado. Como veremos, a questão não é exatamente o pertencimento, mas o estabelecimento de uma verdadeira Europa, imaginada pelos russos, em oposição a uma falsa Europa. Esses significações se tornarão mais latentes, somente, com o advento das Revoluções Coloridas. Elas exercerão, mais profundamente, a transposição da ameaça do “externo” para o “interno”. Na medida em que o regime passa a existir o questionamento “por dentro”, as expressões de diferenciações e de construção de

fronteiras começam a ser operadas na ameaça ocidental ao modo de vida russo, diretamente ligado a construções tradicionais de masculinidades e feminilidades que repudiariam a corrupção e impureza das minorias sexuais ou políticas, jogando a oposição liberal, o feminismo e os movimentos LGBTs como sujeitos anti-patrióticos que, juntamente com a influência ou apoio estrangeiro, teriam por objetivo diminuir o devir russo de ocupar um lugar no hall das Grandes Potências e submeter a Rússia aos interesses ocidentais.

## 2. Qual Política Externa?

Devemos começar por analisar de que maneira a Política Externa se estabelece enquanto a prática de diferenciação e da constituição da comunidade política. Na abordagem pós-estruturalista, devemos focar em que medida o discurso produz as fronteiras e limites do “eu” e do “outro” operando na formação de hierarquias, e construindo marginalizações e normalizações, processos pelos quais as periferias – tanto internas como externas – são condicionadas às relações de poder dominantes.

Ao contrário das prescrições tradicionais, nessa visão a Política Externa não é só um objeto de relações entre estados, fundadas na diplomacia. Antes, ela está relacionada aos pressupostos modernos do que é e do que constitui a comunidade política. Nesse sentido, a produção de fronteiras através da diferença, como conceito transversal ao capítulo, relaciona-se estreitamente com a objetivação e subjetivação da segurança. Neste sentido, a definição de identidade pode ser analisada como o discurso que sustenta uma determinada distinção para o estabelecimento da unidade; isso revela as constantes tensões e ambiguidades nos processos de definição e auto-reconhecimento.

O perigo e as ameaças, para alguns, estão por todos os lados. No entanto, nem todos eles são classificados igualmente em importância quanto outros. É nesta escritura da segurança que está o foco do capítulo. Enquanto ato discricionário de soberania ele, por um lado, age na exceção, na exclusão dos campos; por outro, conforma e limita a comunidade política dizendo o que é e o que não é, quem merece estar dentro e quem deve ser rejeitado.

Este processo não é de todo modo uma simples função do estado. O estado enquanto prática demanda uma ordem, uma segurança ontológica contra essas ameaças. Conforme veremos, funda-se assim, um paradoxo: se o estado é o objeto do desejo por uma segurança total, se realizado, deixa de ter essa função discursiva e, portanto, deixa de ter uma fundamentação na sua existência.

Também, essa relação com o outro revelará uma espécie de cartografia da violência em que a cultura da guerra construirá determinados espaços de violência, autorizações e exclusões que definirão o papel da segurança para o estado. O estado, na verdade, interpela, por essa função, aqueles que são considerados ou não

cidadãos. Por isso, a importância da lealdade, da contínua busca pelo patriotismo e nacionalismo no exercício do inculcamento daquilo que o sujeito deve e tem de defender: a unidade nacional, a segurança do estado, os sujeitos indefesos nesse sistema de guerra, mulheres e crianças.

## 2.1 Política Externa/política externa

Com as contribuições de David Campbell no seminal *Writing Security*, deveremos estabelecer outra compreensão acerca da relação entre segurança, Política Externa e das distinções entre interno e externo através da produção da diferença. Nesse sentido, David Campbell (1992) pretendeu estabelecer de que maneira a compreensão convencional sobre a Política Externa é inerente a uma formulação da História na qual a emergência do estado seria resultado de uma exteriorização das ameaças na pacificação da História “doméstica”; esse estado emerge na solução de um problema, constituindo sua identidade através da negação da diferença; assim, estabilizar essa identidade quer dizer, afinal, projetar um evangelismo do medo no qual o externo é um projeto inacabado e perigoso (CAMPBELL, 1992, p. 68)

E como fonte deste arcabouço, compreendemos que as ameaças e perigos, ou melhor, a maneira pela qual eles são construídos discursivamente atuam na sustentação da política na modernidade. A questão não é minimizar perigos e ameaças “reais”, que efetivamente matam e ferem, mas pensar que sobre e sob essas realidades as práticas discursivas detém o monopólio da construção da verdade na produção do doméstico e do internacional, da segurança e insegurança, do bem e do mal, do masculino e feminino; enfim, das demais e sempre infinitas dicotomias fundadoras do pensamento moderno. O problema, então, é que

...not all risks are equal, and not all risks are interpreted as dangers. Modern society contains within it a veritable cornucopia of danger; indeed, there is such an abundance of risk that it is impossible to objectively know all that threatens us. (CAMPBELL, 1992, p. 2)

Ora, assim, podemos compreender que alguns riscos tem maior prevalência e êxito nos seus dispositivos de determinação. Tornando uns mais “sérios” e

“iminentes”<sup>1</sup> do que outros, como, por exemplo, a recente epidemia de Ebola na África que enquanto assolava o território africano permaneceu um problema distante e sem solução, enquanto os primeiros casos confirmados na Europa e EUA foram alarmantes, embora tratados com os mais avançados medicamentos e tratamentos – indisponíveis para os doentes africanos. Porém, a articulação discursiva colocou a “ameaça” do Ebola na pauta diária somente quando esses casos efetivamente bateram à porta. Como veremos mais à frente, não é de se estranhar que o resultado dessa produção de inseguranças tenha sido uma onda de comentários xenófobos e preconceituosos contra aqueles possíveis “disseminadores” da doença: indivíduos que tenham viajado da África para esses países<sup>2</sup> bem como imigrantes marginalizados e excluídos.

Mais profundamente, podemos dizer que a produção de ameaças é a questão que desvela a busca pela constituição da identidade nacional tida como verdadeira, a normalizada, nacionalizada no passado pelos heróis e povos cuja “origem” impõe o desafio mítico do estabelecimento da comunidade política coesa e coerente. É nessa direção que as relações de poder atuam ao definir o “eu”. Ao mesmo tempo que uma alteridade torna-se uma ameaça, ela é interpretada como uma instabilidade à segurança ontológica do “eu”:

The mere existence of an alternative mode of being, the presence of which exemplifies that different identities are possible and thus denaturalizes the claim of a particular identity to be *the* true identity, is sometimes enough to produce the understanding of a threat. [...] For both insurance and international relations, therefore, danger is the consequence of a calculation of a threat which objectifies events, disciplines relations, and sequesters an ideal of the identity of the people said to be at risk. (CAMPBELL, 1992, p. 3)

Assim, as ameaças constantemente desafiam, sob o olhar do moderno, a estabilidade e coerência da realidade, por isso em risco. Temos, portanto, que “...the boundaries of a state's identity are secured by the representation of danger integral to foreign policy.” (*idem*). Conforme veremos adiante, não existe uma relação fundamentalmente funcional entre as categorias alteridade e ameaça. Na verdade, a

---

<sup>1</sup> Aqui temos, por exemplo, a questão dos processos que levam da politização à securitização, conforme Buzan, Weaver e Wilde (BUZAN, WAEVER e DE WILDE, 1998) descrevem. Na securitização o problema da segurança é compreendido sempre como uma situação emergencial que acaba levando a situações de exceção dentro do ambiente do Estado de Direito.

<sup>2</sup> <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/04/ebola-public-discourse-xenophobia-midwives-nigeria> acessado em 12/11/2014 às 21:26

questão produtiva da análise é ponderar e salientar os processos inerentes a esse desenvolvimento:

“The problematic of identity/difference contains, therefore, no foundations which are prior to, or outside of, its operation. Whether we are talking of 'the body' or 'the state,' or particular bodies and states, the identity of each is performatively constituted. Moreover, the constitution of identity is achieved through the inscription of boundaries which serve to demarcate an 'inside' from an 'outside,' a 'self' from an 'other,' a 'domestic' from a 'foreign.’”

A partir deste enquadramento teórico, podemos perceber de que maneira a existência a manutenção, a produção e a reprodução do estado, funcionam em modelos paradoxais uma vez que não possuem identidade pré-discursivas, elas possuem eminentemente um caráter inacabado, por isso, a insistência na ameaça constante por outros, estrangeiros. Assim, o alinhamento a uma comunidade política imaginada (ao modelo de Benedict Anderson) se dá por essa tensão, onde os estados não são entidades terminadas; a busca pela identidade e sua performance – através da garantia da “segurança” do interno – estão em permanente reprodução na constituição da realidade, sem esse *leitmotiv* surge exatamente a falta da fundação pré-discursiva. Ou seja, a função principal do Leviatã – a de proteger a vida de seu cidadão – desmancharia no ar, tanto na totalização de seu devir – o mundo completamente seguro, higienizado e puro da pacificação das alteridades – como no desvelamento de sua falta de origem e embasamento; a articulação entre perigo e política externa não é a ameaça a existência do estado, mas antes, sua condição de possibilidade (CAMPBELL, 1992, p. 11 e 12):

This paradox inherent to their being renders states in permanent need of reproduction: with no ontological status apart from the many and varied practices that constitute their reality, states are (and have to be) always in a process of becoming. For a state to end its practices of representation would be to expose its lack of prediscursive foundations; stasis would be death.

## 2.2

### Para repensar a Política Externa

Colocar o problema da Política Externa sob o pós-estruturalismo é rearticular, sobretudo, as disciplinas que formam o “internacional”. É na formulação daquilo que é o estrangeiro que se asseguram as formas de delimitação das fronteiras. Como apresenta Campbell, o “estrangeiro” no pensamento europeu emergiu relacionado ao exterior, ao externo de um todo interno, o que mudava na

concepção do “estrangeiro” era exatamente a distância que se demarcava entre os entes:

In the first recorded usage of 'foreign' in the English language, the thirteenth-century term 'chamber foreign' represented a private room within a house. From then until the seventeenth and eighteenth centuries, 'foreign' served to indicate the distance, unfamiliarity, and alien character of those people and matters that were outside of one's immediate household, family, or region, but still inside the political community that would later comprise a state. (CAMPBELL, 1992, p. 43)

É nesse período, do século XVIII até hoje que, com a burocratização e institucionalização das “Relações Exteriores” dos estados que outra caracterização da Política Externa passou a valer. Sob a égide dos interesses nacionais e da segurança nacional (KATZENSTEIN, 1996), deve-se compreender a função que a Política Externa começou a operar de modo a explicar a “ponte”, a “relação” entre estados. Porém, o nó encontra-se, antes, no próprio estado e na economia discursiva que sustenta e legitima suas práticas, representações e autorizações. Ao contrário das narrativas tradicionais priorizadas durante a Guerra Fria, que elaboraram o sistema anárquico onde, racionalmente, o estado deveria buscar sua segurança contra ameaças externas,

These systems and subsystems exist independently of, and prior to, any relationship that results from their joining by the 'bridge' of foreign policy. That bridge is consciously constructed by the state in an effort to make itself part of the larger system and to deal with the dangers and uncertainties that larger system holds for its own security. (CAMPBELL, 1992, p. 44)

O que se pode colocar em xeque é a historicização do estado, das narrativas que o colocam como realidade a priori da análise; isso leva a crer que o estado sempre existiu e como forma de lidar com essa “verdade” na realidade, estabeleceu-se a Política Externa. Ao contrário, a criação das fronteiras entre o interno e o externo são a condição de possibilidade da própria política externa:

Such a challenge, rather, seeks only to establish the space for a retheorization of foreign policy via the problematization of the traditional narrative on the rise of the state. What follows is thus not simply about (re)writing history; it is also about interpreting the effects of certain historical representations upon our understanding of foreign policy. (CAMPBELL, 1992, p. 46)

Em especial, essa Política Externa em nada tem a ver com a referência tradicional da representação natural da realidade das Relações Internacionais fundada no discurso estatal, mas sim, baseia-se na busca do poder pela segurança ontológica: a ordem do discurso e o discurso da ordem, a ordem das representações

e as representações da ordem, enfim, a ordem que qualifica um mundo estável<sup>3</sup>, sobrevive por uma alteridade que volta e meia lhe obstrui ativando os dispositivos de segurança falados anteriormente.

Fundada na produção de ameaças e perigos, a escritura da segurança disciplina as anomalias: “such obstructions to order 'become dirt, matter out of place, irrationality, abnormality, waste, sickness, perversity, incapacity, disorder, madness, unfreedom” (CAMPBELL, 1992, p. 55), seguidamente dos processos de “purificação” dessa alteridade sob cuja promessa – a promessa de defender os seus cidadãos contra os perigos – baseia-se o estado.

Afinal,

In contrast to the statist discourse of international relations, this understanding proffers an entirely different orientation to the question of foreign policy [...] this interpretation means that instead of regarding foreign policy as the external view and rationalist orientation of a pre-established state, the identity of which is secure before it enters into relations with others, we can consider foreign policy as an integral part of the discourses of danger which serve to discipline the state. The state, and the identity of 'man' located in the state, can therefore be regarded as the effects of discourses of danger which more often than not employ strategies of otherness. (CAMPBELL, 1992, p. 56)

Como o estado não é anterior ao sistema, não é possível estabelecer que a política externa é a ponte de relação entre duas unidades ontologicamente definidas. Antes, a política externa é mais uma separação do que um ligação.

É com Thomas Hobbes que a condição da insegurança é transmitida para o espaço internacional, espaço por qualidade do selvagem, da barbárie, por isso a desordem se ocupa em desfazer a ordem, em se tornar o constante perigo em torno daquilo que é o outro. Diferenciar e delimitar, portanto, é o processo pelo qual é requisitada a ordenação do político, a constituição da comunidade política.

Levando em consideração a delimitação de fronteiras entre o externo e o interno, e a conseqüente consolidação, na modernidade, da exteriorização dos perigos e ameaças, as versões tradicionais da Política Externa não dão conta da principal relação discursiva que sustenta o político, que é, enfim, o problema do problema da identidade na formação do estado em relação ao sistema internacional.

---

<sup>3</sup> Michel Foucault em “A Ordem do Discurso” estabelece algumas das relações entre o discurso e a formação da segregação, separação, distribuição e controle na sociedade: “Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar — ou talvez o teatro muito provisório — do trabalho que faço: suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função esconjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1999)



Se o poder busca, na delimitação do estado, a segurança da identidade, do “eu” em relação ao “outro”, é porque ele não existe aprioristicamente ao sistema, conforme já falado anteriormente. O litígio, então, encontra-se na exclusão de eventos e textos “estrangeiros”, ou seja, daqueles que contestam a produção oficial dos discursos, os que mantêm a coerência e coesão do estado e da nação no seu espaço “doméstico”. É com o estabelecimento do estrangeiro no seu interior que a modernidade poderá estabelecer o estrangeiro no exterior.

A questão não é se aproximar das visões em que o doméstico influencia a tomada de decisão na política externa ou que o externo influencia a política doméstica, como a versão dos jogos de “dois níveis”, entre outras. O ponto do debate é que a Política Externa “a specific sort of *boundary-producing political performance*” (CAMPBELL, 1992, p. 69).

Desta forma, passamos da Política Externa como ponte à Política Externa como delimitação e diferenciação:

Foreign policy shifts *from* a concern of relations *between* states which takes place *across* ahistorical, frozen and pre-given boundaries, *to* & concern with *the establishment of the boundaries* that constitute, at one and the same time, the 'state' and 'the international system.' Conceptualized in this way, foreign policy comes to be seen as a political practice that makes 'foreign' certain events and actors. Those events and actors that come to be 'foreign' through the imposition of a certain interpretation are not considered as 'foreign' simply because they are situated in opposition to a pre-given social entity (the state). (*Idem*)

Levando em consideração a relação entre modernidade e segurança, Rob Walker (1997) , por exemplo, nos traz mais dados sobre a segurança, como sua narrativa contempla o estado como o local da (in)segurança na medida em que ele mesmo depende da construção de subjetividades. Essas mudanças nas orientações da relação entre agentes perpetradores e sujeitos inseguritizados – sobretudo no momento das expansões horizontal e vertical da segurança (BUZAN e HANSEN, 2009) – dizem respeito às práticas de segurança na modernidade, a uma conceptualização a-histórica de discursos e julgamentos políticos. Mesmo em Hobbes – o patrono realista e construtivista da anarquia hobbesiana da inimidade - , adianta Walker, o estado é fonte em si mesmo de insegurança. De alguma forma a presença do estado, ou a sua ausência, tornou-se não somente a fonte de segurança ou insegurança, mas a vida política possível e imaginável em que a segurança e insegurança podem existir. O problema da segurança é político, é sobre quem age e quem é ator em seu espectro. Neste caso, não podem ser compreendidas outras

formas de segurança sem levar em consideração as possibilidades permitidas pelo discurso da modernidade: “Consequently, to try to rethink the meaning of security must be to engage with a variety of attempts to rethink the character and location of the political (and not simply what is usually framed as “international relations”)” (WALKER, 1997, p. 69).

Sob a lógica realista, as possibilidades políticas, por exemplo, estão restritas à anarquia ou ao império mundial. A segurança nacional só pode existir na presença de unidades competitivas iguais, os estados. É neles que repousa a qualidade da violência em sobreposição a um conceito de humanidade, de mundo: “Se você quer paz, prepare-se para guerra.” Parte da história dos estados parte da premissa da acumulação de poder na violência para que o próprio poder se reproduza e se recrie. Por fim, é a unidade soberana que cria os seus perigos na medida em que se torna a solução para eles. É essa a condição política para entender a segurança. É o estado que diz onde está a paz e o que ela é. O perigo, a guerra, o medo, estão na alteridade, no outro, no externo à comunidade política. Por isso, em larga medida, a segurança, em seu princípio delimitador entre o “*inside*” e o “*outside*” exerce fundamentalmente a capacidade de constituir subjetividades, através das exclusões e inclusões:

Claims about common security, collective security, or world security do little more than fudge the contradiction that is written right into the heart of modern politics: we can only become humans, or anything else, after we have given up our humanity, or any other attachments, to the greater good of citizenship. Modern accounts of security are precisely about subjectivity, subjection, and the conditions under which we have been constructed as subjects subject to subjection. (WALKER, 1997, p. 67-68)

Como já observado por Weber, em “Ciência e Política: duas vocações” (2004) e Elias (1993), em “O processo Civilizador” parte da história moderna – ou daquilo que pretende ser – é sobre a acumulação de energia e violência requerida para assegurar o monopólio do uso legítimo da força, da violência física. Assim, o corrente uso do estado como a instituição capaz de obter o monopólio da violência num território específico, sob a identidade de uma nação, de um povo. A dominação, por exemplo, será um tema importante para Weber, que posteriormente no *Economia e Sociedade* (WEBER, 1999) discutirá os tipos de dominação, a burocrática, a patrimonialista e carismática, onde a dominação burocrática será importante, sobretudo, para compreender a relação entre as agências de (in)segurança e as práticas de (in)segurança e suas hierarquias, regras internas e

autoridades estabelecidas (BIGO, BONDITTI e OLSSON, 2010). Já Elias declarava que o chamado processo civilizador havia operado nas sociedades europeias, sobretudo no caso da França, conjugando a centralização do poder na monarquia – e por fim, na criação de todo o aparato estatal responsável pelo controle, acesso e distribuição de impostos, terras e propriedades – com a constituição do controle sobre as pulsações violentas, as quais, num passado bárbaro e feudal, fizeram parte do cotidiano dos indivíduos. A chamada sociedade belicosa feudal, para Elias, representava uma complicada rede de ganhos e perdas em que as relações familiares e de parentesco permaneciam como fontes de insegurança e instabilidade para o modelo de organização política a ser realizado nos séculos XV, XVI e XVII. É nessa crença sobre o autocontrole do indivíduo, que a violência aparece também como qualidade desse processo civilizador, em que, fatalmente seria usada como instrumento da razão, em ações racionalizadas. O monopólio do uso da violência, e do reconhecimento dos seus usos reaparece como fundamento da interdependência entre as classes.

Rapidamente, podemos observar que o cerne da condição política do Estado seria o seu vínculo com o uso reconhecido, legítimo da violência, e, mais ainda, para Elias, com o Estado foi possível submeter o controle dos variados grupos sociais e deles controlar suas pulsações para o uso da violência, para a resolução dos conflitos no confronto direto. Parece-nos que, sob este paradigma, a violência – o seu controle, domínio, compreensão, mensuração - seja um objeto elementar da segurança, transportando este debate da sociologia e política para a discussão sobre a Segurança Internacional, onde ameaça, proteção, sobrevivência e relações de poder estão implicadas na política internacional. Aparentemente, levar em consideração o monopólio do uso da violência por parte do Estado para uns (para os tradicionalistas) significa menos guerras e conflitos – considerando a natureza interestatal – enquanto para outros (para os críticos e pós-modernos) esse monopólio jamais garantiu uma segurança ampla e democrática, levando-se em consideração alguns grupos sociais (KRAUSE e WILLIAMS, 1997).

Nesse sentido, o apelo à construção da nação e seus símbolos continuam a empreender uma grande necessidade da vida política diária. A escrita dessa história e sua produção e reprodução são realizadas sobretudo numa lógica dualista em que o realismo operaria os limites da política e o idealismo projetaria os limites em si do realismo:

Realism in this sense is the code that affirms the limits of modern politics. Idealism is the prior code that idealizes the moral community within the state that produces realism as the limit, although now projected outward and forward into a world that is apparently without limit. This oscillation generates a discourse of tremendous power. It induces illusions of permanent hopes and permanent tragedies. It legitimizes an account of political necessity that can excuse the most intolerable barbarism. (Walker, 1997; 75)

Operar no discurso da segurança, então, é atribuir a autoridade do estado o monopólio sobre a definição do político; ao defini-lo como tal, engajamos no discurso das repetições da afirmação dos perigos que legitimam a autoridade soberana que, sob essa epistemologia, coloca-se como a resolução desse problema. Porém, ao mesmo tempo em que definem-se subjetividades incluídas no plano da soberania,

...it is important to remember that this discourse of dangerous affirmations becomes, in another guise, a discourse of excluded subjectivities. Just as the discourses of security keep returning to the same old affirmations of a self-constituting danger, they simultaneously exclude the possibility of admitting the presence of other subjectivities, most obviously those of class, race, gender, and humanity. (WALKER, 1997, p. 73)

O problema, então, é a definição daquilo que é interno, doméstico, pacífico, em relação àquilo que é o externo, anárquico e violento; dessa relação é que crescem e se disciplinam fronteiras: a comunidade e a não comunidade – “...it also defines a place where neither peace nor security is possible for very long: the noncommunity of contingencies, Others, and mere relations outside the boundaries of the state” (WALKER, 1997, p. 74). Afinal, a Política Externa é a maneira pela qual o poder disciplina o indivíduo num quadro maior que é a relação entre o tempo, o espaço, o interno e o externo, o “eu” e o “outro”. Estamos diante do surgimento do problema da identidade: ao realizar a inscrição dos perigos na externalização e totalização deles mesmos, através da mobilização da nação e de sua população, eles mesmos passam a ter fonte nas outras sociedades; a soberania, esquece-se porém, que ela traz em si os traços inerentes à indeterminação e ambiguidade iguais aos do ambiente anárquico (CAMPBELL, 1992, p. 70). Esta estratégia, fatalmente, perpassa o problema da História – como disciplina da realização totalizante de uma nação - discutido amplamente em Foucault: em que medida aqueles que escrevem a História vulgarmente “esquecem” de resistências e contra-condutas em nome da linearidade e progressão dos eventos históricos

A nova historicidade da razão de Estado excluía o Império dos últimos tempos, excluía o reino da escatologia. Contra esse tema que foi

formulado no fim do século XVI e que ainda permanece hoje em dia vamos ver se desenvolverem contra-condutas que terão precisamente por princípio afirmar que virá o tempo em que o tempo terminará, que tem [terão] por princípio colocar a possibilidade de urna escatologia, de um tempo último, de urna suspensão ou de um acabamento do tempo histórico e do tempo político. (FOUCAULT, 2008, p. 478)

; mais que isso, por fim, quais determinações apontam para os sujeitos da história que hora foram massacrados, exilados, invisibilizados em nome da defesa da sociedade.

## 2.3

### Inclusão, exclusão e exceção

A prática política é aquela em que as políticas de discriminações modernas e as discriminações da política moderna são fundamentalmente importantes para localizar o tipo de imaginário que dão conta das possibilidades e impossibilidades (WALKER, 2010, p. 113). Esses atos de discriminação que, efetivamente, possibilitam ou não determinadas ações são aqueles que permitem e são baseados na autoridade; e é na autoridade – e nas autorizações – que a tecnologia de poder e a governamentalidade, tem seu fundamento.

Portanto, autoridade e a exceção andam juntas e são uma fonte da outra: sem a autoridade, não existe a possibilidade da exceção, do golpe de estado, como tratado por Foucault, na necessidade da razão do estado se proteger, assegurar-se, mas que sem a autoridade nada seria produtivo. Da mesma forma, a exceção gera autoridade ao dizer que o poder soberano é aquele capaz de suspender todos os outros poderes em razão de si mesmo. E o soberano é aquilo em que Hobbes passa a se apoiar como a distinção entre o político e o não-político,

...a sovereignty, that is, expressed not in the body of any particular being with a direct connection with some higher authority, but in the abstract and apparently secular embodiment of a particular ensemble of beings, of modern subjects. It is this which marks Hobbes as the most important textual expression of the convergence between specifically modern forms of discrimination and the practices of modern political authority, and which partly ensures his centrality to contemporary attempts to come to terms with the limits of modern politics. (WALKER, 2010, p. 113)

É neste momento em que Hobbes articulava um arquétipo primário da modernidade de como os direitos naturais e as obrigações morais podem ser reconciliados com os direitos cívicos e atribuições de um sujeito moderno, fundando, assim, uma origem a-histórica através de uma racionalidade coletiva.

Essa transição foi responsável por como a natureza foi projetada numa idealização do lá e do passado, transformando-se num aqui e agora, definindo o sujeito e a perfeição da comunidade política.

A condição da autoridade retornará fortemente durante o período entre as guerras mundiais. Nela é que Carl Schmitt encontrará sua versão do soberano como aquele que autoriza a exceção e tem por ela a autoridade para tal. Nesta sentença encontram-se, afinal, as discriminações da modernidade em sua relação à unidade e diversidade no que se refere ao estado-nacional moderno e é encontrando a destruição própria das bases liberais no sentido mesmo de ponderar e salvar o estado moderno e o sujeito moderno: “Schmitt sought to affirm a capacity to make a final decision under the Law of a specific states as to constitute the unity of a specific people.” (WALKER, 2010; pg. 116) O objetivo final de Schmitt, então, é manter a unidade do estado-nacional, manter o estado das coisas, conforme a noção de origem do Leviatã em Hobbes, conforme a noção de uma razão de estado e nesse objetivo, a capacidade de escolher o que é o permitido e o que não é.

A ameaça à inscrição da identidade parte, portanto, das narrativas e discursos que põem à prova a sua própria existência e necessidade - necessidade essa, aliás que surge como imperativo da definição do soberano em Schmitt que estabelece a “fronteira” entre a exceção e normalidade: “El caso excepcional, el que no esta previsto en el orden juridico vigente, puede a lo sumo ser calificado como caso de extrema necesidad, de peligro para la existencia del Estado o de otra manera analogo, pero no se puede delimitar rigurosamente”. (SCHMITT, 2009, p. 14) É do poder do soberano que incorre o estado de exceção moderno e a sua dependência sobre a figura do “Homo Sacer” nos campos. O campo passa a ser entendido como a demonstração da exceção na não-exceção, ou seja, a aporia fundamental da relação entre política e direito. É através do campo que o poder soberano existe, na exclusão da vida nua como marca da localização deslocante do *nomos* (AGAMBEN, 2007, p. 182)

O problema posto assim, a partir das exclusões, é que a Política Externa divide-se em dois processos simultâneos e refratários: “Inscribing domestic society, arriving at a representation of the state involves, therefore, a double exclusion. The interpretations of domestic society resistant to its inscription must be excluded from the internal realm” (CAMPBELL, 1992, p. 71). A uma primeira exclusão segue-se uma segunda, com o objetivo de sublinhar a coesão e coerência da primeira. É

fundamentalmente aqui que encontramos a passagem que demonstra nossa hipótese geral do texto. Sob o objetivo de proteger contra as ameaças civilizacionais, culturais e materiais do ocidente, Putin desloca a alteridade para “fora”, busca constituir subjetividades coerentes no processo de fortalecimento do estado e da nação russas; em última instância, esse processo é levado a cabo pela ressignificação de uma masculinidade hegemônica que deflagra a marginalização de outras masculinidades e feminilidades, em especial as formas de contra-conduta homossexuais.

Temos assim que a Política Externa age na modernidade, com a intensificação do poder do Estado:

The claim is not that Foreign Policy constitutes state identity *de novo*; rather, it is that Foreign Policy is concerned with the reproduction of an unstable identity at the level of the state, and the containment of challenges to that identity. In other words, Foreign Policy does not operate in a domain free of entrenched contingencies or resistances. Whichever Foreign Policy practices are implemented, they always have to overcome or neutralize other practices which might instantiate alternative possibilities for identity; and the intensive and extensive nature of the 'internal' and 'external' political contestation that this presupposes means the efficacy of one particular practice will more often than not be sharpened by the representation of danger. (CAMPBELL, 1992, p. 78)

O tema do desenvolvimento da língua escrita e falada é um exemplo fiável dessa relação entre a produção de fronteiras e a reprodução das exclusões. Benedict Anderson (2008) tratando o nacionalismo como conceito cultural fez lembrar que como característica do estado moderno está, substancialmente a convergência de um regime e uma cultura legitimados. Ora, neste movimento o que se vê é a aplicação extensiva dos aparelhos estatais na homogeneização operada pela língua: escolas, bibliotecas, burocracia – enquanto locais do exercício da microfísica do poder -, todos empenhados na resolução da língua “nativa”. As comunidades são imaginadas porque

... independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (ANDERSON, 2008, p. 34)

## 2.4 Diferença e perigo

A narrativa da segurança dispõe de um espaço moral da identidade. É a partir dele que as dicotomias se valoram – ao contrário da transvaloração proposta por Nietzsche para o pensamento além do bem e do mal – entre superiores e inferiores, como também em modos de vida a serem qualificados, conforme explica em seu terceiro aforisma

Atrás de toda lógica e da aparente liberdade de seus movimentos, há valorações, ou melhor, exigências fisiológicas impostas pela necessidade de manter um determinado gênero de vida. Daí a idéia, por exemplo, de que tem mais valor o determinado que o indeterminado, a aparência menos valor que a "verdade". (NIETZCHE, 2001, p. 13)

Por isso, sob a ótica pós-estruturalista a identidade é algo incompleto, uma promessa que repercute na vida cotidiana através da diferença – a estratégia de distinção, separação e hierarquização do outro. É por esse caminho que a marginalização opera:

...the dispositions we combine under the category of 'difference' - especially insofar as that term is often used to refer to entries in a register of marginality, such as race, class, gender, ethnicity etc. - are basic to the construction of the discursive field upon which the dichotomy of identity/difference is itself erected. (CAMPBELL, 1992, p. 86)

Com isso, temos que sobre esse espaço moral que é erguido pela diferença uma metáfora em especial surgirá na modernidade: a figura do corpo político. O tema da espacialização da diferença não está presente somente em Campbell. Shapiro (1997) pensará numa cartografia da violência o exercício do poder em nominar o amigo e o inimigo, o eu e o outro. É corretamente sobre o corpo, e a definição de suas partes, que funcionarão esses mecanismos de exclusão, marginalização e higienização do político.

A problemática da diferença e do perigo surge, na modernidade, com a concepção da comunidade política tida como um corpo. Não é à toa que Émile Durkheim tenha lançado a solidariedade orgânica como modo de divisão do trabalho social na sociedade capitalista francesa que cada vez mais se especializava, tal qual os órgãos do corpo humano<sup>4</sup>, cada um com sua atividade específica dentro da visão contratualista de sociedade,

<sup>4</sup> É importante também imaginar que essa conceitualização sobre o organismo humano é algo totalmente recente, em que cada órgão teria uma função específica dentro do sistema. Em outras cosmologias, essas definições podem ser significadas de outras maneiras.



“Em definitivo esse direito tem na sociedade um papel análogo ao do sistema nervoso no organismo. De fato, este tem por tarefa regular as diferentes funções do corpo, de maneira a fazê-las concorrer harmonicamente; ele exprime, assim, naturalmente, o estado de concentração a que chegou o organismo, em consequência da divisão do trabalho fisiológico. Por isso, pode-se medir, nos diferentes níveis da escala animal, o grau dessa concentração segundo o desenvolvimento do sistema nervoso. Isso quer dizer que se pode igualmente medir o grau de concentração a que chegou uma sociedade, em consequência da divisão do trabalho social, segundo o desenvolvimento do direito cooperativo com sanções restitutivas.” (DURKHEIM, 1999, p. 104)

De fato, diversos exemplos na história recente nos alertam para o problema que a desordem se encerra no corpo político; mais impressionante é o seu uso no discurso dos políticos profissionais, como nos discursos fascistas na Itália e Alemanha. Em *“Imagining the State”* (NEOCLEOUS, 2003), Mark Neocleous retoma essa preocupação do fascismo com o corpo político e sua “infecção” pelos inimigos ou aqueles grupos sociais detestáveis por eles. Se por um lado havia a preocupação nesses partidos com a disciplina do corpo do dirigente, tendo em vista a representação do poder soberano em si mesmo, por outro reproduzia-se a constante possibilidade da corrupção do corpo político pelos grupos marginalizados e estigmatizados. O discurso biologizante e médico tem influência fundamental nessa relação, uma vez que constrói essa ponte entre as duas realidades. Por isso, ouvem-se e ouviam-se as metáforas mais descabidas e estigmatizantes como “os judeus são um câncer para a sociedade”, bem como um tumor ou uma praga. A resposta, sabemos, veio em forma da eliminação completa, eliminação cirúrgica e higiênica, industrial e racional – conforme muito bem salienta Zygmunt Bauman, sob a premissa de que, acima de tudo, os eventos que engendraram o Holocausto não estão inscritos na anormalidade, na irracionalidade, mas fatalmente foram produto de uma série de fundamentações “científicas”, empiricistas, enfim, modernas:

O indizível horror que permeia nossa memória coletiva do Holocausto [...] é a corrosiva suspeita de que o Holocausto possa ter sido mais do que uma aberração [...]; a suspeita, em suma, de que o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo o que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como o verso e o reverso de uma moeda. (BAUMAN, 1998, p. 26)

Assim, o retorno ao corpo do estado, ao corpo político, coloca, em si, a distribuição sensível do corpo e da doença, da patologia e da iminência do falecimento:

In biologizing all the ills that may occur in the body of the state, such arguments assume correspondences exist between political and natural bodies in the realm of pathology. The body politic comes to be imagined less as a complete body – individual, whole and balanced – and more as a problematic and even diseased body. (NEOCLEOUS, 2003, p. 30)

Além disso, imaginar a sociedade como um corpo é resultado de um intenso investimento do poder na despolitização da vida cotidiana, do controle e disciplina dos corpos que atravessou os últimos séculos aumentando o poder da clínica sobre os sujeitos (FOUCAULT, 1977). Ora, saber-se doente passou de uma condição de status coletivo para individual a partir da prevenção, do cuidado, da preservação contra os riscos, que fundamentalmente se tornou uma condição social. As políticas de “oxigenação” dos grandes centros urbanos nos séculos XIX e XX tinham por objetivo mover os “miasmas” das doenças correntes, mas que efetivamente afetaram as populações marginalizadas e pobres da sociedade. Assim, a articulação entre a ameaça e o corpo político na construção da ordem social:

...turning the problem of order into a question of the health of the social body (‘public health’) helped depoliticize the working class in the name of national hygiene and well-being, turning the question of ‘reform’ into the question of ‘sanitary improvement’ and thereby pre-empting any real working-class incursion into the arenas of political and social power. The historical outcome of associating medical categories with specific social groups in this way was the introduction of a comprehensive system of surveillance and administration of the social body, and in particular the parts supposedly most susceptible to contagious diseases. In other words, the introduction of a set of monitoring operations over the social groups regarded as dangerous. (NEOCLEOUS, 2003, p. 33)

Portanto, como corpo – alternativa metafórica representativa poderosa no ocidente – o estado estaria permeado por ameaças, contágios, penetrações que discursivamente desafiam o todo, a pureza e sacralidade do corpo político. O importante é conceber a marginalização e exclusão como um processo ativo e produtivo do corpo político e que se fundamenta na escritura da segurança e na prescrição dos perigos e ameaças a esse corpo.

Como notado extensamente na Antropologia, e referida em Campbell, com Mary Douglas, a característica das noções de impureza levam a narrativas de perigos e ameaças para a comunidade. Para a antropóloga, a noção de impureza que permeia os tabus na vida religiosa dão conta de um processo muito mais diversificado e múltiplo que é o da definição das coisas,

“...porque me parece que as crenças relativas à separação, à purificação, à demarcação e ao castigo das transgressões tem como principal função sistemática uma experiência essencialmente desordenada. E só exagerando a diferença entre dentro e fora, por cima e por baixo, masculino e feminino, com e contra, que se cria uma aparência de ordem.” (DOUGLAS, 1986, p. 8)

É exatamente na/pela fronteira em que os problemas da Política Externa resultarão no processo de representação dos perigos subjetivados; nas periferias e capilaridades do poder – que propositalmente jogam determinados grupos para a periferia; quer dizer, a noção de periferia, de distanciamento objetivo e subjetivo do centro, somente existe se considerarmos enquanto condição de possibilidade do centro – estariam os “elos fracos”, os selvagens e bárbaros que dão ao status objetivo a percepção de totalidade coerente.

Danger might involve pressure on the external boundaries; it might involve the violation of internal boundaries; it might be located in the margins of the boundary; or danger might arise with contradictions from within. Were there no borders, there would be no danger. (CAMPBELL, 1992, p. 92)

O perigo, então, é visto como uma possível desordem sistêmica aquela que pressiona, na fronteira, a estabilidade da identidade. Essa versão da dicotomia normal/anormal dá conta, como extensivamente trabalhado na obra de Foucault, das tensões com a moralidade: a sujeira, a anarquia, a patologia se fundamentam na maldade dos indivíduos, das classes sociais. Desta maneira, poderemos compreender, mais à frente, como a “promoção de estilos de vida ocidentais” levados a cabo seja por liberais, como por trabalhadores de ONG’s cria subjetividades, masculinidades e feminilidades desviantes, e é um fator de desestabilização da coesão do discurso da sustentação da identidade russa. Para Campbell o discurso da patologia exerce duas funções principais: ele age não sobre evidências empíricas, mas sim, contra elas e esse discurso, geralmente, engloba diferentes estigmas que o tornam diferente em relação aos outros (CAMPBELL, 1992, p. 98) . Esse estigma recaiu sobre a masculinidade herdada do “homo sovieticus”, como aquele homem derrotado na Guerra Fria, infértil, alcóolatra, responsável pela corrupção da nação russa para o ocidente; é por esse caminho que a masculinidade representada por Putin se distinguiu através da alteridade.

À despeito de uma pretensão natural do estado moderno à guerra, as ameaças e perigos participariam como uma função importante na manutenção dos vínculos entre ordem (interna) e desordem (externa). Michael Shapiro defende a suposição de gramáticas violentas que sustentam culturas e práticas de guerra na

modernidade política, ou seja, que a construção do estado e sua relação com os demais entes está fundada na crença de uma cartografia especialmente determinada para lidar com o outro, com inimigo, com o estrangeiro. Ora, o elemento principal de uma cartografia é o desenvolvimento de “cartas” que documentam uma apreensão do espaço dado; porém, também não são quaisquer cartas que efetivamente contribuem para o imaginário geográfico, antes, é uma função do poder soberano descrever, colocar, e recortar aquele espaço em representação<sup>5</sup>.

Com Hegel, por exemplo, a Guerra é uma instância da necessidade. Não é efetivamente uma necessidade ruim para o estado, mas pode fazer com que os cidadãos reforcem seus compromissos e contratos éticos com ele. É, por isso, um maneira de consagrar uma “vida ética da comunidade”. O encontro com a alteridade, assim, poderia reforçar a coerência interna do “eu”, apesar de renegar o aspecto destrutivo do combate:

For the individual, negation—an encounter with an aspect of alterity—strengthens the autonomy and coherence of the self. Hegel's wish for the state is that it also experience negation in order to strengthen its autonomy and maintain its coherence. In times of peace, according to Hegel, civil life threatens the "health and unity of the [state] body," as individuals, working for "particular Ends," pour their energies into "their own special and independent associations. (SHAPIRO, 1997, p. 42)

A destruição total do outro levanta outra questão, contudo. Se o “eu” depende existencialmente do “outro”, destruí-lo faz com que sua necessidade se torne inócua. O mesmo processo pode ser visualizado no tocante à total segurança do estado: estancadas as ameaças, todo o aparato de segurança torna-se dispensável. Como, para Hegel, o estado também é um indivíduo, ele necessita de sua negação, de seu “outro”, na medida em que precisa de inimigos para sua própria saúde e solidariedade. É nesse desejo pela guerra, que reside o reflexivismo de Hegel: através do desejo no outro que uma entidade torna-se consciente e autônoma. Esse problema do desejo é que produz um antagonismo aceitável contra um inimigo cujo

---

<sup>5</sup> A narrativa do espaço, da imensidão do estado está longe de ser relacionada com a Literatura, por exemplo. Jorge Luis Borges quando escreveu o pequeno conto sobre o “Rigor na Ciência” capturou o sonho da ciência positiva: acessar a verdade pela realidade. Havia um Império em que o desenvolvimento da cartografia fez possível que se desenhasse um mapa tão grande quanto fosse o território daquela província; o mapa cobriu todo seu território pontuando todas as coisas do Império. Entretanto, as gerações posteriores viam a cartografia como uma coisa desinteressante. O problema pode ser visto a partir da lógica fenomenológica para a implicação do indivíduo. A intimidade e vastidão do espaço, lembremos, são experiências poéticas para Bachelard (BACHELARD, 1994). Enquanto poéticas, elas dirão as visões pessoais do poeta da sua lógica interna para a vastidão do espaço que, efetivamente é o estado.

papel é perpetuar a identidade do “self” que o coloca como inimigo (SHAPIRO, 1997, p. 46). Assim, uma possibilidade de guerra, uma condição de possibilidade. Em Clausewitz, Shapiro chama atenção para a continuidade dessa lógica dos espaços violentos e da militarização da vida do cidadão – calcada acima de tudo, na versão prussiana de recrutamento universal entre os homens -. A função militar do Estado em Clausewitz é material, mas também espiritual:

As was the case with Hegel, the state for Clausewitz was a spiritual as well as a territorial entity. His advocacy of a citizen army and his valorization of "the fighting power of the people" were not simply an argument for efficiency. Popular participation in war evoked a warlike spirit that sanctified the bond between citizen and state and produced a sacred legitimation for the state and its territorial boundaries. Again and again he referred to "spirit" as the source of the strength of state institutions, and although efficiency was always a part of his equation, it is undeniable that the collective identification of a people with a state was primarily ontological for Clausewitz. (SHAPIRO, 1997, p. 52-53)

## 2.5

### Identidade, segurança e lealdade

Vimos, que de certa maneira, a construção subjetiva dos perigos e ameaças à totalidade do estado, à definição da comunidade política, está indubitavelmente inscrita na formulação da definição e sustentação da autoridade do ser, o que, efetivamente se dá, numa leitura Heideggeriana, pela confusão, na metafísica com o ente. Nesse sentido, as versões positivistas da segurança dão ao estado um status ontológico, uma vez que entende-se que a realidade é um objeto a ser alcançado, e, portanto, para ser estudado este objeto deve ter essa condição *sine qua non*. Esta é a posição, por exemplo, de Brent Steele (2008); ao contrário da concepção realista de que o estado busca manter a sua existência física por sua própria natureza, para Steele o que motiva a sobrevivência é a reprodução da identidade de si dos estados, mesmo que materialmente essas ações pareçam irracionais ou ajam contra a própria manifestação “física”, fundamentada em grande medida na identidade corporativa de Alexander Wendt (1999, p. 339):

Internal sources of stability refer to factors within actors that make them not want change. Ultimately this is rooted in the human need for ontological security, which creates a generalized preference for order and predictability, but of more concrete importance is the internalization of roles in identities, which generates subjective commitments to objective positions in society.

A segurança ontológica, embora Steele não problematize essa questão, perpassando apenas como um debate do auto-reconhecimento, então, é a condição de possibilidade para que o discurso mantenha a homogeneização da identidade e as regras do jogo que colocam os indivíduos em tal ou tais “identidades”, ou seja, a ontologia da segurança propõe a visão de que o que causa a insegurança é a indefinição do ser:

Ontological security, as opposed to security as survival, is security as being. For Giddens, “to be ontologically secure is to possess . . . answers to fundamental existential questions which all human life in some way addresses” (Giddens 1991: 47). Individual agents “reflexively monitor” their actions on a regular basis. Secure agents reproduce these actions in the form of routines which contribute to the sense of “continuity and order” that is so important to their sense of self. (STEELE, 2008, p. 51)

Nesse sentido, a rotina para Steele é fundamental na compreensão da manutenção ontológica do estado. São nas práticas diárias da vida cotidiana em que a sensação de ordem e continuidade estão localizadas. Com a rotina, a ordem ganharia um grau de previsibilidade dos acontecimentos contra uma ansiedade cada vez mais intensa – como característica do moderno -, embora, sabidamente, nela estejam localizadas a restrição da liberdade e a transformação dos sujeitos em objetos. O que de fato ocorreria é que

We thus construct routines to protect ourselves from this dizziness – routines establish order and predictability. Thus a deeper issue to consider with “rigid” routines is that they not only prevent us from reforming our actions, they inhibit our humanity. They turn us from subjects to objects. It is precisely because routines reduce our freedom that we find them comforting. They reduce the number of things about which we can feel anxious. (STEELE, 2008, p. 61)

A Política Externa para Steele também entraria na condição de rotina do estado na promoção da segurança ontológica, é por ela que a narrativa de si entraria em prática nas Relações Internacionais; assim, o estado-nação buscaria a forma de manter sua auto-identidade consistentemente: “...and the “Self” of states is constituted and maintained through a narrative which gives life to routinized foreign policy actions. Those routines can be disrupted when a state realizes that its narrated actions no longer reflect or are reflected by how it sees itself” (STEELE, 2008, p. 3)

Ora, o que é a rotina senão a normalização da vida, ou seja, a manutenção da normalidade em relação à anormalidade, que surge como produto das relações de poder dadas – ou então, num outro olhar sociológico, o hábito em agir

socialmente sob o *habitus* de classe, dispositivos sociais que hierarquizam na distinção os agentes no exercício do poder simbólico, como por exemplo, quando Bourdieu explora a condição da noção de identidade e região na produção e reprodução de divisões na sociedade, ou seja, de classes sociais, na realização do campo das classificações;

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular da luta de classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a divisão legítima do mundo social e, por esse meio, fazer e desfazer grupos. (BOURDIEU, 1989, p. 113)

Afinal, existe todo um exercício de prática do poder que existe e subsiste no e pelo estado, como processo incansável de dominação e classificação dos indivíduos e na produção de crenças e saberes. Mais profundamente, persiste o problema da doxa de “tentar pensar o Estado e expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado e, portanto, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado.” (BOURDIEU, 1996, p. 91)

Jens Bartelson (2001) também nos ajuda a expandir a problemática quando encontramos que a presença do estado no discurso político não é um dado apriorístico, antes é estabelecido pela autoridade, cuja fundamentação é ela mesma, “When authority is posited as constituting, authority is seen as without foundation outside itself: it is nothing but an unfounded act which has itself been rendered foundational by the imposition of a certain forgetfulness as to its divine or violent origin.”<sup>6</sup> (*idem*, p.7) Ora, se a ordem somente existe através da autoridade e a ordem é tida como a condição de possibilidade da segurança ontológica – ou da manutenção da securitização daqueles/daquilo que são ameaças e perigos – a identidade do estado é constituída pela autoridade, uma vez que é constitutivo do discurso político agregar harmoniosamente os conceitos de comunidade e autoridade. Nesse sentido, dois principais movimentos acontecem: um condiciona a identidade do estado para assumir que a ordem manifestada pelo estado é distinta daquela manifesta no sistema internacional, onde, por sua vez, é reafirmada a autoridade e comunidade frente a outras centenas de unidades similares a elas

---

<sup>6</sup> Ver DERRIDA, Jacques. *Força de lei*: o fundamento místico da autoridade e BENJAMIN, Walter. Crítica da Violência, Crítica do Poder. In **Documentos de Cultura. Documentos de Barbárie**.

mesmas<sup>7</sup>; a segunda consideração é que o estado é comumente diferenciado da sociedade doméstica, justamente por ser o espaço “autorizado pela autoridade”, ou seja, um estado “político” que dá lugar a uma sociedade pré-política (BARTELSON, 2001, p. 12-13)

Como visto acima, as relações entre segurança, ontologia e identidade são muitas vezes conflituosas, e tornam-se ambíguas. Com Lebow (2012), assumimos um mal-estar com a identidade, conforme estamos epistemologicamente acostumados e ancorados no conhecimento que na verdade dependem da maneira pela qual os indivíduos propagam e reproduzem os discursos que estabelecem a identidade. O problema colocado de outra maneira é que, como qualquer outro conceito nas ciências sociais, eles se referem a nada que exista “realmente” – pelo menos em sua epistemologia – mas que, então, por outro lado, a identidade é um obstáculo própria para a compreensão da identidade. Assim, seria mais confortável falarmos em auto-identificação pois

...it starts from the recognition that we have multiple self-identifications that constitute what we think of as our identity. The focus on self-identification has several other advantages; it forces us to recognize the malleable nature of what we call our identities and the extent to which this composite often includes contradictory components. As self-identifications are primarily the result of affiliations and roles, they highlight the social nature of identities, but also recognize the importance of agency. (LEBOW, 2012, p. 17)

A transformação da identidade pessoal em direção da identidade nacional põe o problema da constituição das comunidades e autoridades políticas, como definidas em Bartelson, durante o século XIX. Após o romantismo de Rousseau, a Filosofia Política<sup>8</sup> passou a compreender ambas identidades inextricavelmente relacionadas. A identidade pessoal “...could only find healthy and creative expression within a larger, national community” (*idem*, p. 23). Com Hegel, essa

<sup>7</sup> Martin Wight, por exemplo, ao diferenciar a teoria política e o Direito das Relações Internacionais, estabelece a distinção onde uma linguagem e práticas não seriam cabíveis de um campo ao outro. Assim, a compreensão do afastamento da ordem doméstica da ordem anárquica, através das noções de guerra e paz, progresso e repetição, soberania e anarquia, toma conta da busca por uma linguagem válida e legitimada para as RI, por mais que o Direito Internacional coloque o problema da Guerra como a delimitação do combate, das armas, da violência, todas essas propostas, desconhecidas, assim do ponto de vista da sociedade anárquica.

<sup>8</sup> Outra linha do pensamento corre sobre o debate da influência dos filósofos sobre a política. Essa é a tese de Jacques Rancière (RANCIÈRE, 1996) em relação ao desentendimento entre a Filosofia e a Política. Ao pretender supor o fim do litígio da comunidade política, os filósofos pós-socráticos, na verdade, contribuíram para a transformação daquilo que distribui as formas de compreensão dos papéis de cada um na *pólis*. O processo emancipatório, então, da Política sobre a Filosofia deve ser o de realizar-se no dissenso, na reescritura da partilha do sensível, enfim, da redistribuição da parcela daqueles que não tem parcela.



relação se estenderá completamente em sua versão do estado como versão última da evolução histórica da política. Hannah Arendt (ARENDR, 2013), por sua vez, observará as tensões entre a constituição da comunidade política moderna em relação ao problema da nacionalidade dos refugiados da Primeira Guerra Mundial; ora, com o fim de Estados, com os refugiados sem uma identidade e passaporte, eles são colocados na exceção, na regra sem lei, portanto confrontados com o limite da política dos estados nacionais. É essa a tragédia, mesmo com a diferença entre contextos, do Coronel Chabert de Balzac: ter de reconhecer que ele é ele mesmo, e depender disso, da sua identificação com o estado francês, mesmo sob a suspeita de sua doença e da pobreza a que se encontrava quando buscou um advogado para solucionar seu caso. Dizia que

“Após os dois anos de detenção que fui obrigado a suportar, após ter ouvido mil vezes que os guardas dizerem: ‘este aí é um pobre coitado que acredita ser o coronel Chabert!’ a pessoas que respondiam: ‘Coitado!’, me convenci da impossibilidade da minha própria aventura, fiquei triste, resignado, tranquilo e renunciei a dizer que era o coronel Chabert, para poder sair da prisão e rever a França. Oh, senhor, rever Paris! Era um delírio que eu não...” (BALZAC, 2013, p. 28)

É a partir, sobretudo, das leituras na literatura sobre as rupturas, continuidades e transformações internas da narrativa, que Lebow questiona quatro “princípios” enraizados profundamente no pensamento social ocidental (LEBOW, 2012, p. 24): a pressuposição de que temos um “self”; de que podemos de alguma maneira sustentar continuamente uma identidade definida, mesmo que nossas personalidades, afiliações, papéis, e porque não gostos, mudem no curso da vida; de que nossas identidades são únicas; e, por fim, a infinita possibilidade de que possamos transformar nós mesmos.

Essas considerações do *establishment* são demonstradas como ilusões na constante reescrita do passado. Na verdade, a continuidade da identidade é muitas vezes desafiadas em termos das variadas respostas e reconfigurações que são circunstanciais dos eventos: a narração da história do tempo presente é a constante acomodação dos acontecimentos frente as necessidades contemporâneas. No “Em Defesa da Sociedade” (2005), Foucault captura esse momento no século XIX, da racionalidade histórica quando os historiadores franceses precisam buscar nos eventos “históricos” as raízes francesas dos gauleses, gregos ou dos francos de tal modo que pudesse esclarecer e dar coerência a uma narrativa que vinha sendo escrita durante aquele período. Ao defenderem a unidade da identidade, Lebow

alerta para a presunção de que a memória é um punhado simétrico desses eventos, quando, ao contrário são altamente seletivos (LEBOW, 2012, p. 26).

A questão da unicidade da identidade é um problema quando consideramos que determinadas narrativas são amplamente difundidas na coletividade com certo grau de precisão e coerência. Nesse sentido, o “centro de gravidade” das comunidades são as formas de memória coletiva e suas ritualizações – como as tradicionais paradas militares da Vitória Russa na Guerra Patriótica, que durante a União Soviética eram realizadas a cada 10 anos, durante o governo Putin passaram a ser anuais -. Apesar de não ser incoerente, “to the extent that identity is socially conferred and memory socially constructed, it is something we want to share with others. For all these reasons, claims of uniqueness are more ideology than reality” (*idem*, p. 27).

Sobre a condição de remodelagem da identidade, resta pensar em que medida ela é autêntica a ponto de definir uma origem ou uma herança e também como ela é determinante para definir a ação social dos sujeitos, ou seja, em que medida existiria espaço para a agência. O problema é que “if we can reshape our identity, we are no longer the same people we were previously and our continuity is questionable” (LEBOW, 2012, p. 30). Para Lebow, se a identidade possui um grau de transformação, ela não é capaz de capturar a essência do indivíduo; se finalmente produzimos a identidade para ordenar uma determinada heterogeneidade interna, isso deve-se à divisão e separação do corpo do indivíduo (BRETON, 2002).

A partir disso, poderíamos pensar a o problema do problema da identidade russa nos referenciais da narrativa e da auto-identificação. De maneira geral, as narrativas podem ser pensadas pelo surgimento, decadência e consequências de identidades particulares mobilizadas pelos sujeitos; em especial, haveria três tipos de narrativa: a “idade dourada”, utopia e distopia (LEBOW, 2012, p. 51). Como característica da distopia temos que ela “...depict dysfunctional societies that exaggerate features of the present, like bureaucracy, capitalism, socialism, advertising and technology, to show their truly dreadful consequences when used for perverse ends.” (LEBOW, 2012, p. 73). Ela em especial irá ditar a questão da decadência da civilização ocidental ou de uma falsa Europa, cujo devir russo será expurgar esses sujeitos.

## 2.6 O Sujeito da Segurança

Ao pensar a conexão entre identidade e segurança, Neocleous (2009) retoma a nação como uma comunidade imaginada, e indaga sobre os valores inerentes a essa imaginação: e se ela mesma fosse imaginada como insegura? Para o autor, a relação entre identidade e segurança estabelece-se através da fabricação da segurança nacional que por sua vez alimenta uma identidade nacional e vice-versa, através da ideologia da segurança. Para além das discussões existencialistas e ontológicas, pode-se perceber um movimento mais complexo e dinâmico presente no discurso político centrado no estado que autoriza e exclui em nome da segurança (NEOCLEOUS, 2009, p. 107).

Analisando a lógica anticomunista americana, durante a Guerra Fria, Neocleous identifica a lealdade como a tecnologia que estabelece o nexo entre a identidade e segurança (*idem*, p.108). Ora, ser leal é obedecer a ordem, as normas que lhe são inculcadas. Mais que isso, e o exemplo da Guerra Fria torna explícito, é estar em constante vigilância sobre os pensamentos e práticas, de si e dos outros, e essa vigilância e controle dos outros, de certa forma se baseia na política externa a que Campbell se associa. A produção da diferença através da escrita da segurança favorecem padrões de alteridade e normalidade que se associarão à capacidade de inculcar no cidadão o seu devir patriótico. Ou seja, a segurança não seria somente uma expressão do poder, mas uma lógica de atuação no cotidiano da vida do estado e de seus cidadãos (NEOCLEOUS, 2000). E neste caso a lealdade à ordem, tem a ver com o patriotismo.

Maurizio Viroli (1995) propõe uma separação conceitual entre o nacionalismo e o patriotismo, para melhor compreender os fenômenos. Assim, defende duas linguagens distintas, uma apropriando-se da lacuna espaço-temporal deixada pela outra. O patriotismo teria como fonte o apreço e amor pelas instituições republicanas, a manutenção da ordem civil e das garantias dos direitos e deveres, como fonte inspiradora as experiências de Roma e das cidades-estado italianas, de tal modo que o patriotismo, para Viroli, está normativamente ligado à garantia das liberdades; portanto, o amor patriótico é dado pelo respeito ao espírito das leis da *polis*. Já o nacionalismo teria aparecido como uma transformação da linguagem do patriotismo, passando do amor ao país para o amor à nação, a um

mito fundador que purificou e pacificou, em determinado momento, a história de uma população:

The birth of the language of nationalism involved a change in the meaning of the concept of fatherland, which gradually became a non-political concept no longer centred on political and civil liberty, but on the cultural and spiritual unity of a people. (VIROLI, 1995, p. 94)

Sem intenção em localizar o debate sobre quais políticas são nacionalistas ou patrióticas, devemos no debruçar de que modo isso é refletido na realização do discurso, no estabelecimento de exclusões e inclusões através do político, das lutas diárias a que os indivíduos estão jogados. Ao localizar as ameaças também como internas (pós-Revoluções coloridas) o Kremlin se deu conta de que estabelecer o patriotismo entre os indivíduos garantiria a lealdade não somente ao partido Rússia Unida, mas sim à idéia patriótica de defesa da nação.

National security, then, does not just facilitate the reordering of international society, but postulates the interrelatedness of so many different *internal* political, economic and social factors that virtually nothing is beyond its concern. Characterised by expansiveness concerning domestic issues and a tendency to colonize more and more areas of social being, security comes to obscure any distinction between the civil and military, the internal and external, to the extent that the whole of civil society ends up being administered according to the doctrine. (NEOCLEOUS, 2009, p. 111)

É assim que a distinção entre interno e externo – que é o objetivo principal da Política Externa – é desfeita: o perigo interno é gerado por conexões externas, o perigo externo também é fomentado por grupos internos (supostas “alianças” de ONGs com os interesses ocidentais, financiamentos de institutos e países que desafiarão a “democracia soberana” russa). Assim, o controle e a conquista de “mentes e corações” da população torna-se tão importante quanto a mobilização dos recursos materiais. A lealdade no patriotismo, enquanto um produto da emoção e da política, estabelece-se, diz Neocleous, até mesmo em Hobbes, como um componente da segurança: para obter a ordem doméstica contra os bárbaros estrangeiros, deve-se, sobretudo, manter os ânimos e expectativas iguais entre os cidadãos. Como reflexo disso, três características da lealdade podem ser elencadas (NEOCLEOUS, 2009, p. 123): a lealdade é uma ilusão que busca omitir o aspecto “cru” do poder e tornar a obediência dos indivíduos ao estado uma dádiva ou uma dignificação; a lealdade é dada como um sentimento natural, uma “resposta” espontânea para uma tradição nacionalista que obedeceria a uma ordem natural das

coisas – as definições tradicionais dos papéis de gênero, a biologização do sexo e da sexualidade, etc. – priorizando a lealdade ao estado como caráter primário do indivíduo na vida comunitária; e, por fim, que a radicalidade da lealdade também deve ser controlada, como, obviamente, um desvio do caráter ordeiro-ordenador do cidadão leal.

Durante a década de 1950, com a caça às bruxas destacada pelo senador McCarthy, foi baseada nas construção das ameaças externas do comunismo soviético. Essa ameaça interna, para o autor passou a definir a identidade nacional, e como tal, também estabeleceu a ordem social, entre aqueles leais ao estado e os desleais, os trabalhadores fiéis ao capitalismo e os subversivos comunistas, as mães de família que obedecem a ordem patriarcal e aquelas mulheres com vida sexual mais desinibida, até mesmo quem defendesse condições igualitárias, negando o racismo institucional-legal americano vigente à época. Essas e outras classificações durante esse período foram realizadas pelo governo americano nas comissões de investigação do “Programa de Lealdade”. Os cidadãos desleais, que caíam nas nomenclaturas detalhadas, eram caçados, não necessariamente por serem comunistas, mas sim, pela construção de um arquétipo do inimigo comunista.

Portanto, ao buscar a subversão, foi estabelecido o ideal de cidadão, o modelo a ser seguido, como forma de moldar ordem social americana fundamentada na segurança, o problema, em si, não estava contido na ameaça comunista:

The in-depth research, however, shows that very few members of communist organisations were found. This in part explains why so many questions were concerned less with formal membership or informal connections with such organisations, or even international affairs and political doctrines, and much more with a wide range of social and political beliefs, revealing an incredibly narrow and conservative vision of ‘disloyal’ tendencies. (NEOCLEOUS, 2009, p. 127-128)

Por fim, buscamos observar de que maneira o problema da definição de fronteiras na diferença estabelece-se na legitimação de exclusões e hierarquias. Como um processo em que são articuladas alteridades “externas” e “internas”, pela Política Externa/política externa, essas exclusões e hierarquias conformam a ordem social do corpo político, autorizando práticas e dispositivos de repressão que produzem subjetividades controladas e desviantes, aceitáveis e estigmatizadas.

### 3. Do gênero à subjetividade

No capítulo anterior, determinamos, para nossa análise, que a Política Externa – entendida como a disciplina tradicional das RI - oferece ao discurso do estado, a reprodução da constituição da identidade somente possível pela intervenção da política externa, aquela que limita a identidade “interna” do estado. Mais que isso, a segurança define subjetividades que ora estão incluídas, ora excluídas da comunidade política: a ordem social produzida, portanto, exerce papel definidor para isso; como toda ordem social moderna ela é prevalente em construções hierarquizadas de masculinidades e feminilidades. É esse o nexo entre o desenvolvimento do ocidente como ameaça – autorizado por uma ontologia e epistemologia estadocêntrica e mecanicista – que permite a redefinição de sujeitos em padrões de masculinidade hegemônica.

Agora, deveremos estabelecer o vínculo entre a produção da comunidade política e as construções de gênero, em torno de masculinidades e feminilidades, que, em última instância, trabalharão em determinar as relações entre os sujeitos. É extremamente importante reconhecer que, apesar da insistência da modernidade em apagar as nuances e criar dicotomias e oposições estruturalizantes, devemos compreender e salientar a convivência e manutenção de tipos plurais de masculinidades e feminilidades, sejam eles identificados em indivíduos ou em instituições ou no próprio estado, como ponto catalisador dessas representações, conforme veremos.

Assim, para nós, é essencial pensar a contribuição do(s) feminismo(s) para os conceitos de nacionalismo e patriotismo, entendendo-os, conforme sublinhado no capítulo anterior, como narrativas específicas do estado moderno em estabelecer a inclusão e exclusão de sujeitos, permissão e negação de direitos, etc., afinal a constituição de subjetividades determinadas pelas relações de poder. Se por um lado o poder age na produção de uma verdade supostamente neutra, por outro, deve-se buscar nos mecanismos e estratégias que agem sobre e sob o texto para encontrar a política de dominação a que ele fomenta ao mesmo tempo em que invisibiliza.

Para tal, devemos, antes, conceituar gênero e orientar-nos no debate do campo. Dois conceitos dos estudos de gênero emergirão como peças essenciais para a compreensão do argumento geral deste trabalho, que são a masculinidade

hegemônica e a hipermasculinidade, o segundo dependente do primeiro. A masculinidade hegemônica é operada na constituição de uma sociedade profundamente hierarquizada e normalizada, por gênero, raça e/ou classe social, onde uma determinada masculinidade ocupa lugar de dominação em constante disputa e hegemonia em relação a outras masculinidades subalternas e desviantes, bem como feminilidades distintas. A questão é que, em determinados períodos essa expressão de hegemonia de uma masculinidade, torna-se hiper-representada, seja tanto para anunciar um status específico de “superioridade” como numa situação de “subalternidade”.

Por fim, delineamos, através desses conceitos, a contribuição da subjetividade corporificada da figura de Vladimir Putin para a rearticulação e mobilização de uma determinada masculinidade que reclama as transformações e crises vividas na sociedade russa pós-soviética, movimenta simbolicamente através do nacionalismo e patriotismo as subjetividades inerentes a uma Rússia “que nunca deixou de ser Grande Potência”.

Além disso, um problema fundamental na associação entre os indivíduos e o corpo político que é a lealdade, pode ser lida pela ótica do nacionalismo e do patriotismo. Para defender a pátria são necessários patriotas. Porém, assume-se que nem todas as qualidades são inerentes a todos os cidadãos e, por isso mesmo, a construção de patriotas passa pela disciplinarização e regulação da vida da nação. Ora, ao determinar quem é leal e desleal, patriota e não-patriota, o político admite padrões de aceitação e negação que permearão o estado de modo a constituir subjetividades autorizadas e incluídas na modernidade. É deste modo que acreditamos que gênero é algo constitutivo da agência política e que está encapsulado nas relações sociais, essencializando, hierarquizando e marginalizando práticas e discursos fora das narrativas tradicionais que, vez por outra, são localizadas justamente no estado e na nação.

### 3.1

#### **Estado da disciplina: feminismo/feminismos nas Relações Internacionais**

O desenvolvimento da teoria feminista, nas Relações Internacionais, parte do pressuposto da divisão ontológica da sociedade entre as construções de masculinidades e feminilidades que compõem as relações sociais e que

hierarquizam as ações entre aquelas mais inerentes a um grupo do que a outro. Fundamentalmente, o feminismo traz à tona as denúncias de que o objeto, a metodologia e os posicionamentos dominantes da disciplina se encerram, também, sob uma visão masculinista (MOURA, 2010). Além disso, parte-se da importante premissa de que tudo aquilo que chamamos de internacional também é, em si, um fato pessoal, localizado na experiência única do sujeito (TICKNER, 2001)

Nesse sentido, o poder, a soberania e a segurança têm sido enquadradas em características masculinas, bem como a distinção entre público e privado, doméstico e internacional, que delimitam as fronteiras do pensamento político estabelecendo as condições de possibilidade da ordem e anarquia.

Distinctions between domestic and foreign, inside and outside, order and anarchy, and center and periphery have served as important assumptions in theory construction and as organizing principles for the way we view the world. Just as realists center their explanations on the hierarchical relations between states and Marxists on unequal class relations, feminists can bring to light gender hierarchies embedded in the theories and practices of world politics and allow us to see the extent to which all these systems of domination are interrelated. (TICKNER, 1992)

A esta capacidade de categorizar e classificar os grupos sociais em determinados padrões de ação e reprodução é pressuposta a capacidade dos grupos dominantes no Sistema Internacional, bem como aos grupos dominantes é dado o poder de classificar determinados conflitos em guerra “de verdade” ao entenderem que as chamadas “Novas Guerras” ou “Novíssimas Guerras” ocorrem como conflitos de baixa intensidade, sem objetivos políticos mais densos, desmasculinizadas, em outras palavras, são secundarizadas, e despolitizadas.

No entanto, as teorias feministas possuem diferentes abordagens no que tange a construção da desigualdade de gênero além dos processos históricos inerentes aos avanços e retrocessos políticos alcançados, e de como, portanto, essa desigualdade deve ser combatida. Deste modo, podem-se destacar, ao menos, três correntes genéricas dentro do feminismo (SANTOS, 2011): o feminismo liberal ou feminismo da igualdade, o feminismo da diferença e o feminismo pós-positivista. O primeiro surgiu com a base do movimento pelo sufrágio feminino, principalmente na Europa e EUA, sugerindo a extensão da cidadania política à mulher, garantindo, assim, o direito de votar e, também, serem votadas. A segunda corrente partiu para a desconstrução e pela visibilização das diferenças (biológicas, sociais, comportamentais) às quais os homens e mulheres são dispostos, haja vista



que a garantia da cidadania política não refletiu em melhorias sociais, ou numa mudança paradigmática das relações sociais. Já a última corrente, e mais recente, procura desconstruir uma universalização da experiência das mulheres, tendo em vista o etnocentrismo calcado numa hegemonização de uma determinada feminilidade “branca, ocidental e heterossexual” (SANTOS, 2011, p. 13); também, deve-se levar em consideração outros elementos identitários, como etnia, classe social e religião, os quais formam um conjunto único – o *habitus* – em que baseiam a tomada de posição dos agentes.

Já para Lene Hansen a teoria feminista desafiará os pressupostos ontológicos e epistemológicos estruturantes da disciplina das Relações Internacionais. Para a autora, existiriam três concepções básicas da ontologia, no feminismo, para a contribuição do campo, muito embora, mesmo que criticamente, o estado participe e esteja presente nas discussões pós-positivistas: “first as given through biological gender; second, as biological gender mediated through social understandings of masculinity and femininity; and third, of both social and biological gender as socially and performatively constituted.” (HANSEN, 2010, p. 18).

Para cada uma dessas ontologias, uma epistemologia também seria estabelecida, como as empiricistas, a do ponto de vista (*standpoint*) e a pós-estruturalista. O primeiro grupo corresponderia às abordagens racionalistas, construindo relações causais sobre o comportamento dos estados e instituições. A segunda vertente decorreria do pensamento pós-marxista, sobretudo preocupado com a questão da emancipação, com os estudos de críticos de segurança, segurança humana e economia política. Por fim, a corrente pós-estruturalista feminista através da análise das práticas discursivas que sustentam a autoridade do poder.

Porém, conforme assumirá Hansen, muitas vezes a abordagem feminista é transversal a diferentes ontologias e epistemologias “...particularly between standpoint and poststructuralist feminism and work with a wide variety of methodologies”. (HANSEN, 2010, p. 19) Estaríamos bebendo dessas duas fontes e debates. Por um lado, a ontologia do estado das feministas do ponto de vista se realiza nas práticas patriarcais que ele suporta: as violências estruturais que colocam as mulheres em situação de desvantagem; isso implica numa virada teórico-empírica profunda, uma vez que o foco é demovido de uma noção abstrata de estado para a análise dos impactos sociais, econômicos e de segurança que muitas vezes

atravessam as fronteiras dos estados. Assim, move-se num “...double shift of focus from mainstream IR and rationalist feminism in that it moves from states to gender and from abstract structures to concrete individuals” (HANSEN, 2010, p. 21). Por essa leitura é que se apresentam as categorias de gênero como masculinidade e feminilidade que são dispostos na produção e reprodução de maneiras próprias de ser homem e mulher, o que nos leva às noções de heroísmo dos cidadãos guerreiros defendendo e protegendo mulheres e crianças – e portanto, a própria reprodução da nação -. Em relação à epistemologia, temos que “the construction of the male as rational implies that ‘scientific’, positivist forms of knowing are privileged, while other more narrative, hermeneutic and contextual forms of knowledge are constituted as feminine and inferior.” (HANSEN, 2010, p. 22)

Já para a corrente pós-estruturalista, a ontologia permanece bastante ligada com o feminismo “*standpoint*”. Ambos compartilham que a distinção entre espaços privados e públicos e a consequente discriminação entre possibilidades de realização das masculinidades e feminilidades neles, dizem respeito às formas de produção de desigualdade. A questão para o feminismo pós-estruturalista é que “if feminist are to ‘bring gender in’, it is not, argue poststructuralists, sufficient to point to women as marginalized bodies, it requires a reworking of the political assumptions and ‘identity solutions’ that the modern state entails” (*idem*, p. 23). Assim, seria necessário acentuar o caráter performativo do gênero, na medida em que o discurso produz determinados sujeitos, que agirão em conformidade e delineamento do discurso.

### 3.2

#### **Masculinidades e masculinidade hegemônica**

Devemos, contudo, compreender de qual(is) masculino(s) falaremos. Aceitamos a proposta teórica de Raewin Connel (1987) ao discutir a masculinidade hegemônica. Para a autora, as hierarquias sociais se articulam a partir de uma proposta de gênero: a masculinidade opera numa hegemonia, tomando por estratégia a criação de um tipo ideal de homem por oposição a outras formas de masculinidade, ligadas à sensibilidade, à emoção, por exemplo. Essa masculinidade hegemônica, então, vai se relacionar buscando apagar e estabilizar as diferenças entre esses homens. É possível compreender, também, que existe uma feminilidade

ênfatizada (*emphasized femininity*) que também cumpre um papel essencial na reprodução das estruturas desiguais na sociedade; essa, por exemplo, pode ser entendida, como aquele grupo de mulheres “imperialistas”, as mulheres de militares e oficiais colonizadores europeus que, na África ou Ásia, também cumpriam o papel de subalternizar as mulheres locais, mesmo que na esfera doméstica ou em assuntos fora da “high politics” (ENLOE, 1989).

Defendemos, portanto, que essa masculinidade hegemônica é substancialmente importante para compreender de que maneira a inclusão e exclusão na política é realizada, e como resultado, temos uma política da identidade, ou uma economia do discurso, nas palavras de Campbell. Do mesmo modo, é possível vislumbrar de que maneira a teoria realista molda e busca em si, no agente que opera o mundo realista, uma masculinidade específica:

Realism, largely developed in a cold war climate, had an affinity with the type of cold war masculinity discussed above—the masculinity of tough- talking presidents and of John Wayne and James Bond. Its ascendancy over prewar liberalism was in part achieved through a successful “emasculatation” of liberalism and of liberals as “failed men” (Ashworth and Swatuk 1998, 82) who had sought to domesticate international politics with Enlightenment reason but had ended up appeasing Hitler. (HOOPER, 2001, p. 103)

É esta masculinidade central que Tickner (1988) crítica ao tentar reescrever e criticar os princípios originais de Morgenthau.

O termo masculinidade hegemônica começou a ser utilizado por Raewin Connell ainda no final da década de 1980. Em 1987 com “*Gender and Power*”, a autora discute a possibilidade e viabilidade em se falar de múltiplas definições de masculinidades e feminilidades, ao contrário do pressuposto até então, que muitas vezes essencializava e reforçava os estereótipos de gênero, contribuindo para a invisibilização de diversas práticas constitutivas de uma ou outra identidade que, afinal, ao serem jogadas num grupo monolítico categorizado como masculino:

Concern with variation in the traits for which feminine and masculine sexual character are explanations is only a step from concern with variation in femininity or masculinity themselves. This path leads to non-unitary conceptions of sexual character.

[...] Both femininity and masculinity vary, and understanding their variety is central to the psychology of gender. (CONNELL, 1987, p. 170-171)

Com isso, a abordagem gramsciana serve para compreender de que maneira a hegemonia é exercida na regulação de mentes e corpos de acordo com suas qualidades naturalizadas e representadas. É por ela que é possível compreender as

formas dominantes e subalternas de se entender como homens e mulheres, com ênfase nas estruturas patriarcais e machistas da sociedade, que conferem ao homem o papel preponderante no espaço público.

This structural fact provides the main basis for relationships among men that define a hegemonic form of masculinity in the society as a whole. 'hegemonic masculinity' is Always constructed in relation to various subordinated masculinities as well as in relation to women. The interplay between diferente forms of masculinity is an important part of how a patriarchal social order Works. (CONNELL, 1987, p. 183)

Por um lado, Connell chama atenção para o fato de que por ser hegemônico, não implica uma dominação total com o apagamento das vertentes subalternas e desafiantes, mas antes uma capacidade e capilaridade discursiva e prática que indicam uma forma objetiva de ser e estar. Essas masculinidades subalternas não precisam ser, em si, bem definidas. Na verdade, faz parte da relação hegemônica que as alternativas às formas naturalizadas e naturalizantes sejam esquecidas e estereotipadas aos espaços privados, às margens, cada vez mais distantes do centro do poder – na sua manutenção da ordem e da pureza – ou, como no nosso caso, relegado àqueles que não são patriotas o suficiente para ser o russo ou a russa que o estado necessita.

Em grande medida, esse tipo masculino depende, grandemente, nas sociedades contemporâneas de um vetor comunicativo que fazem dele um dispositivo de controle e objetificação do campo das classificações:

...hegemonic masculinity is very public. In a society of mass communications it is tempting to think that it exists only as publicity. [apesar de que] to focus on the media images alone would be mistake. They need not correspond to the actual characters of the men who hold most social power. (CONNELL, 1987, p. 185)

De todo modo, esse masculino hegemônico se constrói sobre outras formas de masculinidade subalternizadas, sobretudo com as homossexuais. Chama a atenção para o fato de que, razoavelmente, o homem misógino, heterossexual e machista é interpelado pelas formas masculinas estigmatizadas:

The most importante feature of contemporary hegemonic masculinity is that it is heterosexual, being closely connected to the institution of marriage; and a key form of subordinated masculinity is homosexual. This subordination involves both direct interactions and a kind of ideological warfare. Some of the interactions were described in chapter 1: police and legal harassment, street violence, economic discrimination. These transactions are tied together by the contempt for homosexuality and homosexual men that is part of the ideological package of hegemonic masculinity. (CONNELL, 1987, p. 186)

Todavia, Hooper chama atenção para o fato de que essa abordagem teórica de Connell tenha algumas limitações. A primeira questão levantada é a continuação e reforço do paradigma estruturalista que insiste em acompanhar sua análise, apesar do foco na prática, dinâmica e fluidez das categorias de gênero. O segundo ponto é a efetiva redução do discurso à ideologia: “While discourse does indeed contain a strong ideological element, discourse does not run counter to the material world; rather, it informs material practices— just as Connell himself argues that practices affect bodies.” (HOOPER, 2001, p. 57) Por fim, Hooper também considera que a conceituação de hegemonia usada por Connell é subdesenvolvida no sentido em que não há um destaque ao problema da consciência de classe sobre a ideologia dominante. Aproximando-se da abordagem foucaultiana, a interpretação deve se alentar nas micro-relações de poder que efetivamente dão conta de contribuir para diferenciação e distinção entre classes:

In this case, while elites and knowledge producers are heavily implicated in the production of hegemonic masculinity, masculinism is not a conspiracy of elites. Rather, it is endemic at all levels of society as different groups and interests jockey for position in micronetworks of power relations. (*idem*)

### 3.3

#### **Masculinidade hegemônica nas Relações Internacionais**

Charlotte Hooper nos dá outra visão sobre a relação entre gênero e Relações Internacionais. Em seu livro “*Manly State*” (HOOPER, 2001), ela problematiza a constituição dos “estados masculinizados”, pensando em que medida as Relações Internacionais legitima, autoriza, molda e define masculinidades que operarão em detrimento de outras seja nas tomadas de decisão, nos conflitos ou nas práticas diárias da burocracia de segurança, por exemplo. Ao mesmo tempo que definimos a identidade como auto-identificação, por conta da fluidez e plasticidade com que a identidade é/será construída ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos, temos também que compreender que falar sobre gênero não é conter o discurso em somente masculinidade e feminilidade. Antes, são identificações eminentemente plurais. Assim, são noções transversais que constituem a identidade de gênero que permeiam as relações de poder.

Different things get politicized, and identity is politicized right now— as is testified by contemporary controversies over multiculturalism, feminism, race, and religious and ethnic identities. Traditional political

conceptions of the self that pay no attention to the politics of identity but merely take identities as the foundation of politics are not adequate to the task of mapping such contemporary struggles[...]

Feminist contributors to international relations share this interest in the politics of identity construction with other postpositivist approaches. The politics of identities is, after all, heavily gendered, and has long been at the core of feminist concerns. (HOOPER, 2001, p. 7)

Mais precisamente, e usando a abordagem performativa de Judith Butler, essa perspectiva pós-positivista pode e deve ser encarada não como um enquadramento estático, mas antes móvel e não-linear. Por isso pensar em “engendering”<sup>9</sup> como uma prática constante sobre os corpos e mentes na aceitação e contradição de si com o coletivo. Neste sentido, gênero não é uma propriedade particular na identificação do indivíduo. É propriedade de coletividades, instituições e, afinal, da nação e do estado. A partir dela também é que se atribuem as inclusões e exclusões da comunidade política e como a política externa age na reprodução dela:

It is this view of engendering as a variable process that opens up the possibility of multiple interpretations of gender and gets away from the monolithic assumptions that have dogged so much of the theory so far. On the other hand, there is a macrodimension to gender that prevents such multiplicity from dissolving into voluntarism. (HOOPER, 2001, p. 35)

Nesse sentido, é importante salientar que ao atribuir diferentes vozes numa abordagem multidimensional, propõe-se observar as nuances e variações que uma identidade fixa não transparece. O objetivo final da produção da diferença nos limites do estado territorial é, obviamente, a homogeneização das identidades; é para isso que o controle e a disciplina trabalham, mas é preciso localizar de que maneira a masculinidade hegemônica agirá sobre outras masculinidades e feminilidades que não alicerçadas no “compromisso” da reprodução biológica e simbólica do estado e da nação. Na verdade, é necessário pensar além das fronteiras impostas pelo discurso normativo da modernidade: “It has become increasingly difficult to theorize gender identity in isolation from other identities, and the intersections of gender, class, race, and sexuality have become preoccupations of both feminism and cultural studies” (*idem*).

A preocupação deve ser em analisar de que maneira uma masculinidade construída em específico autoriza e marginaliza outras formas de auto-identificação. No caso russo, ela agirá concomitantemente contra os homens mais

---

<sup>9</sup> Traduzindo ao pé da letra é justamente o processo de engendrar, produzir, a partir de uma “engenharia” específica.

liberais e contra masculinidades homossexuais, com o enrijecimento das noções de masculino com o vínculo com a nação e a pátria. Este processo ocorre na política do corpo, com a corporificação física da noção de gênero, relacionada com as práticas discursivas que produzem esses corpos entre corretos e incorretos, normais e anormais. Por não ser concluída, embora seja totalizante, a experiência de gênero tem de ser reificada, pela perspectiva do poder, a todo o momento pelo discurso, dizendo que tal ação é proibida, que outra relação é doentia, etc. construindo e reconstruindo fronteiras senão ideológicas, relativas ao corpo em si:<sup>10</sup>

Therefore gender identities are neither totally self-created nor completely determined, but are subject to historical development and may vary according to context. Nor can they be separated from other factors of identity formation; notably, class, race, and sexuality. Although biology is relevant to gender identity, it is not the foundation upon which our identities are built. Meanwhile, our experiences of gender identity will vary in coherence and intensity, according to circumstances. (HOOPER, 2001, p. 38)

Por isso Bourdieu chama atenção para o aspecto relacional do androcentrismo, onde as múltiplas formas de concepção de masculinidade são constituídas e hierarquizadas; a todo momento, os homens são “obrigados” a forçar e reforçar a sua posição de classe, a sua tomada de posição na economia dos bens simbólicos de maneira a acumular em si a virilidade e a honra em relação aos outros

...como a honra – ou a vergonha, seu reverso, que como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros -, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’. (BOURDIEU, 2010, p. 65)

Apesar de Foucault estabelecer os nexos produtivos entre o poder e os corpos, essencialmente, ele evita tocar nas substâncias da desigualdade de gênero entre homens e mulheres. Ao reconhecermos a identidade de gênero como múltipla, aberta e multidimensional, abrimos espaço para compreender as lutas e resistências do campo estudado. Com a combinação entre pós-estruturalismo e a concepção hegemônica de masculinidade podemos articular os campos do discurso da produção de diferença com a produção de subjetividades que comporão, na modernidade política, os sujeitos que falam, que escrevem e delimitam a comunidade política, os donos da voz e as vozes dos donos; consegue-se, por fim,

<sup>10</sup> “Security thus means establishing and protecting this self-governed body as na organism.[...] In naturalizing the state as a human body, Hobbes and other social contract theorists further naturalize the human body itself as a singular, indivisible entity whose freedom from violent death is paramount.” (WILCOX, 2015, p. 19)

discernir a relação política entre masculinidades e o poder, em suas capilaridades mais ramificadas, do lar à nação, nos diferentes grupos de homens.

Tendo isso em mente, encontramos nas dicotomias presentes no pensamento moderno o estabelecimento do projeto do ordenamento das coisas, o chamado “estado natural” das coisas, que é nada além do que a forma de autoridade do discurso dada pelo papel do historicismo: “sempre foi assim”, “sempre fizemos isso”, entre outros, que fundamentalmente projetam a questão da segurança ontológica do ser. De tal modo, pensar assim é não observar as condições de possibilidade que conduzem o discurso nessa estrutura, e no final das contas produzem, em si, sujeitos capazes de elaborar dentro desses limites discursivos a sua narrativa de vida. O pensamento dualista, fatalmente, opera na fragmentação e obliteração daqueles marginalizados, “they help to construct gender differences and inequalities and thus are constitutive of social reality, but in positing a grid of polar opposites, they also serve to obscure more complex relationships, commonalities, overlaps, and intermediate positions” (HOOPER, 2001, p. 45)

Temos, deste modo, os modos de estabelecimento da diferença do gênero pautada na biologização do sexo:

Elaborating on this view, it can be argued that gendered dichotomies are in part ideological tools that mystify, masking more complex social realities and reinforcing stereotypes. On one level, they do help to produce real gender differences and inequalities, when they are used as organizing principles that have practical effects commensurate with the extent that they become embedded in institutional practices, and through these, human bodies[...]

On the other hand, the symbolic gender order does inform practice, and our subjectivities are produced in relation to it, so to dismiss it as performing only an ideological or propagandistic role is also too simplistic. (HOOPER, 2001, p. 45-46)

Se estamos orientados a compreender as múltiplas masculinidades em jogo em detrimento de uma masculinidade monolítica, desessencializando as formas dicotômicas de verdade dos sujeitos, os riscos ao se assumir uma epistemologia pós-estruturalista estão ligados a indiscernibilidade em relação ao foco do sujeito de poder, ou seja, perder a noção de quem possui vozes mais preponderantes na construção do texto. Nesse sentido, pode-se perder de vista um sistema comprovadamente androcêntrico, onde o centro das relações sociais cruza e se dissemina pelas masculinidades e por aquilo que faz com que as sustentem:

On the one hand, theorists need to avoid reinforcing gender dichotomies, but on the other, in emphasizing a pluralism of masculinities, they may well ignore or underplay masculinist power



relations and the overall privileges of men. Susan Bordo warns that “there are dangers in too wholesale a commitment to either dual or multiple grids” (HOOPER, 2001, p. 53)

### 3.4

#### **Nacionalismo e Patriotismo: criando sujeitos, sexualizando o estado e a nação**

É interessante notar a antropomorfização do estado e seu caráter biológico. Conforme apontado no capítulo anterior, a identidade corporativa wendtiana – para além de dar um corpo ao estado – o coloca numa posição humana: o estado fala, o estado fale, o estado visita o outro. Nesse sentido o estado adquire uma vida e uma trajetória específicas, enfim uma personalidade. De fato, essa caracterização corresponde eminentemente a uma figura masculina, ao contrário da nação feminina. A questão é que desconsiderar as construções de gênero pelo estado não faz da teoria um local de neutralidade, mesmo que optando pela versão mais generalizante do ente “monopolizador da violência, possuidor de território físico e população”. As representações de gênero estão contidas, obviamente, nos discursos e práticas dos sujeitos que por ele se incubem de reafirmar a característica universal do estado, supostamente linear e horizontal:

Ignoring gender too often means elevating the masculine subject to universal status, leading to the production of theories that not only are partial, but that mask their partiality through claims to universality. In IR, ignoring gender means not recognizing the ways in which key actors are defined and differentiated by their relationship to norms of masculinity and femininity. Leaders, states, international organizations—all of these act in accordance with gender norms, albeit in different ways at different times. (WADLEY, 2009, p. 38)

Jonathan Waldley, por exemplo, acredita que o estado desempenha, através da segurança, o caráter protetor do patriarcalismo e androcentrismo tradicional de uma maneira performativa. É nas identidades performativamente constituídas que o estado cria sujeitos femininos e masculinos. Assim, “states can be observed reifying themselves through performances of security, particularly through those which establish them as stable and masculine protectors” (WADLEY, 2009, p. 40). O problema ao assumir o estado como pessoa seria, então, o maneira pela qual ele se inscreve no político de modo a produzir a verdade de si: uma natureza ontológica primeira, que como vimos, não se sustenta senão na conformação e produção de fronteiras entre o interno e o externo, através das ameaças e perigos, da própria condição de possibilidade. Deste modo, pensar o estado fora da sua performance

prática diz respeito à interação pelo sistema de significados simbólicos que sustentam o discurso da identidade:

By viewing security performances with an eye toward their constitutive effects, and by moving gender to the center of that analysis, one gains not only a richer understanding of how states reproduce themselves (i.e. where their person-like “identities” come from), but a clearer picture of the hierarchical relations that exist among states and between states and domestic populations. (WADLEY, 2009, p. 40)

Portanto, o autor se firma em dois movimentos que a teoria constituiu: o estado como ator supostamente “não-genderizado” e o estado como processo genderizado. Para a primeira condição, Waldney contesta a relação necessária entre o substancialismo presente no organicismo sociológico e a personificação presente na antropomorfização, uma vez que o substancialismo poderia se basear em outra coisa senão um corpo humano do indivíduo. Então, o que resta é que essas duas instâncias mutuamente se reforçam no discurso,

Viewing the state as a person transfers the habit of seeing people as unitary, already-formed actors onto one’s understanding of states. And conversely, theorizing the state as an entity facilitates (even if it does not necessitate) the analogy of personhood by making it possible for a state to have a “body” and a “life” (WADLEY, 2009, p. 43)

A segunda condição, a de estado como um processo genderizado repousa, sobretudo na qualidade protetiva do estado, a partir do recorte de segurança. É por aqui que se resolvem as condições em que, por exemplo, ao cidadão é exigido o sacrifício da vida em tempos de guerra. Na verdade, esse sacrifício se dá pela tragédia da soberania, aquilo que interpela nos indivíduos o reconhecimento de si enquanto sujeito do estado: “the sacrifice of the self is the creative act of destruction that is the realization of the presence of the sacred. In politics, this sacred presence is the ‘sovereign.’” (KUHN, 2008, p. 110). É por aqui que se posiciona a classificação do masculino como lugar de poder e proteção diante das ameaças e perigos, performatizando as noções de decisão, violência e assujeitamento do outro vulnerável. O campo da luta não passa, necessariamente, pelas ameaças objetivas, mas fortemente pelas subjetivas, na construção da noção de nação como o corpo feminino, onde fatalmente o invasor será o violador daquele espaço; e contra quem o cidadão guerreiro deve existir para protegê-la e guardá-la das “impurezas” e interditos dos outros.

Da mesma maneira que o estado pode ser entendido como um processo, uma prática genderizada, ele pode adquirir bem como os indivíduos, em momentos significativos o status de hipermasculino. Para Maruska (2009), ao realizar um

estudo de caso de alguns períodos históricos nos EUA, essa posição é alcançada quando os papéis de gênero são extremados, demarcando não um processo inteiro, mas ápices em que esses sinais são mais visíveis apresentando muito mais um meio do que um fim: “Recent feminist IR theorizing suggests that in states, as in individuals, hypermasculinity is a transient condition; one possible component of a larger identity” (MARUSKA, 2009, p. 239)

Utilizar esse arcabouço, porém, pode permitir compreender dois produtos de uma mesma situação:

...defining hypermasculinity is a two-fold process: first, we must identify whether we are describing hypermasculinity as a characteristic of the hegemonic masculinity, or a subordinate masculinity. Second, we must determine which gender characteristics this particular masculinity (hegemonic or subordinate) embodies (*idem*)

Ora, essa hipermasculinidade, então, pode compreender a posição de uma masculinidade hegemônica, ou por outro lado, de uma masculinidade subalterna – que neste sentido a hipermasculinização de si indica uma estratégia em superar relacionalmente a outra hegemônica, ou seja, ela está ligada ao enfrentamento e à disputa pelo status, sendo mais importante para nosso caso -. Essa segunda noção parece-nos importante na medida em que o discurso relativo ao declínio do poder russo – do status de grande potência com papel protagonista no sistema internacional – aparece localizado como a masculinidade subalternizada pelo ocidente: com as recorrentes crises econômicas e sociais pós-perestroika, Boris Yeltsin, afinal, surge como o corpo heterotópico do corpo político: bêbado, corrupto, desestimulado.

### 3.4.1

#### **Patriotismo, nacionalismo e feminismo**

Cynthia Enloe (2004), nos dará um exemplo claro da maneira como esses papéis de gênero agirão de maneira a estabelecer sujeitos de poder e sujeitos dominados, institucionalmente e individualmente. No caso da tomada de decisão sobre as relações exteriores, é possível compreender outra esfera da condição de possibilidade dos acontecimentos. Embora com uma outra compreensão sobre a Política Externa, bem mais como um problema institucional do que discursivo, conforme verificamos com David Campbell. Ela discutirá de que maneira a desigualdade na representação e na participação da realização da Política Externa,

faz com que as mulheres sejam alijadas enquanto cidadãs de direito, e que, afinal, garantem uma versão da autoridade dos especialistas, ao serem homens em sua maioria, tanto em segurança como em diplomacia que tem representações masculinizadas sobre força e capacidades. Assim, ela pôde elencar algumas características que influem, embora não sejam o cerne da produção da diferença; podemos dizer que, é ao contrário, a produção de fronteiras e diferenças estabelece quais políticas e sujeitos são os mais “homens” e quais atitudes são mais viris que outras possíveis, uma vez que as Políticas Externas são a condição de possibilidade da fundação da comunidade política:

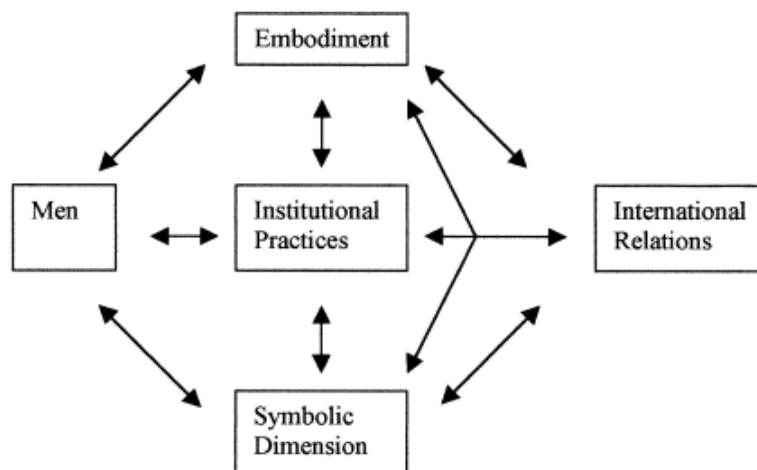
- is influenced by the views of Defense Department decision makers and/or senior military officers,
- flows from civilian officials’ own presumption that the military needs to carry exceptional weight,
- assigns the military a leading role in implementing the nation’s foreign policy, and
- treats military security and national security as if they were synonymous. (ENLOE, 2004, p. 122)

O problema da militarização da Política Externa é que, de certa maneira, as pressões institucionais internas são direcionadas para a forma e aparência daqueles que, para terem mais espaço e voz dentro da burocracia, dispõem-se a jogar nas regras do jogo, assumindo posturas e visões mais “masculinas”, mesmo sob estratégias não-efetivas. Para Enloe, a análise feminista deve se apoiar para a influência que o masculinismo molda as decisões de política externa, no caso americano, invisibilizando alternativas que não aquelas sob performance violentas:

Feminist questioning also produces a more realistic accounting of the consequences of “macho” policies. Despite slight increases in the number of women in policy positions, U.S. militarized policies in the post–Cold War era have served to strengthen the privileged positions of men in decision-making, both in the United States and in other countries. (ENLOE, 2004, p. 126-127)

Reconhecemos que, de fato, os agentes que envolvidos na produção institucional da Política Externa são, em sua maioria, homens e que assim, representam-se a si mesmos e aos outros estados da maneira pela qual foram educados, criados e treinados: para se portarem como os protetores da nação, alertando para as ameaças e perigos. Porém, não é nossa intenção

Para compreender de que maneira podemos associar as noções que sustentam a identidade nacional, o realismo e masculinidades, devemos observar como as Relações Internacionais moldam as identidades, a partir da visão da teoria feminista:

Figura 1<sup>11</sup>

Na figura acima, Charlotte Hooper tentou identificar as variáveis e mecanismos pelos quais as masculinidades<sup>12</sup> e as Relações Internacionais operam. As dinâmicas centrais dão conta da corporificação, ou seja, como as RI enquanto prática moldam e sugerem modelos para os corpos masculinos; a segunda, baseada nas práticas institucionais, partem da formação da burocracia ligada ao Estado, como por exemplo, as forças armadas, os aparatos de estado ou as organizações internacionais e fóruns, onde predominantemente são espaços masculinizados e segregadores. A dimensão simbólica, por fim, busca nas formas de representação, como em imagens e práticas culturais que criam propriamente a representação desse masculino.

Claramente, o modelo normativo de cidadão leal encara normas de gênero rígidas com a reificação de papéis tradicionais como a mulher cuidadora dos filhos e os homens protetores e mantenedores do lar. Obviamente, essa partição da sociedade dava conta do próprio princípio político da Guerra Fria da guerra de iminente e da constante preparação e expectativa pelo combate. Surgem, por exemplo, nos EUA uma espécie de manual de subversões e perversões que ligava o comunismo com a homossexualidade e a liberação sexual, por parte das mulheres.

Hence much of the language and assumptions in place both apes the language used to describe the Soviet Union – where the Russian population were slaves to communism, the homosexual-pervert was a slave to their desires – and replicates the Nazi fantasy of eradicating homosexuality in order to secure the state and purity of the people.” (Neocleous, 2009: p. 132)

<sup>11</sup> Figura retirada de Hooper, 2000: p. 81.

<sup>12</sup> Devemos manter o termo masculinidades por aceitar a multiplicidade de formas e modelos existentes na sociedade.

Mark Neocleous sugere que a ligação entre segurança nacional, identidade nacional e ordem social podem ser articuladas na produção de (in)segurança na medida em que desloca para a identidade e para as normas sociais o nexo estruturador da ordem social.

The mass of heterogeneous interests, desires and identities that makes up a society has to be condensed into a single national entity, a 'nationality', the order and security of which has to be constantly reiterated against the dangerous Other. The crudeness and simplicity of the images of ideological purity in defining the identity of the imagined communities in question only helps in driving home the central message. (Neocleous, 2009: p. 135)

Esse sujeito, fatalmente, está embebido nessa suposta neutralidade do poder. Todavia é preciso avaliar a lacuna que os debates deixam quando se trata de gênero. Dibyesh Anand (2010) chama a atenção para o fato de que a maior parte da teorização sobre o nacionalismo deixa de lado a questão de gênero lançando mão da suposta neutralidade do político, conforme anunciado com Waldney. De partida, temos que tanto as noções de sacrifício como a de camaradagem são duas classificações de um afeto homo-social, que supõe do homem a verdade do sacrifício e manutenção dos vínculos e do cuidado com a grande "família" do estado. Embora na história do nacionalismo apareçam os agentes envolvidos pouco se discutia sobre o que de fato levava uns a terem mais agência política do que outros:

One can read Gellner (1983), Anderson (1991), Smith (1991) and other doyens of the theory of nationalism without even realising that women exist as actors in political societies. Men act, but their masculinity is left unremarked. This lack of awareness of gender as a crucial dynamic in nationalism is telling of the gender-blind (masculinist writing passing off as ungendered) character of mainstream theorising of nationalism. (ANAND, 2010, p. 284)

Assim, numa determinada divisão social do trabalho, por um lado é esperado do homem a capacidade de se sacrificar e da mulher a reprodução biológica da nação. Porém, não é todo homem que supõe-se autorizado ou legitimado a agir assim. O que levanta determinados questionamentos:

Is the normative nationalist actor any male? Or are they males of certain kind (the attitude toward queer people in most nationalisms is a case in point)? Does the biological identity of a being as a male automatically make him an agent of nationalism or does he have to prove his credentials as a man and as a nationalist man? (ANAND, 2010, p. 287).

O projeto político do nacionalismo, portanto, é fortemente declarado na performance dos corpos de homens e mulheres por onde se inscrevem as noções de nação e estado.

Ora, a lealdade ao estado e à nação lava-nos à questão do cidadão virtuoso, aquele que bem desempenha seu papel na comunidade política. Comentando Rousseau, novamente, percebemos de que maneira a *virtú* característica se enquadra em homens protetores e mulheres cuidadoras:

Rousseau quite explicitly describes the compliant and companionate virtues appropriate to the female partner who was to be neither the ‘head’ of the family, nor a citizen in her own right. As Rousseau makes clear, the extension of concern from the family to the polity is compatible with a strictly masculine public sphere. (TOWNLEY, 2007)

Assim, o controle é exercido tanto na rua como no lar, a disciplina dos trabalhadores, a disciplina da boa mulher reprodutora.

Racioppi e O’Sullivan See (2005) observam a problemática da identidade nacional através da narrativa mítica grega de Édipo. Ela revela a questão subjacente da construção das narrativas de si e do todo em direções não-lineares, fragmentadas, muitas vezes falseadas para colocar-se em posição de dominação. Tal problema concorreu para que aquilo que Édipo constituísse para si, fosse, de certa forma, uma mentira: “he was instead Theban (yet, destroyer of Thebes), murderer of his father, incestuous son, slave, whom Tiresias foretold.” (RACIOPPI e O’SULLIVAN SEE, 2005, p. 19) De todo modo, essas formas de contar uma história iluminam as maneiras com as quais nos auto-identificamos, conforme Lebow, que incorrem nas múltiplas forças que moldam a identidade, mesmo que muitas vezes formas contraditórias e antitéticas.

Já Sita Ranehold-Nilsson e Mary Ann Tétreault (2005) concordam com a dimensão que a construção da nação estabelece na multiplicidade e fluidez com que a identidade é constituída; em especial, se sexualização da nação estabelece significados e significantes que revelam lutas e disputas sobre ela, na produção de fronteiras objetivas e subjetivas entre os “*insiders*” e os “*outsiders*”: sob essas classificações encontram-se os conflitos pelos corpos de homens e mulheres no engajamento e na participação da nação. Deste modo, as autoras enxergam três desdobramentos possíveis em forma de análise da relação entre nacionalismo e gênero:

...the ways in which categories of self-versus-other are used to construct power relationships along a variety of parallel and intersecting axes, the ways in which sovereignty implies relations of domination and subordination at the level of the state and also within households and communities, the variety of organizational forms encompassed by nationalism, and the importance of vulnerability as text and subtext of

discourses on citizenship. (RANEHOLD-NILSSON e TÉTREAULT, 2005, p. 8)

A primeira estratégia discursiva, as dicotomias do eu-outro, versa sobre a produção da diferenciação entre os sujeitos de modo a impor e constituir limites e fronteiras entre os corpos e os estados. A segunda, que dá conta do projeto da soberania para a produção de identidades de gênero, incluirá as questões de pertencimento e associação entre os indivíduos desse estado-nação emergente, ou seja, existem expectativas relacionadas à autoridade e legitimidade que se inscrevem nas noções de masculinidades e feminilidades. Por último, restam as construções das vulnerabilidades em que se empenha o liberalismo na modernidade, na sua evocação da segurança do estado e da sobrevivência e controle dos riscos concebida como a privatização e capacidade de criar espaços controlados e normatizados onde, afinal, “sovereign’s dependents are obligated to obey in return for the sovereign’s protection; they submit in return for the reduction in their overall vulnerability.” (RANEHOLD-NILSSON e TÉTREAULT, 2005, p. 14)

V. Spike Peterson, por sua vez acredita que os laços entre a nação e o estado, na modernidade, ocorrem através de uma política sexualizada de um nacionalismo pautado na heterossexualidade. A despeito de vários anos seguidos de processos de independência na África e na Ásia, durante a Guerra Fria, foi a partir da década de 1990 que essas tendências explodiram em guerras, ou Novas Guerras. Seja como for, tanto no passado recente como no presente a questão de gênero passou de certa forma despercebida pelos estudos do nacionalismo e patriotismo, apesar de ser um componente totalmente transversal à constituição da comunidade política. Mais uma vez a condição de possibilidade da modernidade, baseada na produção de dicotomias, é inserida no debate, esclarecendo as formas de produção de conhecimento positivistas que naturaliza, fatalmente, desigualdades e hierarquias. De tal modo, são “esquecidas” as esferas subjetivas do fundamento do saber:

Through conventional IR lenses, the dichotomy of public—private locates political action in the former but not the latter sphere;[...] Most telling for the study of nationalism, positivist dichotomies that favor instrumental reason and public sphere activities fuel a neglect of emotion, desire, sexuality, culture and—hence—identity and identification processes. (PETERSON, 2005, p. 57)

Para a autora, então, o nacionalismo mobiliza formas de compreensão e visão de mundo que ao se representar subjetivamente também exerce grande influência na subjetivação de atores. Assim, estaria implicado nas identidades políticas e de identificação. Tendo considerado que a teoria feminista aborda a



problemática da constituição dos sujeitos políticos de forma não-neutra, negando a prevalência de uma assunção biológica sobre o corpo, restaria compreender de que maneira isso se produz e reproduz de forma a constituir a normalização do social. Para Peterson isso se dá definitivamente pela regularização de um regime heterossexista:

Heterosexism is key to nationalism because today's state-centric nationalisms (the focus in this chapter) not only engage in sexist practices that are now well documented by feminists, but also take for granted heterosexist sex/gender identities and forms of group reproduction that underpin sexism but which are not typically interrogated even in feminist critiques. (PETERSON, 2005, p. 60)

Somente é possível compreender a funcionalidade do nacionalismo em relação ao estado moderno se compreendermos as questões de produção e reprodução do sistema de crenças reveladas objetiva e subjetivamente. “Heterosexist ideology involves a symbolic order/intersubjective meaning system of hierarchical dichotomies that codify sex as male-female biological difference, gender as masculine-feminine subjectivity, and sexuality as heterosexual—homosexual identification.” (*idem*)

Conforme já nos referimos, essa ideologia heterossexista se dá, efetivamente na produção de sujeitos “mais cidadãos que outros”, aqueles cuja parte na história é autorizada e legitimada, aqueles que têm vozes no discurso. Ao mesmo tempo que normaliza a dominação sobre as feminilidades, também naturaliza a sobreposição em relação àqueles “menos homens” ou menos capazes. Na lógica do discurso a prática e desejo homossexual contraria e ameaça o “contrato homo-social” da camaradagem entre os cidadãos guerreiros desafiando sua auto-identificação com os padrões normativos da agência política. Vemos, assim, que

...a heterosexual practice as an expression of power and violence. In short, and as feminists relentlessly document, the hegemonic masculinity constituted by heterosexist practice normalizes the subordination of women and naturalizes rape as an expression of male power against women and “insufficiently masculine” men. (PETERSON, 2005, p. 61)

Mais profundamente, conforme notamos na abordagem da masculinidade hegemônica e do envolvimento não de uma masculinidade monolítica, mas antes uma pluralidade de masculinos que cortam e tangenciam outras variáveis do *self*, essa dominação não é homoganeamente disposta na sociedade. Ela é fragmentada e disseminada na hierarquia da lealdade à pátria e ao estado. A dominação masculina, portanto, é

...differentiated by multiple hierarchies (of age, class, ability, culture, race/ethnicity, and so on). Bonding across these differences must be continuously secured, lest loyalties be redirected. Not least, (male) homosexual desire and practice threatens to redefine fraternity in ways potentially subversive of state-centric interests. (PETERSON, 2005, p. 64)

O argumento de Peterson é que a política heterossexista está baseada tanto na fundação primária moderna do estado, como na base da ordem social que demarca o estado moderno e o nacionalismo estadocentralizado. Esses dois sentidos seriam fundados na produção das dicotomias normalizadas de tal modo que a codificação entre sexo e gênero produzissem um ordem simbólica fundacional que mediasse, interpelasse e controlasse os diversos campos de ação do sujeito. Consecutivamente, então, ocorre a despolitização e naturalização das relações de poder que engendram o nacionalismo e suas formas sexuadas e genderizadas de reprodução.

Para compreender melhor esses processos, concordamos com a autora que na prática discursiva constitutiva do estado e da nação, existem formas de diferenciação que implicam na representação específica de masculinidades e feminilidades. Para a implicação de nosso estudo, são dois fenômenos que buscam dar conta dessa problemática e que envolvem, de certa forma, a percepção sobre o desempenho e performance das masculinidades: a mulher como reprodutoras biológicas heterossexuais e a mulher como o significante da identidade e diferença, conforme salienta Zillah Eisenstein sobre a corporificação da nação como uma “terra-mãe”:

The symbolization of the nation, as the “mother country,” *embodies* the nation as a “woman.” The imagined female body represents the nation and silences patriarchy simultaneously. So nations are pictorially represented by women, depicted as mothers (reproducers) of the nation. (EISENSTEIN, 2005)

Ao femininizar a nação, o aspecto reprodutivo da maternidade – privada, mas de interesse biopolítico, público – está localizado na questão da reprodução material e simbólica dos indivíduos: futuros trabalhadores e soldados cujo interesse do estado repousa justamente na manutenção do espírito protetor e do caráter militarista clausewitiano. Mas por outro, ele estabelece o dispositivo que opera no caráter da violência-proteção contra a violação do corpo da nação-mulher. A caracterização da violação é justificada somente e se os outros homens são capazes de fazê-lo e, noutra condição, de que o corpo da nação-mulher é heterossexualizado e fértil: “imagining the “beloved country” as a female child, a lesbian, a prostitute,

or a post-menopausal wise woman generates quite different pictures, which enable quite diferente understandings of community.” (PETERSON, 2005, p. 70).

Mais profundamente, pode-se dizer que essa relação proteção-violação implica na negação radical da agência. Ao passo que a nação-mulher deve ser possuída, seu corpo é controlado na medida da mediação do político, da soberania. Em última medida, esse processo de controle e de identificação engendram percepções e inculcações que, na modernidade, são responsáveis pela distinção e dicotomização da vida política e social. Como produto de uma razão cartesiana, as medidas diacrônicas e sincrônicas encontram-se na conformação da autoridade e da identidade:

Thus, the motherland is female but the state and its citizen-warriors are male and must prove (its) their political manhood through conflict: “The state is free that can defend itself, gain the recognition of others, and shore up an acknowledged identity” (Elshtain 1992:143). In Cynthia Enloe’s words: “If a state is a vertical creature of authority, a nation is a horizontal creature of identity” (PETERSON, 2005, p. 70)

### 3.5

#### **Putin e a subjetividade: formas de corporificação do corpo da nação**

Por fim, devemos citar qual é o papel específico dentro de Vladimir Putin, dentro deste arcabouço e porque ele é, definitivamente, uma peça-chave para a compreensão do fenômeno. A produção em torno do corpo de Putin se dá numa forma de corporificar o corpo da nação, na hierarquização de masculinidades e feminilidades que, ao conter e explorar as classificações desviantes – no discurso, produzida pelo ocidente, por ocidentalismo que, afinal, detém a capacidade de desafiar a ordem interna russa nas duas primeiras décadas desse século – que desvelam, em si, aqueles que não são capazes de obedecer ao ordenamento, de serem, conforme problematizam Campbell e Neocleous, bons cidadãos, bons patriotas. Não é coincidência que do ponto de vista normativo, conforme afirma Andrei Makarichev (2008), após o desenrolar das Revoluções Coloridas, a política russa tenha dado alguma prioridade na ofensiva normativa em relação ao ocidente, relacionando temas como democracia e direitos humanos com seu protagonismo envolvido num “soft power”, ou seja, haveria uma inflexão, ou até mesmo reação, para a sustentação da ordem interna proposta.

Nesse sentido, a corporificação do sujeito, em Putin, parece obedecer a uma instância mediadora entre a produção da diferença e a escritura da segurança. Foucault sobre a produção do “eu”: seriam quatro tecnologias que formariam uma matriz de produção dos sujeitos na forma de indivíduos:

(1) Technologies of production, which permit us to produce, transform, or manipulate things; (2) technologies of sign systems, which permit us to use signs, meanings, symbols, or signification; (3) technologies of power, which determine the conduct of individuals and submit them to certain ends or domination, an objectivizing of the subject; (4) technologies of the self, which permit individuals to effect by their own means, or with the help of others, a certain number of operations on their own bodies and souls, thoughts, conduct, and way of being, so as to transform themselves in order to attain a certain state of happiness, purity, wisdom, perfection, or immortality. (FOUCAULT, 1997, p. 225)

Para ele, dificilmente essas quatro tecnologias funcionam separadamente, mas que efetivamente, atuariam diferentemente na dominação dos indivíduos formando então as conexões e relações de poder que mobilizariam práticas discursivas em torno delas. Assim, concordamos com McLaren (2002) que, apesar da crítica feminista à abordagem foucaultiana de poder e identidade estar envolta nos problemas da emancipação e agência, por outro lado, sua contribuição pode ser realizada através dos problemas da produção e separação de corpos, do seu controle e disciplinarização que acontecem em diferentes medidas entre homens e mulheres.

Além disso, é importante ressaltar de que maneira Vladimir Putin exerce e é exercido, pelo poder, o exemplo de masculino hegemônico que deve guiar os homens e mulheres russos na tarefa de se comprometer com o status da Rússia de grande potência mundial. Por isso, concordamos com a análise de Arianna Nowakowski, onde apresenta as condições recentes para que a subjetificação de Putin seja eminentemente operada pela hiper-masculinização, ligando-o aos discursos nacionalistas e patrióticos do período pós-soviético:

Combined with the hypermasculinized persona of Vladimir Putin, who has been photographed practicing judo, tagging Siberian tigers, and fly fishing in all his muscular might, developments such as these demonstrate the centrality of gender—and in particular masculinity—in the construction of Russia’s post-Soviet national Idea, where the identities and sexualities of men and women have become mutually constitutive of nationalistic discourses of the post-Soviet narrative. (NOWAKOWSKI, 2012, p. 1-2)

Essa concepção está enquadrada na forma de assimilação e construção de sujeitos que, ao procurarem a delimitação de seus entes, atuam na conformação de normalidades e naturalizações que perfazem as normas do social e do político. A

questão é que o discurso, na versão pós-estruturalista, estabelece o conhecimento e o sujeito acerca de masculinidades, fazendo do outro a anomalia, a ameaça. “It constructs for the Subject a context—a meaningful history and purpose, and provides a frame of reference for navigating na otherwise unintelligible terrain.” (NOWAKOWSKI, 2012, p. 11) A história, então cumpriria um papel que fundamental na fundamentação dessa comunidade política moderna – conforme veremos as explicações “eslavofilistas” e ocidentalistas da identidade russa – que funcionam de outro modo senão na mitologização do passado, dos heróis e dos sujeitos. Ora, essa é a problemática em Bleiker (2004; 2009), quando questiona o sujeito do sublime, o sujeito que vive nas grandes narrativas das histórias oficiais, forjadas nas guerras e conflitos, cujos atores representam e se apresentam como as vozes e braços das massas: não são outra coisa senão, os soldados e estadistas, mesmo aquele submerso ao monumento do herói desconhecido; são os homens.

Conforme apresentado anteriormente, a questão da fluidez e instabilidade da identidade é a forma pela qual, através do discurso, ela deve ser a todo momento acessada, categorizada, classificada, inculcada. Sem a garantia da segurança ontológica seu estado permanente de vazio contingencial, a subjetividade faz do sujeito do discurso uma construção sem fim. Afinal, ele existe em relação a uma ordem simbólica estabelecida que dá o significado ao significante:

Although the ontologically lacking Subject is a Subject of discourse, its construction is never finalized, or complete. Even as positioned within the symbolic order, the Subject remains perpetually lacking and unfinalizable,” even to itself. Infinite meaning, no matter how “accurately” signified, can never be captured within the confines of finite discursive properties. Rather, there exists a perpetual gap, or lack between the signifier and the object that it is intended to signify. (NOWAKOWSKI, 2012, p. 14)

Baseados nesta abordagem, compreendemos então, que na medida em que se configura a comunidade política, através da produção da diferença e da escritura da segurança – da disposição de ameaças e perigos ao todo do estado – observamos que, ao transpor a ameaça do ocidente para um discurso da ameaça constitutiva da identidade, a série de marginalizações e estigmas construindo subjetividades que importam ou não importam. Sobre e sob esses corpos estão escritas as condições de possibilidade das masculinidades e feminilidades. No caso estudado, Vladimir Putin obedece a essa instância mediadora entre o corpo do masculino hegemônico e do corpo político; implicados nessa relações temos, assim, masculinidades – homossexuais, transexuais ou homens feministas – desviantes que por

consequência são subalternizadas por representar esse “outro” que é externo mas também interno:

The Coalescence of Corporeality and Temporality in Putin’s Russia, points to the development of a mutually constitutive relationship between the construction of the masculine body and the body politic—where men are once again being touted as both exemplars and builders of a future Russia characterized by strength, power and prestige. (NOWAKOWSKI, 2012, p. 21)

Com isso, pretendemos analisar de que maneira gênero e sexualidade conseguem informar hierarquias, marginalizações e exclusões no estado moderno. Ao mesmo tempo em que se criou um estado masculino, a nação foi femininizada ao conter os aspectos da vulnerabilidade e da reprodução. Isso conforma e delimita as subjetividades desde as altas estruturas à micro-política das relações. É neste ponto que as duas tendências centrais dos capítulos 1 e 2 se misturam: se a comunidade política é limitada por uma Política Externa/política externa, ela é, sob a perspectiva feminista, inerentemente masculinista; então a formação de subjetividades no Estado moderno está rigorosamente ligada às construções de masculinidades e feminilidades.

#### 4. Narrativas sobre Rússia, segurança e ocidente

Existe algum consenso na literatura em relação a modificação dos interesses nacionais russos entre as décadas de 1990 e os anos 2000. A princípio, com a forte crise culminada com a perestroika, a liberalização da economia por Yeltsin foi uma maneira de conseguir reverter a dinâmica econômica soviética, além de se aproximar das normas e instituições “ocidentais”. No entanto, com Putin, esse quadro se modifica, justamente com o combate dos oligopólios da “família” de Yeltsin e com a estatização das maiores empresas do setor de energia, crescendo a economia através dessas commodities, permitindo, por exemplo, a modernização das forças armadas e políticas nacionais de segurança mais ampliadas. Porém, observar o fenômeno sob a ótica sistêmica do realismo ou pela cultura dos interesses nacionais do construtivismo não responde satisfatoriamente nossa pergunta de pesquisa, tampouco considera as capilaridades das relações de poder para a constituição da comunidade política russa contemporânea; assim, parte do problema permanece pouco estudado e abordado, sobretudo se considerarmos o entrelaçamento entre a perspectiva de segurança e de gênero, considerando os estudos mais tradicionais na disciplina das Relações Internacionais.

Neste capítulo, através do desenvolvido nas seções anteriores, deveremos fazer uma breve descrição da literatura sobre o embate entre ocidentalistas e eslavofilistas, quando surgiu, no processo modernizador de Pedro, o Grande. Também é necessário trazer algumas questões sobre o estado russo durante a transição da URSS para a Federação Russa, sobretudo com a liberalização de Gorbachev e as crises passadas por Bóris Yeltsin.

Por fim, também descreveremos o papel do nacionalismo e da política de pacificação da história russa, incluindo e misturando o czarismo, soviétismo e federalismo num complexo de lealdade e patriotismo que fundamentará a normatividade do que é ser um bom cidadão russo.

Sobre estes cenários, deveremos desenhar como o ocidente – com mais significância a Europa – é cada vez mais construído como ameaça à existência senão mesmo da Rússia, mas de uma Rússia enquanto Grande Potência. A recorrência da necessidade do status de Grande Potência é um ponto crucial, marcante na cosmologia política russa, uma vez que se insere numa visão de mundo

de uma sociedade de Estados com capacidades e características especiais que, conforme veremos, deriva de um ressentimento por esse problema do problema da identidade em relação à Europa e ao Ocidente. A partir disso, e de alguns documentos de segurança russos, dos primeiros mandatos de Vladimir Putin, observaremos como esse ocidente começará a se caracterizar como uma ameaça que influencia e pode intervir no próprio mecanismo político russo, com o advento das Revoluções Coloridas nos ex-estados soviéticos. Nesse sentido, a ameaça passa da objetivação da expansão da OTAN ou da instalação de mísseis antibalísticos à subjetivação do lugar da Rússia na Europa, por exemplo. Vale ressaltar que a disputa é por uma verdadeira essência europeia em oposição a uma falsa Europa, admitindo que, mais recentemente, a governo russo tenha encarado uma ofensiva normativa, sobre esses valores ocidentais, tais como Direitos Humanos, soberania e democracia.

#### 4.1

#### **Leituras ocidentalistas e eslavofilistas**

Para compreender melhor os grupos que disputariam as fontes da identidade russa é preciso analisar as fontes modernizadoras (ou daquilo que se pretendeu ser<sup>13</sup>) iniciadas, principalmente, com Pedro, o Grande. É nesse período que formam-se dois grandes grupos que disputam a hegemonia intelectual e pensarão a construção da identidade russa: os ocidentalistas e os eslavófilos, além de um nacionalismo oficial centrado na monarquia czarista (WALICKI, 1979). Uma das estratégias de Putin ao rearticular masculinidades e a produção da Política Externa

---

<sup>13</sup> Rapidamente, podemos falar sobre o processo modernizador começado por Pedro, o Grande, no início do século XVIII, quando a Rússia passou por uma série ininterrupta de transformações nas mais variadas áreas, espelhando-se nas transformações que também vinham ocorrendo na Europa ocidental, a revolução no espaço urbano, a promoção das ciências e das artes, o aparecimento da burocracia, etc. Lindsey Hughes aponta algumas delas: “By Peter’s death in 1725 he ruled Russia from the new capital and port of St Petersburg. From 1721 he reigned as emperor, arguably in a more absolute manner than his father. The empire had expanded to the Baltic and along the shores of the Caspian Sea. The Baltic shores were patrolled by Russia’s new navy, which frightened even the British. The office of patriarch had been abolished and the Church was harnessed more firmly than ever to the service of the State. Elite men and women mingled socially, clad in Western dress, the men clean-shaven. Foreigners were no longer confined to a ghetto, but played prominent roles as experts. Yet the basis of the Russian economy remained peasant agriculture and the taxes extracted from the peasant population. The “military-fiscal” state had been rationalized and streamlined by edicts and regulations, but it still operated on the principle of autocratic rule. Indeed, Peter’s successes were scarcely imaginable without the twin pillars of autocracy and serfdom.” (HUGHES, 2009, p. 166)



é dada por meio do aumento do papel do estado na sociedade, para além de uma sociedade do bem-estar social. É no/pelo estado que a estratégia russa se consolidou na produção de hierarquias e exclusões. Szamuely (SZAMUELY, 1974), ao falar da tradição russa, retoma a tese do poder autocrático russo, conforme já elaborado por outros autores como em Barrington Moore (1975) e Theda Skocpol (1979). Porém, o mais interessante é a relação hierarquizada entre estado e sociedade, e como o primeiro surgiu sem intermediários na ligação entre o soberano e o indivíduo. Nessa narrativa do desenvolvimento político russo, a “община” obschinas – as comunidades políticas que ordenavam os nobres e pequenos agricultores, e que tinham, de certa forma, autonomia sobre suas próprias decisões – ocupam um lugar especial na tradição eslava russa. Para alguns foi o primeiro fenômeno dos ideais democráticos e libertários na sociedade russa, enquanto para outros sustentava o poder centralizador estatal (SZAMUELY, 1974, p. 62). Nela, os nobres e príncipes, antes tratados como inimigos do regime foram localizados como meros empregados da estrutura fundiária russa, como funcionários da burocracia estatal. Mais que uma comunidade, a obschina teria fundamentado a unidade dual entre estado e sociedade, onde todos os indivíduos estavam implicados em ordem direta com o estado:

It was within the obschina that the Russian serf's dual nature, at once the pomeschchik's slave and the Tsar's subject, was most clearly manifested. He was no less a slave for this- if anything, his load became even heavier – but he was not wholly his mater's private property. Above them both towered the State. The paradoxes and contradictions of the Russian social structure all stemmed from the single, overriding fact that this was a society, in one form or another, in perpetual service to an all-powerful State. (Szamuely, 1974; p.64)

Foi com Pedro, o Grande, que a tradição estatista russa se consolidou por meio da busca da modernização dos aparelhos estatais frente a uma Europa absolutista e iluminista e uma Rússia vindo a ser parte do Concerto Europeu. A motivação principal desse empreendimento foi, sobretudo a necessidade de se tornar uma grande potência para proteger suas próprias conquistas no oriente e ao sul contra os turcos. A europeização consequente foi balizada pela inserção de tecnologias e instituições ocidentais. Tanto em armamentos e treinamentos para as forças armadas, como em assembleias e modernização econômica. Ao realizar uma transformação pragmática (SZAMUELY, 1974, p. 136), Pedro buscava os resultados urgentes, ao europeizar a Rússia, algumas instituições europeias também

foram russificadas<sup>14</sup>. O aspecto prático da coisa é sublinhado ao manter a identidade em relação ao ocidente europeu:

She [Rússia] had the size, the population, the potential wealth, and, above all, the State organization; what was needed was European efficiency and European technology. That was all, as far as he was concerned; for the rest, Europe remained an object of hostility and distrust. Peter expressed his attitudes to the west with the utmost clarity and bluntness; on one occasion he told an intimate companion: ‘we shall need Europe for a few decades, and then we can turn out backside to her’. (*idem*)

Ao modernizar o estado, Pedro, o Grande, acabou por fazê-lo participar de toda a esfera pública e particular. A necessidade de aumentar o exército, criar uma marinha para águas quentes, iniciar a industrialização e expandir a extração de minérios, redistribuir as classes sociais entre nobres e servos, entre outras ações, fizeram com que o estado esgotasse os recursos humanos em guerras e a participação do estado na vida civil cotidiana alcançasse até a esfera religiosa, com a inclusão de uma função burocrática na igreja ortodoxa. Realçar a importância de Pedro para a constituição nacional russa, para Szamuely é reafirmar a preponderância do estado, de uma história de violência e fabricação da ordem social.

Nesse sentido, o movimento pendular, bastante identificado e reproduzido na literatura sobre a Política Externa russa entre ocidentalistas e eslavófilos traz à tona o problema da identidade na Rússia. Ora o poder sustenta uma identidade mais próxima à do ocidente, sendo uma nação europeia, ora ocorre um distanciamento conclamado pela origem histórica eslava centrada nas suas relações com os invasores asiáticos mongóis ou turcos. O que afinal, resta é a capacidade da definição da comunidade política russa em delimitar e perfazer o discurso que permita a identidade de si e criar as subjetividades adequadas a essa realização. A indignação de Tolstói, em “Contos de Sebastopol” (2011) sobre a Guerra da Criméia era de que a nobreza russa, falante do francês e amante das táticas europeias, ao entrar em combate vacilava em sua coragem e determinação contra o inimigo. O desejo por glória e medalhas ocupava a mente do jovem oficial enquanto

---

<sup>14</sup> É neste período que surge a difamada “taxa da barba”. Pedro, o Grande, ordenou, primeiramente que seus cavaleiros usassem cabelos e barbas condizentes com os cortes contemporâneos europeus. Posteriormente, instituiu um imposto para aqueles que quisessem manter seu estilo tradicional. No entanto, a maioria dos clérigos e dos camponeses acreditavam que fosse pecado um homem não ter barbas avantajadas. (MOSS, 2005)

o medo lhe ocupava o sentimento, fato não levado em conta para os soldados e sargentos de classe mais baixa.

Para Iver Neuman, esses dois grupos, além do nacionalismo oficial (baseado na monarquia russa) teriam aparecido, como unidades com idéias distintas, durante o início do século XIX, cada qual com seus círculos de discussão, jornais e ascendências filosóficas, disputando a hegemonia no processo de desenvolvimento do estado e nação russos. Os eslavófilos tinham por objetivo purificar as raízes eslavas da língua russa. Por isso, a crítica a uma clivagem cultural cada vez maior da elite russa com o restante da população: os costumes europeizados contra uma plebe eslava ligada às suas próprias tradições. Mesmo contrários à interferências culturais europeias, Neuman demarca suas ambiguidades e paradoxos ligados aos dois processos revolucionários de 1789 e 1848:

...the core of Slavophilism was a protest against Russia following the models which emerged in the Europe of the double revolution. Nevertheless, Slavophilism itself was actually an imported cultural programme, an adaptation of ideas whose genesis was inextricably linked to the very same double revolution which the Slavophiles so heartily despised. (NEUMANN, 1996, p. 39)

Já os ocidentalistas pautaram suas discussões na conciliação entre o universalismo Hegeliano e a particularidade do nacionalismo. Analisando as instituições europeias como superiores e desenvolvidas, a eles restou o debate sobre como colocá-las em prática, mesmo acreditando numa “evolução” das sociedades. Para eles, “...the inevitable and inexorable unfolding of history would take care of the politics involved” (*idem*).

Como resultado emergente desse processo temos, principalmente, para a corrente dos eslavófilos, a crescente separação ideológica e material entre a nobreza dos homens sem barba e a servidão dos homens bárbaros. Ao modernizar o estado e as relações sociais, a nobreza foi incluída no cultivo das práticas europeias: o aprendizado das línguas francesa e alemã, as etiquetas e filosofias do iluminismo, enquanto os servos permaneciam presos à “tradição russa, asiática e não-aculturada”.

Já Olga Malinova (2014) defende que duas circunstâncias tornavam os embates entre ocidentalistas e eslavofilistas uma disputa em comum, o ressentimento em relação à Europa por ter de, sob um ponto de vista como do outro, provar o status da Rússia enquanto grande potência, visto, então como um obsessão:

It also might be said that classical Westernism and Slavophilism were two intrinsically consistent types of reaction to resentment, caused by a situation in which Russia had found itself as soon as it had been integrated into the system of European great powers (with a claim for equal status), while remaining a country with basically pre-modern economic, social and political systems. (MALINOVA, 2014, p. 295)

Durante a Perestroika, por exemplo, esse ressentimento teria aparecido nas duas correntes, com o fracasso programático do comunismo na União Soviética, em que a Rússia não teria conseguido comprovar seu desenvolvimento econômico e político em relação à Europa. Desta maneira, a Europa permanece como um significante que está a todo tempo, para um grupo e para outro, em constante disputa por seu significado. Isso é importante, pois estabelece um senso de uma “verdadeira” Europa em oposição a uma “falsa”, conforme observaremos mais à frente.

## 4.2

### Transição: Perestroika e Yeltsin

Antes de problematizar as questões das relações entre Rússia e ocidente, e investigar as interpretações pós-estruturais, construtivistas e essencialistas da identidade, devemos fazer um pequeno histórico da política russa desde a grande mudança verificada, obviamente, na Perestroika de Gorbachev, pela qual a maioria dos russos adultos passou.

O problema da idéia da Europa para os russos, permanece para Iver Neumann (1996) uma questão de identidade. Localizando o debate na Rússia desde as Guerras Napoleônicas, quando foi inserida definitivamente no Concerto Europeu, a idéia civilizacional de Europa e de uma comunidade ocidental ora esteve em aproximação ou distanciamento. Afinal, com a Perestroika e a consequente desintegração da URSS, a Europa retorna ao centro da prioridade russa, como em 1987, com o Ano da Europa, quando crescia a noção de “interesses interdependentes” entre os estados, a partir dos setores mais progressistas guiados por Gorbachov, ao mesmo tempo que uma reação nacionalista, os nacionalistas românticos, é criada, na crítica ao alinhamento com o ocidente:

The content of the Romantic nationalist position hardly changed as a result of the collapse of the Soviet Union. Yet by seemingly confirming the xenophobic wing's view of the Russian liberals as the errand-boys of the West, whose dirty deeds could only serve to split the Motherland, the collapse broadened their appeal. Moreover, a number of

communists who found themselves without a position in the debate soon took up the Romantic nationalist one. (NEUMANN, 1996, p. 159)

Mais surpreendentemente, aos países do Pacto de Varsóvia, foi obliterado o alinhamento com o mundo soviético, deixando de lado mais de 40 anos de dominação e posicionamento com Moscou. Embora a crença de Gorbachov na sobrevivência do marxismo<sup>15</sup> tenha se mostrado insuficiente para manter o sistema político e a integridade territorial da União Soviética, a busca pela integração com o ocidente permaneceu na idéia as relações exteriores, mudando da permanência do marxismo à implementação reformista do liberalismo.

Neste sentido, podemos falar, então, que a Política Externa passou por, pelo menos, três períodos diversos desde o fim da URSS.

O primeiro e imediato período foi caracterizado pela abertura total à construção de um estado liberal, pelo menos até o fim do primeiro mandato de Yeltsin; a orientação ocidental formulou a nova legislação, concepção de estado e a economia de mercado com o fundamento neoliberal. A crença era maximizar os ganhos com a cooperação com o ocidente de forma a se integrar nas normas e instituições internacionais que a URSS antes rechaçava (MANKOFF, 2009). Com Yeltsin, a aproximação ao ocidente foi levada por Kozyrev, Ministro das Relações Exteriores entre 1991 e 1996, como um retorno da Rússia à civilização tradicionalmente admirada compartilhada com França e Reino Unido, apesar de não ser uma posição consensual no governo (NEUMANN, 1996, p. 180). A partir de algumas das narrativas constituidoras das ameaças para a Rússia, conforme veremos, mais uma vez a integridade territorial russa, como nação ameaçada pelo externo surge, sendo levada a cabo pela reação nacionalista, jogando a possibilidade liberal do ocidente como uma ameaça aos interesses e integração russa, conforme chama a atenção um deputado russo: "...[Ele] went on to assail Kozyrev as a Westernising idealist who held the international environment to be favourable at a time 'when virtually half of our neighbours are trying to cut off a piece of Russian territory'" (NEUMANN, 1996, p. 189).

---

<sup>15</sup> Conforme denota Robert Service, no 27º Congresso do Partido Comunista, em 1986, logo após assumir o secretariado-geral, Gorbachev constrói o programa de iniciativas para "aperfeiçoar o socialismo desenvolvido". Além disso, de uma hora para outra, os Estados do Pacto de Varsóvia serão "convidados" a uma política de não-interferência por parte da União Soviética: "He [Gorbachev] had set his mind on sorting out Soviet domestic affairs, and had used the occasion of Chernenko's funeral to call a meeting of leaders of the Warsaw Pact countries and to announce his commitment to non-interference in their political life. According to Gorbachev, these countries were thenceforward to have independent control of their internal development." (SERVICE, 2003)

Para Marlène Laruelle, a característica principal deste período seria a falta de clareza e estratégia para lidar tanto com o ocidente como com as ex-Repúblicas Soviéticas. Por um lado, houve o enfraquecimento da influência russa no antigo bloco socialista, e por outro, permanecia a crença na integração imediata à Europa e às normas do ocidente:

Still harboring the Gorbachevian idea of the “European common house,” many of the ruling elites expected a rapid integration into European space, a relatively unproblematic transition to a market economy, and the establishment of Western democratic norms. (LARUELLE, 2009, p. 29)

Mas de modo geral, a percepção sobre as ameaças e perigos tinham se transformado de uma total confrontação, do mundo bipolar, para a oportunidade de contingenciamento das diferenças. Jeffrey Mankoff defende que a OTAN não teria o mesmo poder dissuasório, mesmo com o fim do Pacto de Varsóvia:

Yet Yeltsin and Kozyrev believed reconciliation was a realistic goal, one they could sell to the Russian establishment on the basis of the conviction that with the end of the Cold War, NATO no longer posed a threat to Russian interests despite the crumbling of the Warsaw Pact and the implosion of the Soviet military machine. (MANKOFF, 2009, p. 144)

Porém, a situação se transforma durante o segundo mandato de Yeltsin, culminando com a crise financeira de 1998. Trabalhando com as categorias de estados revisionistas e de status quo, Mankoff defende que a formulação política sob Putin e Medvedev, na verdade, culminou de um processo desenrolado desde Yeltsin (pelo menos na segunda metade de seu mandato) quando houve a percepção de que a integração com o ocidente não era nem possível nem desejável no curto prazo. Assim, “Kremlin leaders began laying the foundation for Russia to return to its accustomed international position as one pole in a system of shifting, competitive states” (MANKOFF, 2009, p. 4). Desta maneira, ao abandonar a política de integração liberal ao ocidente, a mudança de Kozyrev para Primakov “symbolized [...] the shift to a new approach emphasizing Russia’s role as a sovereign Great Power in an anarchic, self-help international system where power, rather than international norms or institutions, remained the *ultima ratio* in international relations” (*idem*, p.5).

A crise do final da década de 1990 e o alijamento da Rússia como potência mundial das grandes decisões (as guerras dos Balcãs foram totalmente acionadas pela OTAN, enquanto as lutas na Chechênia eram rechaçadas pelo ocidente), marcarão o projeto das elites políticas – nostálgicas de um passado “glorioso” –

para a próxima década. O segundo período dá conta do início da desilusão em realizar-se uma integração horizontal entre as potências. Nesse sentido, Primakov (segundo Ministro das Relações Exteriores de Yeltsin) elaborou uma política em que fossem buscadas a reinserção da Rússia com a retomada de seu status de grande potência. No entanto, essa estratégia se mostrou pouco exitosa tendo em vista as diversas lacunas e demandas não resolvidas pelo estado:

...the means for Moscow's return were lacking: first, due to the fact that most large companies had been privatized, the Russian state had no finances; second, it was having problems pulling itself out of its economic crisis; third, it seemed unable to resolve the domestic issues linked to the Chechnya war; and, last, it was being undermined by the ongoing oligarchic clan warfare being waged around its then ageing and ill president. (LARUELLE, 2009, p. 31)

Ao mesmo tempo, a intervenção da OTAN na Sérvia fez com que a solidariedade pan-eslávica se estendesse entre pró-ocidentais e conservadores. A projeção da expansão da OTAN para Ucrânia e Geórgia também afetou diretamente o “ressentimento” russo em relação às expectativas anteriores: o ataque da OTAN em 1999 “...crystallized the resentment of Russian citizens, who pushed for a pan-Slavic or pan-Orthodox solidarity with Serbia. Even the pro-Westerners were shocked that Moscow's views had not been taken into account” (LARUELLE, 2009, p. 31).

### 4.3

#### **Problema/escritura da segurança**

Marléne Laruelle defende a idéia de que a eleição de Vladimir Putin em 1999 ocorreu sob o consenso dentre as demais vertentes políticas de que o que a Rússia efetivamente precisava era de ordem, a despeito de qual projeto de desenvolvimento fosse levado à cabo, mesmo que fossem reconsideradas as políticas neoliberais destacadas por Yeltsin:

The 1999 parliamentary elections revealed the first broad political consensus on taking a specific path of development. Even the parties regarded as pro-Western focused not on the need for reform, but on the need for order. All called for a “patriotic jolt” to prevent the country from rushing headlong down a dead-end street. Even the “liberals” saw the country's situation at the end of Boris Yeltsin's second term with the same critical eye. (LARUELLE, 2009, p. 17)

Nesse sentido, a eleição de Putin se realizou sob a idéia de que o estado russo necessitava de estabilização, restauração e eficiência, a despeito dos períodos anteriores de revoluções e, sobretudo, reformas, criando, então, a figura da

verticalização do poder: uma série de intervenções nas leis e modificações na estrutura do poder executivo russo para promover a centralização do poder na presidência e manter controladas as autonomias das diversas Repúblicas da Federação. Richard Sakwa define essa situação entre a normalização e normalidade da política. Na busca pela ordem, embora a manutenção do constitucionalismo esteja presente, a exceção e a tendência a buscar a norma do Kremlin, irrompem em exceções técnicas sobre o “*rule of law*”:

Putin wanted normality, but the methods employed gave rise to elements of normalisation. The concepts of ‘managed’ and ‘guided’ democracy are openly proclaimed by some of Putin’s advisors as preferable to the unpredictability and disintegrative trends so evident in the 1990s. (SAKWA, 2008, p. 43)

Além disso, cumpre dizer que o combate aos oligopólios – e aos oligarcas da “família” de Yeltsin – se deu de maneira diferente do último presidente, mesmo que alguns desses novos ricos da Rússia pós-soviética tenham se mantido influentes e proprietários de suas empresas – ao contrário do que aconteceu com Khordokosvki, Berezovsky e Guzinski, por exemplo- evidenciando um tipo de poder fundado no envolvimento de uma situação extraordinária de autoridade e “integridade moral”: “nevertheless, while Yeltsin sought to play on intergroup rivalry, Putin has undertaken to submit all groups to his authority, marking the passage from an “oligarchic Cesarism” to a “bureaucratic Cesarism<sup>16</sup>.” (LARUELLE, 2009, p. 22)

O terceiro e atual período, por fim, conforme já trataremos com maior destaque, é exatamente este a partir da emergência de Vladimir Putin e seu partido “Единая Россия” (Rússia Unida). Rapidamente, a característica das relações nesse período seriam exatamente o reconhecimento das capacidades materiais limitadas, orientando a estratégia para a reforma econômica (que não deixou de ser uma reforma da reforma). A sustentação desse padrão leva ao crescimento das tensões, e como veremos da construção subjetiva de ameaças e perigos.

---

<sup>16</sup> Em referência ao cesarismo, termo cunhado por Gramsci, como aquele movimento político em que emerge um indivíduo capaz de contornar e mediar os interesses conflitantes de classes sociais antagônicas: “Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca” (GRAMSCI, 2000, p. 76)



### 4.3.1

#### Os anos 2000

Com Marcel de Haas (2010), podemos observar as principais características, desde o primeiro mandato de Valdimir Putin, dos principais documentos e políticas russos norteadores das concepções de segurança e política externa. Com esses elementos, poderemos examinar de que maneira, na escritura deles, o ocidente, nas figuras da União Europeia e OTAN, mais proximamente, será caracterizado como uma ameaça, a principal em alguns momentos, em relação aos interesses nacionais russos, como inscritos nos Conceito de Segurança Nacional, a Doutrina Militar e o Conceito de Política Externa, em 2000, e relatórios e discursos do Ministério da Defesa e da Presidência russos.

O ponto em comum destes documentos é a assimilação de determinadas ameaças, como a expansão das duas organizações acima citadas para a suposta área de influência da antiga URSS, além de trazer novamente, a questão que ressurgiu nos últimos anos do governo de Bóris Yeltsin: a pregação do status de grande potência para a Rússia. Marcadamente, a experiência unilateral da intervenção humanitária em Kosovo expressa essas duas dimensões e será usada para sublinhar a posição subalterna da Rússia na Europa:

Russia's rebuffing attitude towards NATO's new Strategic Concept of 1999 and to its military intervention in Kosovo of the same year, meant that Western security policy was now considered to be a threat, resulting in statements in the security documents expressing these anti-Western sentiments. By ratifying the final draft of the new NSC [Conceito de Segurança Nacional] on 10 January 2000, President Putin authorized this revised view of Russian security policy (SCRF 2000a). (DE HAAS, 2010, p. 16)

E

The 2000 edition of the FPC [Conceito de Política Externa] mentioned as basic principles of Russian foreign policy, that the RF was a great power, that Russia's influence in international politics was to be strengthened and that political, military and economic cooperation and integration within the CIS had a high priority. Furthermore, the FPC contained expressions of aversion to Western security policies. (DE HAAS, 2010, p. 17)

A estratégia para retomar o status de grande potência explicaria a preferência da Rússia em buscar outras alianças como a Organização de Cooperação de Shanghai, Organização do Tratado de Segurança Coletiva, bem como a priorização da ação em outros locais senão no nível multilateral, como na ONU, através do Conselho de Segurança, órgão onde a Rússia detém o veto, e

estaria em igualdade com as demais potências: “this provision of course was related to the objective of strengthening Russia’s international position. In the UNSC Russia possessed the right of veto and was thus able to block undesirable resolutions.” (DE HAAS, 2010, p. 18)

A pauta do terrorismo é identificada na literatura como um evento importante, principalmente com os ataques de 11 de setembro de 2001. Eles terão repercussões em duas frentes: por um lado, com que o governo russo busque mobilizar a narrativa da ameaça que se construía nos países da OTAN, de maneira a legitimar as políticas e conflitos em relação à Chechênia e aos demais movimentos separatistas das Repúblicas autônomas, e, por outro, possibilitasse a cooperação até mesmo com as forças da OTAN, em exercícios e construção de estratégias em comum para o combate a Al Qaeda. Assim, dois eventos teriam causado bastante impacto na escritura desses documentos, reforçando a securitização da possibilidade do terrorismo, sejam os ataques ao teatro onde se atuava a peça “Nord-Ost” em 2002, e o sequestro de pais e estudantes numa escola em Beslan, em 2004.

Sobre o tema da segurança presente na constituição da política externa da Rússia, uma contribuição interessante é de Aglaya Snetkov, que critica a maioria dos estudos que partem da segurança como algo eminentemente externo, evidenciando a perspectiva realista sobre o balanço de poder no período Putin: “As a result, these studies re theoretically designed to deal primarily with external rather than internal security. Indeed, much of the current literature on Russian security has focused on external security concerns such as Russian’s relations with the West” (SNETKOV, 2012, p. 522). No entanto, conforme toda a problematização dos estudos de segurança correntes nas últimas duas décadas com a abertura do conceito, seria necessário capturar as modificações do discurso que sustenta uma possível identidade estatal de modo a compreender melhor os processos e fenômenos sociais que concorrem à construção de uma determinada Política Externa/política externa. Num primeiro momento, logo após à eleição de Putin à presidência russa, a questão da segurança interna foi posta como a grande ameaça à Rússia, a fraqueza de um estado que pudesse acarretar no desmembramento da coesão estatal. A iniciativa, então, deveria ser fortalecer o aparelho estatal demarcando a forte tendência a um modelo estadocêntrico pautado na dominação ao invés da representação.

No entanto, o período de 2006-2008 teria apresentado outra configuração em relação às percepções entre Rússia e outras potências. Ao contrário do primeiro mandato de Putin, a Rússia já havia modificado sua imagem de estado fraco e, também, o papel das ameaças internas já havia sido modificado. Os limites entre o terrorismo internacional e o ocidente como ameaça teriam sido apagados modificando a dinâmica de segurança, orientando, então, as ameaças para aqueles inimigos que queriam que a “era Yeltsin” voltasse (SNETKOV, 2012, p. 531).

As a result, there has been a blurring of lines between the threat emanating from the West and international terrorism. As demonstrated in his post-Beslan speech, Putin argued that it was the ‘unnamed’ enemies outside Russia that were trying to take a piece of Russia away from it (Putin 2004). On the normative level, Russia increasingly rejected what it saw as Western imposed ‘values’ and challenged the notion of universal norms, whilst emphasising the importance of its national values, culture and interests.” (*idem*)

Ou seja, por um lado, os ataques de 11 de setembro se mostraram afortunadamente um reforço na posição russa sobre o separatismo checheno uma vez que buscou legitimar suas ações securitizadoras por esses eventos – “úteis”, portanto, na narrativa de enfraquecimento e perigo da coesão discursiva do estado russo –, mas, por outro lado, com o reerguimento objetivo e material das capacidades russas, serviu de norma para o estabelecimento entre aqueles que apoiam o estado russo e que não apoiam. Mais profundamente, nessas dinâmicas entre a segurança “interna” e “externa”, o terrorismo e a influência na política pós-ataques de 11 de setembro, colocaram em pauta a definição daqueles que são os patriotas e os não-patriotas, tanto nos Estados Unidos, como na Europa:

However, pluralism and justice are under threat on both sides of the Atlantic: the habit of describing the opponents’ position as “unpatriotic” (thus ascribing external identity to any dissenting viewpoint), the expansion of secrecy and surveillance, limited access to court for persons suspected of terrorist activities, and the rise of xenophobia indicate that dissidence and difference are under suspicion everywhere. The “absolute” scale of problems can be very different, but the relative deterioration is a universal phenomenon. (MOROZOV, 2004, p. 13)

O importante em compreender os usos discursivos desses ataques terroristas é perceber a ambiguidade da relação entre a Rússia e os demais estados da OTAN. Embora por um lado a OTAN permaneça como uma ameaça à segurança nacional russa, em virtude da constante iminência da expansão dos estados-membros para cada vez mais próximo da Rússia, como com Ucrânia e Geórgia, em diversos momentos existirá cooperação com entre as forças armadas da Rússia e da

organização ocidental, ainda que os militares russos tenham compreendido que esse nível de cooperação não tenha rendido uma diminuição das ameaças militares (DE HAAS, 2010, p. 31) Sobretudo, isso se dará na perspectiva de combate ao terrorismo e a Al Qaeda, na Guerra do Afeganistão, posteriormente às condições de conflito de interesse que sucederam a Guerra de Kosovo:

Military delegations on both sides continued their work in Moscow and Brussels, other than in 1999, when Russia withdrew its delegations as a protest against NATO military action in and around Kosovo. Also, Russia sent navy ships to participate in NATO's maritime operation *Active Endeavor* ('Russia, NATO' 2005). This was particularly interesting since the operation was a so-called Article 5 (of the NATO treaty) action, making Russia part of a collective defense operation of the alliance, which during the Cold War would have been unimaginable. (DE HAAS, 2010, p. 55)

Porém, também, essa aproximação com a OTAN não fez com que a “memória” sobre a intervenção humanitária em Kosovo fosse dissolvida. Antes, a disputa pela identidade, pela segurança ontológica do “espaço russo” continuou operando na conformação da comunidade política, na produção de fronteiras entre o “nós” e o “eles”; ao definir, primeiramente, a integridade nacional ameaçada pelo separatismo checheno, a Guerra ao Terror torna-se uma condição de possibilidade de performances violentas com objetivo de manter a coesão e coerência estatais.

Tal fato pode ser verificado com, por exemplo, o discurso sobre necessidade e emergência na política cotidiana da Rússia, com a ligação entre o fim das eleições diretas para governadores das regiões russas, consoante à fala de Putin relacionando a fraqueza estatal às constantes crises que permitiriam a existência de ataques e ameaças terroristas:

I believe that in the current situation, in the current conditions, the system of executive power in the country must not simply be adapted for work in crisis situations, it must be fundamentally reorganized, in order to strengthen the unity of the country and stop crises from arising. We must not forget that in their far-reaching plans, the people who inspire, organize and carry out terrorist acts aim for the disintegration of the country, the break-up of the state and the collapse of Russia. I am certain that the unity of the country is the main condition for conquering terrorism. And without such unity this goal is impossible to attain. (PUTIN, 2004)

#### 4.4

#### Alargamento da OTAN e UE

De todo modo, a primeira década viu a reafirmação desses preceitos, após os documentos de 2000, em 2003, 2007 e 2008, com o Documento Branco de Defesa (DWP), a Perspectiva de Política Externa e a Estratégia para o Desenvolvimento 2020, respectivamente. Os pontos em comum que são importantes para nossa análise são a manutenção do ocidente com o status de ameaça: “the West is considered a threat to RF national security. In particular NATO, for its unwillingness to sign the adapted CFE Treaty and its continued enlargement” (DE HAAS, 2010, p. 24); além disso, soma-se a perspectiva de que a sustentação da Rússia enquanto grande potência se dará como consequência de forças armadas bem treinadas e modernizadas. Outra questão levantada por De Haas é a transformação da noção de segurança do campo militar para outros campos e esferas da atuação do estado, ou seja, a partir desses documentos são destacadas outras áreas não-militares como propósito da segurança

Conforme sublinhado, no primeiro mandato de Putin, entre 2000 e 2004, as ameaças externas em relação aos Estados Unidos e Europa teriam permanecido latentes, haja vista o problema observado com a segurança interna – antes, como aprovam seus discursos, principalmente o Manifesto do Milênio, era necessário resguardar a Rússia enquanto nação unida, e, portanto, enfrentar o separatismo checheno –. Na verdade, apenas revelam a intensa interação, na modernidade, da separação e dicotomização do interno e do externo, na manutenção de práticas de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos específicos. Apesar do antiamericanismo (e anti-ocidentalismo) permanecer latente, sobretudo em relação às elites mais tradicionais com certa nostalgia do regime soviético, a Rússia abriu mão de posições fora de sua área de influência e permitiu a expansão da presença da OTAN até mesmo na Ásia Central (SHLAPENTOKH, 2009, p. 311).

É importante sublinhar as querelas acontecidas durante o curso dos anos de 1990 e 2000 com relação à expansão da OTAN e do posicionamento de estruturas de defesa, bem como na expiração de alguns mecanismos de segurança. Em 1994 houve o início do processo inclusão – culminado em 1999 – de alguns estados do leste europeu, como República Tcheca, Polônia e Hungria; ao contrário do que a Rússia acreditava – até mesmo que ela fosse uma candidata à inclusão –, “...it had

become clear that NATO, rather than the Russia-desired OSCE, was turning into the cornerstone of European security.” (TSYGANKOV, 2013, p. 182). A segunda rodada de expansão para os territórios ex-comunistas ocorreu em 2004, com a entrada dos estados bálticos<sup>17</sup>, Bulgária, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Foi em 2008 que, relativamente, em relação ao problema concernente à Rússia, essa expansão foi pausada, durante as negociações para a entrada da Geórgia, Ucrânia e Azerbaijão. Obviamente, foram contidas com a Guerra da Geórgia, na ocupação da Ossétia do Sul e o reconhecimento deste território e da Abkházia – territórios separatistas da Geórgia -, quando, segundo Jeffrey Mankoff, teria ocorrido “..the resurgence of Russia’s power and autonomy as an actor in the international system” (MANKOFF, 2009, p. 3) em que durante dez anos a Rússia passou de um estado fraco para a capacidade de lançar uma ofensiva em grande escala. Andrei Tsygankov (TSYGANKOV, 2013, p. 186), por sua vez acredita que a guerra tenha sido uma mensagem clara da Rússia que, qualquer tentativa de associação ao tratado, teria o custo da tentativa da desintegração territorial dos mesmos.<sup>18</sup>

Além disso, durante a década de 2000 dois importantes tratados, ainda do período da Guerra Fria, não foram renovados tanto pela Rússia como pelos EUA, o *Treaty on Conventional Armed Forces in Europe* (CFE) e *Anti-Ballistic Missile Treaty* (ABM). Do primeiro a se retirar os Estados Unidos, foi o ABM que discorria sobre os usos de armamentos balísticos de defesa contra armas nucleares; assinado em 1972, durando até 2002, no bojo das justificativas de securitização da Guerra ao Terror que se baseavam na possibilidade do uso de armas nucleares por estados falidos patrocinados por terroristas. O impacto disso, por exemplo pode ser visto na percepção da deterioração da segurança internacional pelo Documento de Política Externa russo de 2007 (DE HAAS, 2010). Já o CFE, que durou até 2007, versava

---

<sup>17</sup> Com esses estados aconteceram outros tipos de problema decorrente da falta de clareza sobre a herança soviética sobre as suas ex-repúblicas, sobretudo em relação aos cidadãos russos que lá ficaram, e a manutenção de vínculos com a Rússia, sob o projeto de russificação das diversas etnias (NIKITINA, 2014). Um ano após a entrada de Estônia, Letônia e Lituânia na OTAN, Vladimir Putin convida vários estadistas para as comemorações dos 60 anos da vitória aliada contra o nazismo. No entanto, a situação esquizofrênica permanece, porque, afinal, foram invadidos pelo exército vermelho. Isso, para Eva-Clarita Oken é símbolo de uma variedade de performances da memória coletiva na Europa que é constantemente produzida e reproduzida: “A closer look at the decision-making process of the Baltic presidents reveals many levels on which European politics today are closely linked to questions of collective memory, history and culture. Thus the international gathering on 9 May 2005 in Moscow provides a perfect case to identify and illustrate the various levels of memory politics in Europe” (ONKEN, 2007, p. 34)

<sup>18</sup> O que efetivamente aconteceu com a Ucrânia e a anexação da Criméia e a independência das Repúblicas do leste.

sobre as proporções de armamentos convencionais de assalto que deveria existir entre um bloco e outro, a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Com o fim do segundo, o acordo foi levado a cabo pelos estados remanescentes, porém a Rússia se retirou tendo em vista a disputa pela implementação de mísseis balísticos na Polônia e República Tcheca.

Embora esses estudos apresentem como pontos centrais de análise a questão do ocidente, a liderança carismática de Vladimir Putin e o papel das Revoluções Coloridas na política doméstica, eles não levam em conta a dimensão da produção da diferença através da escritura da segurança. Se por um lado o construtivismo aceita uma identidade nacional ou estatal como ponto de vista ontológico da realidade, o pós-estruturalismo pode nos fornecer outras interpretações distintas que, de uma forma ou de outra, abre-nos os modos de produção de fronteiras que tanto estabelecem o “outro” interno como o “outro” externo. É na condução da política externa e da Política Externa que o estado, irremediavelmente um dado da modernidade, configura-se como lugar das relações de poder que determinam aqueles pertencentes à comunidade política e aqueles que devem ser excluídos. Portanto, inclusão e exclusão são movimentos importantes se queremos compreender o entrelaçamento da segurança e gênero a partir dessa leitura. A partir da parte 3.3, poderemos avançar com outras maneiras de visão e interpretação de mundo.

## 4.5

### **O inimigo vive aqui**

A inflexão ocorrida na política externa russa se daria, não necessariamente pelo avanço do ocidente sobre as áreas de influência da antiga URSS, mas sim, por uma possível ameaça de desestabilização e impedimento do regime russo, renúncia do presidente Putin, e conseqüentemente do partido Rússia Unida. É com a emergência das Revoluções Coloridas<sup>19</sup>, com grandes manifestações oposicionistas nesses estados que utilizaram um cor como seu símbolo, que, no entanto, a percepção entre segurança externa e segurança interna irá mudar. Uma

---

<sup>19</sup> Manifestações de massas que, no espaço soviético, começaram a partir da Geórgia, em 2003, espalhando-se para Ucrânia, em 2004 e Quirguistão, em 2005, conseguindo efetivamente a renúncia do presidente georgiano e a anulação das eleições ucranianas de 2004.

interferência estrangeira do ocidente criaria as condições necessárias para protestos cada vez maiores e críticas que deslegitimariam o governo de Putin:

Putin's regime was far from being as self-confident as Khrushchev's or Brezhnev's regime and even rather from being as self-assertive as Stalin's regime before the war. Therefore, Putin's Kremlin considered the West's ideological attack against it as a danger, because it assumed that, with the slightest relaxation of pressure on the opposition, the Western critique will embolden not only active liberals, but millions of people who hate, as Nemtsov (2007) noted, the Putin regime, despite the strong material progress in the country." (SHLAPENTOKH, 2009, p. 312)

A reação a uma ofensiva ocidental contra o regime russo se deu através de uma política externa agressiva retomando a noção soviética pré-guerra e czarista do “cercamento” da Rússia por diversas nações e ideologias inimigas. No entanto, a construção dessa ameaça se pautou, principalmente na crítica ocidental à política russa, articulando assim, na visão do autor, a visão anti-europeia e antiamericana numa ameaça só. Andrei Makarychev afirma que, ao contrário da visão comum de que as relações da Rússia com outros estados se dá pela *Realpolitik*, esse período é fortemente marcado por uma “ofensiva normativa” após as Revoluções Coloridas e outras manifestações com o intuito de deslocar governos. Demarca-se, então, a disputa por idéias, pela identidade nacional russa ligada a idéia de democracia. A luta pela legitimação da “democracia russa” ocorreu pela propaganda anti-ocidental, declarando a singularidade democrática deste país. A Democracia Soberana<sup>20</sup>, termo cunhado dentro do aparato estatal demonstra a particularização daquilo tido como universal para o liberalismo. Também em resposta, algumas posições em “favor” do respeito às liberdades e Direitos Humanos foram pontuadas a partir da segunda metade dos anos 2000 podem ser observadas “...as a direct response to the activities of European and American foundations and think tanks in Russia and, simultaneously, as an alternative to the Western interpretations of normativity in world politics” (MAKARYCHEV, 2009, p. 145). Sua hipótese

<sup>20</sup> Philippe Casula chama atenção para o aspecto discursivo que essa Democracia Soberana demanda. Ela está associada à modernização, desenvolvimento e independência, por isso soberana, bem como com uma política nacionalista. No entanto, existe um aspecto importante que não seria levado em conta, mas são as formas de reconhecimento da Rússia como um estado com lei e ordem, a despeito de uma década de 1990 conturbada: “Democracy in Russia is depicted as *Russian*, independent, home-grown, and special. In short, it is a *sovereign* democracy that may imply all sorts of distinctive traits that exempt it from any international comparison or judgment. Since all democracies are deemed to be independent, having specific histories and trajectories, there is no universal standard that could be applied, according to this argument. [...] Sovereign democracy thus fulfills this double function and fixes democracy's place in contemporary Russia. Internationally, the point of departure for sovereign democracy is the recognition of the world as a dangerous, lawless place, one fully structured around a ruthless competition.” **Fonte bibliográfica inválida especificada.**



principal é que, de certa maneira, houve a percepção de que para a consecução da agência política na sociedade internacional só se dá pelo reconhecimento de si como um estado democrático e de práticas e normas democráticas, portanto.

Sob este ponto de vista, Sergei Prozorov oferece outra perspectiva em relação às dificuldades para a integração da Rússia à Europa. Para o autor, uma das questões para o insucesso (mesmo considerando o ano de 2006 em relação à atualidade) desse processo integrativo reside nas relações de poder que sustentam e defendem um modelo soberano de hierarquia, por isso, a recorrência, na Rússia, da preocupação com as intervenções estrangeiras. Para o autor, apesar da relativa ameaça do “espectro ocidental” em relação à Rússia, nos dois primeiros períodos de Putin, a ameaça da expansão da UE era mais concreta do que a inclusão de ex-estados soviéticos na OTAN – o que não quer dizer que, efetivamente, a OTAN fosse desprezada -:

In a more substantive way, the awareness of the conflictual potential of EU–Russian relations was enhanced by the process of EU enlargement. Ironically, while the NATO enlargement, strongly criticised in Russia, could only pose a threat to Russia in barely conceivable scenarios, the EU enlargement, whose implications for Russia are manifold and concrete, was until the end of the 1990s viewed as a beneficial process, in line with Russia’s own visions of its ‘integration into Europe’. It was only in the aftermath of the Kosovo operation and the intense European criticism of Russia’s conduct of its ‘anti-terrorist’ operation in Chechnya that the implications of European integration for Russia began to be problematised in the Russian discourse, eventually leading to the articulation of conflictual dispositions between Russia and the EU. (PROZOROV, 2006, p. 27)

O problema posto, aqui é que a assimetria colocada na relação com a Europa decorre da colocação do reconhecimento da diferença, de uma subalternidade na cooperação nas áreas políticas e econômicas, que acabaria causando uma auto-exclusão deste processo de integração:

Thus, in the narrative of self-exclusion formal and technical issues, in which the Russian party perceived its ‘inclusion’ to be unjustly hierarchical, tend to spill over into the domain of identity politics, in which the asymmetry in question is no longer formal but generative of ethical resentment. (PROZOROV, 2006, p. 53)

Por isso, a auto-exclusão parece ser uma saída discursiva que delimita o discurso da identidade. Ao objetificar o problema da relativa perda da soberania, como o maior impedimento para uma integração, com a dicotomização entre essas duas categorias, criam-se narrativas que asseveram as assimetrias entre as duas possibilidades, tensionando com discussões daquele período como os conflitos na Chechênia e a necessidade de visto por partes dos russos, na União Européia:

...this argument both proceeds from the claim that sovereignty and integration are a priori incompatible principles and conceives of the apparent contradiction in the Russian stance as purely immanent to the domestic political discourse. With regard to this claim, we may argue that the conflict narratives which we have reconstituted function as dynamic *responses* to the concrete policy encounters with the EU (over Kaliningrad, the visa issue, Chechen separatism, etc.) (PROZOROV, 2006, p. 69)

Portanto, é também sobre esses conceitos – Democracia, Direitos Humanos, Liberdade, Soberania – que o conflito emergirá na demarcação da comunidade política. Ao localizar o ocidente como ameaça aos interesses de grande potência russos, Putin começa a questionar a unilateralidade do sistema internacional e a criticar as desigualdades sistêmicas que, segundo ele, são casos de dominação e controle de alguns estados por outros. É neste sentido, que o ocidente retorna ao seu posto de ameaça aos interesses nacionais russos, conforme aponta o discurso de Putin:

Looking back at the more distant past, we recall the talk about the civilising role of colonial powers during the colonial era. Today, ‘civilisation’ has been replaced by democratisation, but the aim is the same—to ensure unilateral gains and one’s own advantage, and to pursue one’s own interests. Some are not above using the dirtiest techniques, attempting to ignite inter-ethnic and inter-religious hatred in our multiethnic and democratic country (PUTIN, 2007)

Ao mesmo tempo que a Rússia torna-se parceira da OTAN, as fronteiras e limites vão sendo recompostos, sobretudo nas noções de ocidentalização da sociedade russa, como uma ameaça “por dentro” de um cavalo de Tróia:

As a result, human rights are described not only as an ideological smokescreen that is used by cynical Western politicians, but as a kind of Trojan horse offered by the West in order to subvert society, to hinder its internal consolidation and separation from the outside and, finally, to colonize and dissolve in the course of total Westernization. (MOROZOV, 2004, p. 426)

Jeffrey Mankoff (2009) por exemplo, chama a atenção para o fato que essa recuperação – material – russa provocaria a retomada de velhos padrões: cercada por uma série de ameaças e inimigos, a saída para sua proteção é o reaparelhamento militar e uma política externa mais ofensiva na defesa dos interesses nacionais. A temática do “cercamento” do território russo não é, em si, novidade, mas tem sido articulada discursivamente como uma “tradicional” percepção de ameaças, cuja origem remontaria às invasões mongóis nos séculos XII e XIII. Vladimir Shlapentok (2009) acredita que a idéia de que o “cercamento” geopolítico da Rússia faz parte de um vocabulário político que constrói inimigos e ameaças: constitui-se numa ferramenta de legitimação de práticas políticas e dá conta de um

perigo eminente que estaria efetivamente cercando a fronteira russa. Para o autor, essa estratégia acontece desde Lenin e prosseguiria com Putin, especificamente no segundo mandato, quando as Revoluções “coloridas” no leste europeu e no Cáucaso serviram como fonte de crítica ao regime russo, categorizando-o como antidemocrático. Ele chama a atenção, ainda, para o fato de que a imprensa russa gastou mais tempo apresentando o desenrolar da Revolução Laranja, do que o ataque terrorista em Beslan. Assim, a questão começou a ser posta a nível da capacidade do ocidente em definir e modificar o regime político russo, principalmente – conforme o Kremlin sublinhou – com apoio de ONGs e outras organizações de caráter ocidental (p. 312-313).

Com as quedas dos presidentes na Geórgia, Ucrânia e Quirguistão, uma determinada paranoia sobre apoios e financiamentos internacionais se espalhou: essa ameaça

On this basis, the West began to be perceived as a threat to internal security. The Russian leadership became alarmed by what it perceived as Western sponsored civil unrest in the coloured revolutions, leading to a belief that similar developments must be avoided within Russia at all costs. Events in the external sphere thus had a direct and profound effect on Russia’s perceptions of its internal sphere, demonstrating once more the tight interconnection between these security spheres in Russian official discourse. (SNETKOV, 2012, p. 36)

Como resultado inerente a isso, temos que desde 2012, um pacote de leis referenciado como “lei dos agentes estrangeiros” especifica e acentua o ganho de recursos por agências e organizações internacionais como diretamente ligadas a atividades políticas. Em última instância, determina que essas ONGs sejam classificadas como agentes estrangeiros e que, sob esta categoria, estejam em perigo iminente de serem classificadas como traidoras, criminalizando o envolvimento na promoção de Direitos Humanos:

The “foreign agents” law expanded already extensive and intrusive state control over organizations that receive foreign funding by setting out additional reporting requirements and providing for additional inspections by government bodies. It equates receiving any foreign funding with being an agent of foreign interests. Its definition of “political activities” includes acts that are a routine part of many NGOs’ advocacy work, such as advocating for policy changes or trying to influence public opinion. The law forces such organizations to state clearly in their published materials that they are “foreign agents.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 2)

Marcel de Haas (2010) vai além da questão da percepção da Rússia cercada por inimigos e destaca mais 3 pontos característicos da política externa russa, em relação à segurança, desde 1991 com princípios norteadores tradicionais de sua

conduta internacional: o desejo incontornável de segurança, representado na expansão territorial e de áreas de influência; a expressão da superioridade russa, por sua localização “eurasiática” – aqui, incluir-se-ia a tese da “terceira Roma<sup>21</sup>” –; e, por último, seria a tradição autocrática russa ainda baseada na servidão do cidadão ao estado, que, segundo o autor, serve de base para a verticalização do regime de poder no estado russo com base em ameaças à segurança interna, como, por exemplo, o terrorismo.

Andrew Kuchins e Igor Zevelev (2012) apresentam outros pontos para a percepção russa sobre o sistema internacional está baseado em cinco fatores que influenciam a tomada de decisão: a crença que a Rússia é uma grande potência; a crença no paradigma anárquico do Sistema Internacional; a instabilidade que os rivais causam para a Rússia; ligação entre economia doméstica e política externa; e, por fim, a discussão sobre quanto o Liberalismo ocidental seria benéfico para a Rússia (p. 147-148).

Sob essa “ânsia por segurança”, a centralidade da manutenção de zonas de influência na tentativa de se proteger contra as ameaças daqueles inimigos em torno da Rússia, está colocada a disputa pela expansão da OTAN e da União Europeia em direção ao Leste Europeu e região do Cáucaso. Nos primeiros anos de Yeltsin, a aproximação buscada com o ocidente pareceu dar sinais de enfraquecimento juntamente com a intervenção humanitária em Kosovo e a entrada da Polónia, República Checa e Hungria na OTAN, sem que sequer a Rússia tivesse conseguido um assento no Conselho Permanente dessa organização<sup>22</sup> (LEVGOLD, 2007).

Para Tsygankov, existiram dois momentos marcantes na constituição da identidade a partir do outro ocidental. Um, primeiro, favorecido pelo ocorrido no

---

<sup>21</sup> A idéia da Terceira Roma está baseada nos escritos do século XV, com a queda de Constantinopla, a “segunda Roma”, tendo em vista a procedência cristã da dinastia russa em aliança com a última dinastia bizantina: “In 1472, Ivan III married Sofia Paleologue, the niece of Byzantium’s last emperor, Constantine. The marriage immediately gave rise to the idea that Russia was Byzantium’s historical successor, thereby transferring some of the greatness of the fallen empire onto Russia. In fact, the idea was taken even one step further, to assert the doctrine of Moscow as the Third Rome. This doctrine was to play a central role in subsequent Russian political debate. The crucial move was made by the monk Philotheus (Filofey) in 1520, in a letter to the Grand Duke Basil III: ‘And now, I say unto thee: take care and take heed, pious tsar; all the empires of Christendom are united in thine, the two Romes have fallen and the third exists and there will not be a fourth’.” (NEUMANN, 1996, p. 7) É daqui que se desenvolve a concepção de que a nação russa tem a existência como a evolução natural da civilização cristã europeia, revelando um destino-manifesto.

<sup>22</sup> Apesar do Conselho OTAN-Rússia existir somente em 2002, a maior parte dos procedimentos tratam-se da cooperação na Guerra ao Terror, juntamente com alguns programas de troca de informações sobre proliferação de armas nucleares e controle de armamentos. Disponível em: [http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50090.htm?](http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50090.htm?), acessado em 08 de fevereiro de 2015.

11 de setembro de 2001, baseado na mistura entre ocidentalismo e estatismo da “cooperação pragmática”:

The arrival of Vladimir Putin as the new president signaled yet another change in policies and a renewed interest in engaging the West[...] Instead of continuing the policy of balancing against the West, Putin explicitly sided with Europe and the United States and insisted that Russia was a country of European and Western, rather than Asian, identity. (TSYGANKOV, 2010, p. 19)

Já o Segundo, ocorreria em resposta às “Revoluções coloridas” quando “Russia’s Great Power Pragmatism obtained a more assertive dimension. The Kremlin sought to consolidate Russia’s position by challenging the Western nations to open their markets to Russian business and not expand their military infrastructure closer to Russia’s orders.” (*idem*, p. 20). A questão central, então, construtivista é a localização da identidade e no reconhecimento do outro.

No entanto, apesar de reconhecerem a “internalização” do problema de segurança, essas abordagens permanecem ligadas à uma unidade ontológica a partir do fundacionismo do estado, deixando de lado as tensões, marginalizações, hierarquizações e dominações inerentes às relações de poder. Consequentemente, desconsideram a permanência da Política Externa/política externa enquanto condição de possibilidade mesma da comunidade política. Tampouco, investigam como a masculinidade hegemônica envolta na figura de Putin se entrelaça a esse problema da definição de subjetividades disciplinada na inclusão e exclusão de determinados sujeitos. Veremos, então o papel desse problema do problema da identidade ao sustentar formas de subjetificar indivíduos entre patriotas e não-patriotas, leais e não leais, por isso, a importância de revelar o ocidente como uma alteridade tanto externa como interna.

## 4.6

### Nacionalismo na Rússia

Essa seção é importante para verificar quais as práticas são denotadas como mais importantes para a reprodução da nação russa, e o que é esperado do cidadão russo patriota em atuar e participar de movimentos que o definem enquanto integrante dessa comunidade política. Ao verificarmos alguns antecedentes históricos do nacionalismo russo, podemos olhar para essa questão no período soviético, pela óbvia sucessão de regimes entre a Revolução de 1917 e a Rússia

contemporânea. A despeito de uma narrativa contundente sobre o “*homo sovieticus*”<sup>23</sup> – aquele sem classe social, nacionalidade, desprovido, então de toda uma classificação de um sociedade de classes –, na verdade, a política nacionalista soviética se desenrolou de maneira bastante ambígua, destacada pela “russificação” das outras repúblicas, havendo assim, um campo nebuloso sobre os limites e fronteiras<sup>24</sup> entre a URSS e a República Socialista Russa que conflitava com a narrativa oficial universalista da cidadania soviética.

Richard Sakwa (SAKWA, 2008, p. 219) apresenta a complexidade com que o conceito de ser “russo(a)” é imaginado através da língua/linguagem. Primeiro, ser um “*Russkie*” seria pertencer à comunidade étnica russa (categoria que tem causado mais problemas na definição da atuação russa na “defesa de seus interesses e dos russos”<sup>25</sup>, principalmente nos recentes conflitos no leste da Ucrânia); já “*Russiskii*” diz-se do cidadão da República Federativa Russa; ser um “*Rossiyanin*” para aqueles que não definiriam sua etnia; “*Russkoyazychnye*” para a comunidade mais abrangente, aquela dos falantes de russo –, e reflete a política de “russificação” da União Soviética; outra categoria seria a de “*sootchestvenniki*” dada pelos cidadãos de outras repúblicas soviéticas que buscaram se afiliar à Federação Russa; além destes, resta a noção legal de cidadão “*grazhdanin*”, “Russonia” para se referir aos indivíduos saídos da Rússia pela emigração para a Europa Ocidental, por exemplo, e, por último, o pan-eslavismo como construção de uma comunidade dos “herdeiros” dos povos eslavos.

Devemos levar em conta que, na Rússia, a mobilização do discurso do nacionalismo e do patriotismo é bastante fluida e específica. O próprio Vladimir Putin considerará arriscado defender uma noção completamente nacional do estado russo, uma vez que ligando a nação à etnia, dá-se que

<sup>23</sup> *Homo sovieticus* é uma sátira escrita Aleksandr Zinovyev, que critica o tipo social surgido na União Soviética, em relação a seus hábitos de consumo, visão de mundo e sua atitude *blasé* em relação à realidade vivida. Na verdade, também seria um crítica ao suposto homem e mulher que estariam surgindo no novo tipo de sociedade socialista, como declarado por Nikita Krushev: “In seeking to revive revolutionary momentum, Krushev paid renewed attention to the task of raising the new Soviet man and woman. He believed the path to the harmonious and productive communist era was through the inculcation of core Soviet values in all citizens” (DOBSON, 2009, p. 8)

<sup>24</sup> Pensando numa leitura política pós-estruturalista, resta avaliar que o principal modo de produção da diferença e constituição da comunidade política, era então a dicotomização entre mundo socialista e mundo capitalista, através da bipolaridade entre URSS e EUA.

<sup>25</sup> Nuray Aridici (ARIDICI, 2015) aponta a mudança discursiva em relação aos primeiros anos do mandato de Vladimir Putin, quando salientava a defesa do direito dos cidadãos russos, portanto os *Rossiskii*. Já durante os conflitos na Ucrânia, ele torna a falar mais sobre os *Russkie*, os sujeitos de etnia russa.

Nationalists must remember that by calling into question our multi-ethnic character, and exploiting the issue of Russian, Tatar, Caucasian, Siberian or any other nationalism or separatism, means that we are starting to destroy our genetic code. In effect, we will begin to destroy ourselves, (PUTIN, 2013)

ou seja, afinal a composição multiétnica seria a base de sustentação política da Rússia. Nesse sentido, concordamos com a posição de Marlène Laruelle (2009) em sublinhar a opção política em determinar a lealdade não a um povo ou a uma constituição, mas sim ao estado, na medida em que emerge uma suposta tradição de um nacionalismo estatal na Rússia:

In fact the patriotism advocated by the presidential administration is a specific version of Russia's traditional state nationalism: it is neither ethnic, inasmuch as it points to Russia's multinational nature, nor civic, inasmuch as it does not encourage its subjects to think of themselves as citizens. Instead, it seeks to emphasize the historical and cultural markers that, directly or indirectly, work above all to define Russia as a *state*. (LARUELLE, 2009, p. 7)

Repousando na noção de Anderson sobre a política da escrita no papel do desenvolvimento do nacionalismo, podemos pensar de que maneira a língua exerceu influência no campo político. Durante a União Soviética, por dentro da burocracia e da elite intelectual e política, os mais altos cargos eram ocupados por russos; além disso, institucionalmente, a República Russa era a única que não tinha um Partido Comunista, sendo este posto ocupado pelo Partido Comunista da União Soviética, bem como os demais organismos soviéticos que se mesclavam e se confundiam com instituições “locais” russas: “the result was that the Russian population in general, and Russian nationalists in particular, viewed the USSR as essentially a Russian nation-state rather than an empire. The problem with the USSR, they insisted, was that it was not Russian enough.” (BRUDNY, 1999, p. 7)

Marlene Laruelle, por sua vez acredita que a provisão do nacionalismo advém da necessidade do estado em reconectar-se com a sociedade, em desenhar determinados consensos sobre a “*rodina*”, a versão da terra natal feminina russa. Nesse sentido, é importante notar que, tal como Foucault estabelece a relação da defesa da sociedade, a *rodina* exerce a pacificação da comunidade política, na negação dos conflitos sociais e divisões políticas. Sobretudo, desde 2000, com a redefinição de diversos temas centrais na história recente russa, a questão está em “...recentering discourse on the idea that the nation is in danger and must be defended. (LARUELLE, 2009, p. 154)

Assim, três estratégias destacadas buscam resolver a temática do nacionalismo na Rússia, ou seja, delimitar o sujeito da nação, o sujeito patriótico.

A construção de consenso sobre a nação, o restabelecimento de uma memória oficial sobre a Rússia contemporânea, é um assunto que decorre desde, fatalmente, o fim da União Soviética e a necessidade de dar uma coerência discursiva para a Federação Russa. Para Richard Sakwa (2008), esse sinal foi o restabelecimento de determinados símbolos e comemorações, durante a década de 1990, com a tarefa de instaurar essas representações da Rússia pós-soviética, uma resignificação da história:

In the 1990s Russia had remained bitterly divided in this respect, with national communists arguing that the Soviet Union had reflected Russia's national greatness, while liberals pointed out the enormous costs in human lives and ultimately in relative economic backwardness. These divisions were reflected in the struggle to adopt the various symbols of the new state and its commemorative calendar. (SAKWA, 2008, p. 223)

De todo modo, a partir de 2000, algumas reformas que foram realizadas chamam a atenção sobre elementos czaristas, soviéticos e federativos (convivendo ao mesmo tempo) demarcando uma posição de “ruptura na continuidade”: ao mesmo tempo em que se destacava um novo marco econômico e político, da reforma na reforma, distante daquele exercido durante o governo de Bóris Yeltsin, buscou-se na continuidade da história russa a grandeza da nação e do estado. Por exemplo, em 2000, o hino russo foi reescrito a partir da mesma música do hino soviético, por Sergei Mikhalkov, poeta ainda autor de outras versões durante o período stalinista, reforçando o “the paradoxical continuity in the rupture Vladimir Putin has sought to personalize.” (LARUELLE, 2009, p. 156) Ao mesmo tempo, as figuras soviéticas e czaristas foram reabilitadas: para a bandeira do exército foi retomada a bandeira vermelha do antigo exército vermelho, porém incluindo a águia de duas cabeças czarista, as quatro estrelas propostas por Trotsky e ainda a frase “Родина, долг и честь” (Pátria-mãe, dever e honra).

Além disso, houve também o retorno e criação de datas comemorativas que vão desde a defesa da cidade de Moscou no período das “grandes dificuldades”<sup>26</sup> durante o século XVII até a comemoração do dia da constituição. No entanto, podemos destacar os principais destes para observar de que maneira ocorreu a

---

<sup>26</sup> Período de transição entre as dinastias Rurik e Romanov, quando o último Rei daquela dinastia morreu sem deixar herdeiros, tornando Rei seu cunhado, abrindo a sucessão, inclusive para um parente impostor. Parte do Reino da Rússia, netes período esteve sob controle da Polónia-Lituânia.



ressignificação dos mesmos. O dia da vitória na Grande Guerra Patriótica (9 de maio, da Segunda Guerra), também comemorado pelas outras potências aliadas, permaneceu inalterado durante os anos 1990 e 2000, mas foi “vestido” com os novos, porém antigos, símbolos das forças armadas: “[Eles] were taken by many to be sign of a continuing ‘velvet restoration’ of the old order in Russia. This was not the case, and from 2007 regimental banners dropped communist-era symbols and returned to eagles and crowns” (SAKWA, 2008, p. 225); outra comemoração é a derivada do dia da Revolução Russa (7 de novembro) que passou, em 1996, a ser o dia da concórdia e da reconciliação, e finalmente, em 2005, se tornou o Dia da Unidade Nacional; por fim, a nova comemoração de 1991, o dia da Independência seria uma anomalia, haja vista que a Rússia não fora uma colônia, mas “as Putin put it on 12 June 2006, that it was ‘a day of tribute to Russian statehood, the country, and the historical choice’ the people of Russia made in the early 1990s” (SAKWA, 2008, p. 226).

Deste ponto de vista, Putin mobiliza não só a questão do ressentimento por um fracasso nacional, mas também o contorno das ameaças que permeiam o estado e a sociedade russas. Ele mesmo descreveu os conceitos que conformariam o espírito patriótico russo fundado na defesa da grandeza russa, no estatismo e na solidariedade social:

Patriotism. This term is sometimes used ironically and even derogatively. But for the majority of Russians it has its own and only original and positive meaning.[...] *Belief in the greatness of Russia*. Russia was and will remain a great power. It is preconditioned by the inseparable characteristics of its geopolitical, economic and cultural existence. [...] *Statism*. It will not happen soon, if it ever happens at all, that Russia will become the second edition of, say, the US or Britain in which liberal values have deep historic traditions. Our state and its institutes and structures have always played an exceptionally important role in the life of the country and its people. *Social Solidarity*. It is a fact that a striving for corporative forms of activity has always prevailed over individualism. Paternalistic sentiments have struck deep roots in Russian society (PUTIN, 1999)

No caso da Rússia, temos a mobilização de diversos discursos que a colocariam nesse enquadramento. Putin, na primeira fala como presidente, no Manifesto do Milênio, mobilizou uma série de signos para inscrever as ameaças à comunidade política. Ao expressar as limitações do estado russo em conter os chechenos, em não mais ser uma grande potência e passar pelo calote da dívida, articula a fraqueza material e simbólica em imaginar a Rússia como comunidade insegura.

Acreditamos que, no curso dos últimos 14 anos na Rússia, Putin elaborou de si e através de si uma narrativa distópica da identidade russa. Inspirada pela utopia – que poderíamos localizar neste tal passado glorioso do Estado russo – a distopia negará o percurso dos acontecimentos que a utopia falhará em resolver. De tal modo, no Manifesto do Milênio, assinalado subsequentemente à posse de Putin, podemos observar de que maneira ele “enquadra” sua narrativa sobre a Rússia naquele momento em específico (virada de 1999 para 2000):

Russia is in the midst of one of the most difficult periods in its history. For the first time in the past 200-300 years, it is facing a real threat of sliding to the second, and possibly even third, echelon of world states. We are running out of time for removing this threat. We must strain all intellectual, physical and moral forces of the nation. We need coordinated creative work. Nobody will do it for us. (PUTIN, 1999)

A emergência da revalorização dessas manifestações em busca de uma essência superior aos regimes políticos atravessados nos últimos dois séculos, dão conta da necessidade de mitos fundadores da legitimação do poder. Elisabeth Wood acredita que a retomada deles – depois de década pouco estimulados e esvaziados – ocorre no sentido de delimitar essa fundação de um mito comum, expondo uma determinada solidariedade entre os cidadãos e entre gerações, alheia, supostamente, a condições ideológicas ou partidárias.

The Great Patriotic War and its attendant May 9 holiday (Day of Victory) serve as a morality tale of suffering and redemption and a foundation myth. They encapsulate a victory myth that appears to shore up Russian identity. They also identify current Russian events with the longer sweep of tsarist and Soviet history and remind Russians of the ostensible unity and determination of the whole Soviet population (with a blind eye turned to the repressions of the peoples deported during the war). WWII and May 9 serve as well as the favorite myth of the power ministries (the armed forces and secret services), strengthening their legitimacy as decision-making bodies, while undermining the power of liberalism more broadly. (WOOD, 2011, p. 173)

Ademais, expõe-se na figura de Putin o cuidador e protetor do estado e de sua memória – bem como da memória daqueles que tombaram na guerra –: “Putin as the son and Putin as the father both lead the nation back to remembering its past and reinforcing its internal unity” (WOOD, 2011, p. 176). Conforme veremos no próximo capítulo, essa visão é permissiva de uma performance masculinizada como o protetor e guerreiro da nação.

Esse elemento histórico norteador de uma construção específica de memória associada a um passado russo glorioso, traz aos eventos uma ressignificação ética e moral da situação perene da Rússia. Sua posição geopolítica entre a Europa e a Ásia,

bem como o reforço da imagem associada da condição de ameaça – o cercamento por inimigos e perigos externos – fazem da leitura de “Vladimir a Vladimir”, o primeiro, príncipe da Rússia cristianizada e o segundo, obviamente, Putin, uma narrativa contínua

The loop of Russian history seems therefore to be fastened at both ends and the process of reconciliation materialized through these commemorative strategies. The same applies to the role assigned to Orthodoxy in the promotion of patriotism: religion is generally seen as a form of consensual symbolic capital that allows for the consolidation of national unity. (LARUELLE, 2009, p. 160)

A segunda estratégia de influência na motivação do nacionalismo na Rússia, a presença da Igreja Ortodoxa nas práticas culturais e sociais. Bastante ambígua, o exercício da crença nesta religião é realizado pela maioria da população, mesmo que outra parte diga não acreditar em Deus ou que não sejam praticantes. Porém, é importante salientar que a instituição “Igreja” permanece para os russos um lugar de confiança e garantia dos valores nacionais (LARUELLE, 2009, p. 161).

Não existe consenso, entretanto, em relação à influência da igreja e de suas posições para a política russa. Arianna Nowakowski (2012), por exemplo, defende que a igreja exerce um papel fundamental na solidariedade social pós-soviética, exatamente por se comprometer com a vida social desde o período czarista. Desde 1991,

Orthodoxy has returned as a powerful symbol of Russianness, connecting people with a time that in their minds was characterized by stability and grandeur, rather than unpredictability and turmoil.

Although the role of the Orthodox Church in Russian society and its relationship with the state have changed many times throughout Russia’s long past, Orthodoxy has repeatedly been mythologized as constituting, on a foundational level, the essence of what it means to be Russian. (NOWAKOWSKI, 2012, p. 121-122)

Já Laruelle acredita que a Igreja Ortodoxa na Rússia transitou de uma posição mais democrática e liberal entre a perestroika e meados de 1990 a uma condição conservadora com divisões e subdivisões ideológicas: “from the 1990s the Church has excluded from its principal institutional positions all priests belonging to ecumenical and liberal currents, that is, those inspired by the major figure of Alexander Men<sup>27</sup>”. (LARUELLE, 2009, p. 162)

---

<sup>27</sup> Alexander Men foi um líder ortodoxo com algum sucesso nas décadas de 1970 e 1980, que conseguiu chamar a atenção tanto de católicos como de ortodoxos, além de ter alguma inserção na *intelligentsia* soviética.

A posição é clara em relação à separação do estado e da igreja – diferentemente, claro, da relação no período czarista ou de algum estado teocrático – mas é por onde busca-se elaborar as normas que compreendem a sociedade e qualquer avanço da “imoralidade” ocidental. Isso ajuda a entender o papel normatizador da igreja sobre os corpos e indivíduos, tornando-os ora puros e sacralizados:

...while the Church accepts its separation from the state, it refuses to be separated from society, and claims it has the right to preside over social, cultural, and political questions. It seeks collaboration with the state on issues concerning the spiritual and patriotic education of citizens, as well as a privileged partnership with the army and educational institutions, and involvement in legislative decisions on social and moral questions (marriage, divorce, birth, gay rights). (LARUELLE, 2009, p. 164)

Em relação à política de estado, a influência da igreja ortodoxa parece ser menos eficiente. Reconhecida enquanto religião tradicional da Rússia, considerada uma vitória na aliança entre estado e religião, juntamente com o Judaísmo, Budismo e Islamismo, a participação na narrativa da delimitação da comunidade política encontrou terreno fértil na legitimação da versão russa “Choque de Civilizações”<sup>28</sup>, ainda em documentos de Política Externa, por exemplo:

In February 2007, Putin pushed this instrumentalization of the Orthodox reference to its logical foreign policy caricature, declaring that the state and national security have two pillars, nuclear deterrence *and* Orthodox faith.<sup>73</sup> The 2008 foreign policy doctrine also indicated for the first time that ‘global competition is acquiring a civilisational dimension’, an ambiguous terminology that confirmed how widespread is the idea of being a “specific civilization.” (LARUELLE, 2009, p. 169)

Porém, isso não foi o suficiente para o estado russo considerar o cristianismo ortodoxo como religião oficial, nem conseguir financiamento público e parcerias institucionalizadas nas áreas de educação e defesa. A divergência com uma história do estado está, principalmente, na construção da história sobre o período soviético: “...in its numerous canonizations of victims of the Soviet regime, while the state,

<sup>28</sup> Por exemplo, Alexander Dugin desenvolve uma teoria anti-globalista e anti-ocidental, com base no conservadorismo, ao defender o tradicionalismo russo como lugar de destaque para um país multi-étnico que deve abandonar os fundamentos dos Direitos Humanos para estabelecer o Direito dos Povos. Assim, Dugin acredita que o mundo estaria distribuído em 4 blocos civilizacionais, o americano, afro-europeu, pacífico-asiático e o eurasiático que é o ocupado pela Rússia. Conforme Laruelle descreve, em outro livro, a obra de Huntington também tem implicações para Dugin: “Like all Neo-Eurasianists, Dugin subscribes to Samuel Huntington’s “clash of civilizations” theory, which is fashionable in Russia. Huntington’s theory allows Dugin to affirm the necessity of maintaining the Russian imperial structure and to reject any prospect of a global equilibrium” (LARUELLE, 2008, p. 119)

by contrast, claims that continuity with the Soviet Union constitutes a key element in the process of reconciliation.” (LARUELLE, 2009, p. 170)

Finalmente, a terceira esfera de produção desse discurso nacionalista e patriótico está localizada mais que obviamente nas forças de segurança. A defesa de uma versão militarizada<sup>29</sup> do patriotismo e nacionalismo russos seja realizada por ser esse, supostamente<sup>30</sup> o elemento institucional do estado que permaneceu tanto sob o czarismo e o comunismo. Efetivamente,

The army represents the country’s historical continuity across political regimes and its national unity over and above ethnic, religious, and regional differences. It embodies state power: no state purpose is higher than war. Vladimir Putin’s expression formulates it most explicitly: “no army, no Russia” (*net armii, net Rossii*) (LARUELLE, 2009, p. 175)

Porém, conforme sublinha Laruelle, essa busca pela versão militarizada não constitui uma dominação dos militares sobre a vida civil, fato que não aconteceu até mesmo na União Soviética, onde, obviamente, a lealdade estava contida no Partido Comunista.

Na prática, o componente militar da construção patriótica irá atuar na educação e na comunicação, principalmente. Esses exemplos vão desde um programa educacional para a promoção dos símbolos patrióticos e ensinamento da história russa, à transformação da opinião pública sobre a “*dedovschina*”, a violência aplicada a recrutas das forças armadas. Além disso, são patrocinadas organizações, centros de estudos e publicações ligados à defesa de uma memória patriótica em comum; é sob essa esfera que a valorização da Grande Guerra Patriótica para os russos é ressignificada, conforme visto anteriormente.

The dominant feeling is that, unlike the peoples of Western Europe, Russians reveal their true character in times of hardship, conflict, and suffering. This directly corroborates the vision that they have of Russian identity, whose features include patience, resistance to life’s difficulties, spirituality, collectivism, and hospitality. (LARUELLE, 2009, p. 189)

<sup>29</sup> Compartilhamos da interpretação sociológica do militarismo, destacada por Anna Stravrianakis e Jan Selby (2013) que cita o envolvimento e interação das relações militares se confundirem com o ordenamento da própria sociedade, como a preparação para a guerra, a ideologia da violência e a extensão da disciplina para o plano social.

<sup>30</sup> Esquecem-se que o exército russo dividiu-se na Revolução Russa e que o mesmo foi responsável pelo golpe de 1991, que efetivamente autorizou o desfalecimento da URSS.

#### 4.7

### O problema do problema da identidade: o outro, o ocidente e a Europa na produção da diferença

Isto posto, podemos agora caminhar em direção à contribuição da interpretação da definição da comunidade política como um processo em que mobilizam-se alteridades tanto internamente como externamente, resultando na escritura de subjetividades. Contando com a análise da produção cinematográfica pós-1991, Yana Hashamova (2007) insere outra abordagem para a caracterização e construção do outro – no caso, o ocidente – para a manutenção e fixação da identidade nacional russa. Para a autora, os filmes deste período inserem-se em narrativas extremamente ambíguas e psicologizadas em relação ao outro ocidental que se comporta, ora como um objeto de orgulho, ora como um objeto de pânico, ameaça. Essa relação que vai do orgulho ao pânico demonstra as instabilidades da década de 1990 e as transformações pelas quais o espaço soviético passou. Com base nas noções de fantasia e desejo, da psicologia, Hashamova descreve um movimento que embora tenha aproximado a Rússia ao ocidente, desde a Perestroika, permaneceu distante e obscuro em virtude das crises sociais e econômicas daqueles anos:

...from a Lacanian perspective the relationship with an idealized object is governed by fantasy. When the Soviet Union crumbled and the distance between the fantasized West and Russia diminished, the fantasy of the West began to collapse as well. Here it becomes clear how fantasy sustains the subject's sense of reality. (HASHAMOVA, 2007, p. 31)

Apesar da abertura econômica e política, essa reordenação do espaço político imaginado se dá de tal maneira que, na verdade, opera uma exclusão entre aqueles favorecidos e não-favorecidos pelo sistema; colocando de outra maneira: embora houvesse acontecido a reorientação do discurso para o ocidente, enquanto objeto de desejo, essa readequação a esse modelo se dá necessariamente pelos acertos neoliberais: privatizações, desemprego, diminuição de salários e pensões, etc. que ao mesmo tempo que trazem para o tempo e espaço presentes da Rússia, colocam-no distante e inverossímil a maior parte da população:

Thus, although the fantasy of the West was moving closer and closer to Russia and its citizens, there was a certain distance between the subject and his/her fantasy which made it still effective. As argued earlier, when the subject gets too close to fantasy, when the distance disappears, fantasy breaks down and the subject is forced to face the (nightmarish) real. (HASHAMOVA, 2007, p. 31)

As narrativas cinematográficas da primeira metade da década de 1990 dão conta de uma aplicação de imagens culturais estereotipadas, onde uma determinada inserção da Rússia na Europa é realizada magicamente, sem conflitos. A desilusão e ressentimento, portanto, foram uma condição da transição: crises, tensões, ansiedades, exclusões tomaram conta do imaginário cultural e social russos no lugar das promessas de inclusão e pertencimento à ordem global liberal de governança. “Almost everyone became disillusioned with the present and the immediate future, which offered nothing promising or glamorous. The West and its economic and political system neither welcomed Russians abroad nor assisted effectively in improving living standards in Russia.” (HASHAMOVA, 2007, p. 40). Afinal, esses sentimentos presentes nos personagens se consolidam fortemente com a produção de diferenças como demarcação de fronteiras; ou seja, conforme já anteriormente elucidado no processo de conformação da comunidade política, Hashamova, finalmente, concorda com nossa interpretação na medida em que o evento dessas ansiedades se dão pela percepção de ameaça a uma comunidade imaginada, que concorre na criação de limites mais bem demarcados e espaços mais controlados. “The anxieties are registered as a rigid insistence on difference, although this difference is deprived of any convincing substance. The other is condemned as diferente and, even worse, as evil for no reason other than its otherness.” (HASHAMOVA, 2007, p. 52). Disso, resultaria uma frustração, para os russos, na medida em que a “cultura ocidental” inibe e ameaça as tentativas de reconstrução do discurso fundador da identidade nacional, resultando na defesa de “collective imagination develops paranoid anxieties and seeks defenses in the backlash of nationalism” (*idem*). Essa frustração também pode ser comparada com o ressentimento do problema da Europa, na Rússia, para as duas vertentes nacionalistas, os ocidentalistas e eslavófilos, descrita por Olga Malinova (2014).

Viatcheslav Morozov acredita que a Europa obedece a um papel crucial na definição da comunidade política russa: embora eslavófilos ou ocidentalistas, as narrativas de sustentação da identidade nacional se dão pela presença e ausência desse elemento. Sejam eurasianistas conservadores ou liberais, a questão é que “Russian political discourse almost inevitably defines Russia through reference to Europe, which can be emotionally positive or negative, but still indispensable.” (MOROZOV, 2004, p. 1). Para ele, a Europa é um significante irredutível. Isso é extremamente importante para compreender em que medida a modernidade impõe

fronteiras entre o interno e o externo; o sinal claro é a indefinição causada por esses tipos diferentes de discursos, como visto com Hashamova, que causam ansiedades e desejos. Porém, por outro lado, essa indefinição faz parte indispensavelmente da política de delimitação da *pólis*. Mesmo as ideologias mais populares e fundamentadas no historicismo dependem em menor ou maior medida da definição do espaço e tempo da Europa, como o Eurasianismo, ou da doutrina da “Terceira Roma”.

...Eurasianism perhaps comes closest to separating the two, but its very name suggests viewing Russia as a synthesis of Europe and Asia rather than as an entirely isolated civilization. The third Rome doctrine, which claims for Russia the role of the true and the only guardian of the European Christian tradition, as opposed to the corrupt and decaying West, remains most popular with the intellectuals and policymakers – implicitly if not explicitly. [...]What is more, they also need Europe (or, for that matter, the West) as the Other whose negation is constitutive for their own image of Russia.” (MOROZOV, 2004, p. 3)

Ainda na virada do século, Morozov chama a atenção mais uma vez para a repercussão da Intervenção humanitária no Kosovo, em 1999. O aspecto discursivo da construção da ameaça e do outro implicará nos próximos anos no que ele chamou de realismo romântico na resistência à entropia dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o humanitarismo e a defesa dos Direitos Humanos seriam apenas ferramentas para “disfarçar” as reais intenções do ocidente e da OTAN. Mais importante para nosso trabalho, é a localização dos Direitos Humanos como uma prática de alteridade e disputa política – conforme visto anteriormente –, da definição da fronteira entre o interno e o externo, uma vez que na hierarquia das ameaças e perigos à sustentação do discurso da identidade, da segurança ontológica, suportar essas “normas” estaria ligado ao não-patriotismo e defesa dos interesses da nação:

On looking more closely at where the Russian foreign policy discourse positions the boundary between ‘us’ and ‘them’, it becomes clear that, being essentially modernist in nature, it constructs the community in national terms, with the ‘we’ grouping centred around the position of the Russian state. Not all of ‘us’, of the entities on ‘this’ side of the boundary, are equally identified with: ‘we’ is wider than the Self that is being constructed in the process. (MOROZOV, 2002, p. 417)

Sergei Prozorov (2006) também vislumbra a perspectiva conflituosa em relação às operações militares em Kosovo, causando uma inflexão nas prerrogativas da integração russa à área comum da União Européia. Mesmo considerando o multilateralismo europeu, um movimento pacifista, afinal, “In the Russian discourses, the European support for the war was read as a betrayal of the ultimate



European political ideal of state sovereignty and its substitution with a chimerical universalist ideal of human rights and democracy promotion” (PROZOROV, 2006, p. 5). Já Mozorov defende que até mesmo políticos e jornalistas liberais defenderam a aversão russa à intervenção humanitária, chamando esses grupos de “quinta coluna”, em clara referência a grupos partisans que atuam pela contrapropaganda, sabotagem, etc.:

Nearly all Russian observers at the time would argue that the West was cynically pursuing geopolitical ends by anti-Russian ‘propaganda’, using the Russian human rights movement as a sort of fifth column within Russia. According to *Nezavisimaya gazeta* journalist Natalya Airapetova, the human rights activists were motivated by ‘pathological and forthright russophobia and hatred of their own country’, their aim being ‘the disintegration of the country and its friendly occupation by the “civilised countries”’ (1999b). (MOROZOV, 2002, p. 412)

Estão implicadas aí, a política da normalização entre o saudável e o patológico, entre o interno e externo, leal e desleal, nacional e estrangeiro.

Não-coincidentemente essa posição em relação aos Direitos Humanos estará implicada na atuação de Organizações Não-Governamentais, muitas vezes financiadas por fundos estrangeiros, gerando uma dupla tensão: a percepção de ingerência externa através desses financiamentos e a defesa e promoção dos Direitos Humanos como defesa de um modo de vida político e social do ocidente. Consequentemente, todos esses grupos minoritários – tendo em vista a maioria legislativa e executiva do Partido Rússia Unida – são comumente agrupados como inimigos da Rússia, bem como aqueles considerados extremistas, mesmo os mais liberais ou da extrema-esquerda comunista. A questão é que a promoção dos Direitos Humanos se torne uma espécie de cavalo de Tróia (que na verdade para nós é o estabelecimento da delimitação da comunidade política em essência) do ocidente, aquilo que no espaço doméstico torna-se uma fonte de insegurança de supostas intervenções externas ao estado:

In the post-Cold War world, and especially after Kosovo, this discourse increasingly takes on alarmist overtones, warning about the imminent danger of Westernization that is going to blur all borders and, consequently, to obliterate all identities. [...]As a result, human rights are described not only as an ideological smokescreen that is used by cynical Western politicians, but as a kind of Trojan horse offered by the West in order to subvert society, to hinder its internal consolidation and separation from the outside and, finally, to colonize and dissolve in the course of total Westernization. Viewed in this way, human rights come to be interpreted as a weapon of the universal Evil in its struggle with the universal Good. (MOROZOV, 2002, p. 426)

Essas tensões com a definição comunitária da Europa se dão mais fortemente pela compreensão da soberania política. Mais uma vez o caso da intervenção humanitária em Kosovo estaria ligado diretamente à concepção de Grande Potência que é reproduzida desde Pedro, o grande, onde a Rússia tem o papel, no Concerto Europeu, de proteger a Europa de potências revisionistas e expansionistas: “the overarching aim of Russian foreign policy has been to establish Russia as a major player in European affairs, an equal among the European powers.” (MOROZOV, 2004, p. 5)

O ocidente desempenha uma função de constituir uma alternativa externa à Rússia, na compreensão geopolítica de ganhos relativos, onde o ocidente seria responsável tanto pela fraqueza econômica quanto pela expansão cultural na globalização. Disso, resultaria uma importante virada na sustentação do político: a ruptura do espaço-tempo na modernidade, conferindo à indecidibilidade o papel primordial da dominação e hierarquização entre a normalidade e a anormalidade, a fundamental busca que Steele e Campbell descreveram. Assim, temos que “the inevitable result is that Europe ends up on the border of Russian political community, being neither wholly in nor completely out, which leads to undecidability and dislocation, and does not allow Russia to fully constitute itself as a closed structure.” (MOROZOV, 2004, p. 8)

Corroborando com a posição de Iver Neumann (1996), embora a diferença se produza em relação ao ocidente, o que está em jogo, na verdade, seria a produção de uma verdadeira e outra falsa Europa. A narrativa da Terceira Roma, que carrega a originalidade e pureza de um sentido de Europa desde a Antiguidade Romana Cristã, versa sobre a superioridade moral e valorativa do povo russo ortodoxo; a composição da Santa Aliança contra as Revoluções Liberais, o homem soviético desprendido de ideologia e o capitalismo monopolista excludente também conformam essas suposições da superioridade russa.

Russian discourse always constructs a “true,” friendly Europe, which represents, in a sense, a projection of Russian values and priorities, and dismisses the allegedly hostile, anti-Russian Europe as having lost the genuine Europeanness, violating the rules established by and for itself – this construct is described by Neumann as “false” Europe. (MOROZOV, 2004, p. 8)

Quando do apoio dos estados Bálticos aos rebeldes chechenos, por exemplo, como parte do desejo em fazer parte da OTAN, ainda em 2004, Morozov acredita que faz parte dessa lógica interna do discurso de normalização, entre a verdadeira

e falsa Europa. Então, é importante salientar que “...the structural domain of “false” Europe is not a contingent, instrumental construction, “invented” by the Russian politicians for the sake of convenience.” (MOROZOV, 2004, p. 9-10). A condição de possibilidade da verdadeira e falsa Europas dão conta da incerteza e ausência do pertencimento ou não à Europa. O significante Europa, então entra em disputa, e não necessariamente o ser ou não ser europeu.

Relations of equivalence between Russia and Europe can be established only by “purging” Europe of any elements which negate this equivalence, which involves ascribing to them an outside, non-European identity. This can be illustrated by the following quote from Rogozin: “Russia is indeed the true Europe, without the predominance of gays, without marriages between pederasts, without punk pseudo-culture, without lackeying for America. We are the true Europeans, as we have preserved ourselves, proving our Europeanness in wars with both the crusaders and the Mongols. (MOROZOV, 2004, p. 10)

Com efeito, realizamos o périplo sobre as transformações ocorridas nas políticas de segurança desde o fim da União Soviética. Nomeadamente, o ocidente adquirirá um status de ameaça quando, então, as Revoluções Coloridas eclodirem. A partir disso, da noção de que o ocidente existiria em função de desfazer as sociabilidades “tradicionais” russas, podemos partir para o aprofundamento da relação entre a Política Externa/política externa: a alteridade limita e define quem pode e como pode ser um cidadão patriota e leal ao estado russo. A partir daqui que a subjetividade incluída na comunidade política passa a ser fixada como aquele que defende a grandeza da Rússia e de suas instituições. Por isso, a noção da oposição entre falsa e verdadeira Europa ganha uma dimensão importante na luta pelos significados da manutenção da ordem do corpo político: a anarquia, a democracia em demasia e o respeito às minorias, por essa narrativa, somente corromperiam a ordem e a pureza da Rússia.

No entanto, um aspecto importante permanece fragmentado, que são as inter-relações entre esse problema da escritura da segurança e a realização dos sujeitos e relações entre masculinidade e feminilidades, que para nós, permanece crucial para o entendimento da Política Externa/política externa.

## 5. Masculinidades, Putin e poder

Neste capítulo deveremos apresentar a discussão sobre as relações de gênero e sexualidade na Rússia contemporânea de Vladimir Putin. Para tal, é necessário recuperar a emergência da noção da “crise da masculinidade tradicional” que pautou o debate na sociedade e na academia russas da década de 1990 e 2000. Tal emergência é resultado, também, de todo um processo normativo produzido e reproduzido durante o período comunista. Após a Revolução de 1917, as bases do patriarcalismo russo foram substituídas por uma outra relação, principalmente mediada pelo estado: ao garantir e promover o acesso universal ao trabalho às mulheres, elas ganharam independência financeira, e também tornaram-se peças-chave no controle da família pelo Estado.

Mas é na década de 1990, com o fim da União Soviética e os extensos programas de privatização que essa crise da masculinidade tradicional ficou mais evidente. Por um lado, havia a percepção de que o “*homo sovieticus*” havia falhado em sua missão de conduzir uma Rússia como Grande Potência, e por outro, a crise e decadência econômica russa levava o país à desordem e pobreza, afetando a imagem do homem chefe de família provedor de suas necessidades e protetor contra os perigos. Além disso, a emergência de uma visibilidade homossexual, em contraposição à heteronormatividade da “tradição russa”, rompe com as políticas de exclusão desses sujeitos, quando então, na União Soviética, pouco se falava e discutia sobre o assunto.

Conforme observado no capítulo anterior, sobre a problemática da Rússia em relação ao ocidente e a construção de uma falsa Europa, é possível identificar a articulação entre os elementos de segurança e produção da diferença na comunidade política, a partir dessa ótica de gênero: ao determinar a masculinidade hegemônica, na figura de Putin, como aquela associada ao “muzhik”, o homem tradicional russo, o oposto dele torna-se o opositor do regime, as masculinidade e feminilidades desviantes que, ao serem não-patrióticas, do ponto de vista do governo. A ordem social, então, é fundada através da relação entre a política externa e sua reprodução na Política Externa.

## 5.1 Gênero e masculinidades na URSS

Devemos, antes de iniciar o debate proposto, levantar alguns pontos sobre as relações de gênero desenvolvidas com a Revolução Russa de 1917, como ponto de partida para a discussão acerca da “crise” sobre as identidade de gênero, tanto para homens como para mulheres, no decorrer da década de 1990. Ambos os processos são importantes na medida em que informam as opções contidas no “restabelecimento” da Rússia como Grande Potência Mundial.

De partida, é reconhecido que as relações de gênero funcionaram como uma régua medidora e controladora das ações dos indivíduos pós-Revolução; enquanto objeto de políticas públicas diretamente relacionadas a esta produção, no controle social dos indivíduos e estabelecimento da ordem social. Dentre os efeitos dessas dinâmicas e interações está um intrincado deslocamento das esferas políticas tradicionais no liberalismo, o espaço privado e o espaço público, para a coletivização e “estatização” da intimidade familiar, ou seja, a hierarquia e as interações do privado eram questões de natureza pública, do Partido Comunista. Embora informados pelo valor capitalista da relação entre a família, patriarcalismo e a propriedade privada (basta a leitura de Friedrich Engels (ENGELS, 1980) sobre “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, onde o estado teria nascido a partir da ruína das gens tradicionais dos povos europeus, implicado na necessidade de proteger e regulamentar a propriedade privada), a família tornou-se o unidade de reprodução dos valores da revolução, bem como o lugar da reprodução de um aparato mínimo de controle e coerção entre os sujeitos. Sergei Kukhterin defende que a versão totalitária do poder atingiu o patriarcado sem intenção, não sendo necessariamente um objetivo político daquele momento. Ao contrário, a delimitação da esfera privada buscou conceder indivíduos mais dóceis à disciplina e controle:

the destruction of patriarchal institutions such as the church and the traditional family unit did not have as its primary aim the liberation of women. Rather, the aim was to enlarge the public sphere at the expense of the private, in an attempt to render individuals more amenable to state control (KUKHTERIN, 2000, p. 71)

A grande ansiedade revolucionária em acabar com tudo aquilo que fosse do Antigo Regime – até mesmo com a criação de um departamento específico para políticas da mulher “Женотдел” Zhenotdel, diretamente ligado ao Partido

Comunista, sobrevivendo até 1930 – deu lugar a uma tensão conservadora de uma imagem desejada pelos Bolcheviques, a família que propulsiona a lealdade ao estado, dando coerência à coexistência de uma instituição burguesa no regime socialista:

The way of solving this paradox is to understand that the regime accepted the family, but only in its reconstituted form as the primary cell of Soviet society. This implied that citizens – while allowed to remain in families – had to be constantly reminded that their primary duty was to the state. (ASHWIN, 2000, p. 9)

O modelo prevalecente de inclusão da mulher na sociedade, e eliminação de sua subordinação privada, foi aquele em que à mulher era garantido o acesso ao trabalho, e influenciada sua ocupação laboral – mesmo que incorresse nos “dois turnos” de trabalho: no emprego e nos afazeres domésticos – pelo estado, como sujeito protetor e provedor da família. Embora o papel universal da mulher-trabalhadora fosse um avanço em relação às sociedades capitalistas<sup>31</sup>, a desigualdade permanecia na diferenciação entre a importância das funções. Enquanto aos homens era esperado que fossem operários siderúrgicos – profissão bastante valorizada na URSS – ou soldados protetores da “Rodina”, as mulheres eram aceitas em suas especificidades “naturais” de suas capacidades, ou seja, o tradicional papel de cuidadoras ou em trabalhos menos remunerados.

Conforme David Shipler, correspondente do New York Times em Moscou, entre 1975 e 1979, comenta sobre os hábitos e modos de consumo na União Soviética, numa das maiores lojas de brinquedos soviéticas, demarcando a distribuição e divisão de expectativas para meninos e meninas<sup>32</sup>:

Os brinquedos da Detsky Mir e outras lojas infantis espalhadas pelo país dão grande ênfase aos temas militares e às funções educativas; sua exposição nas prateleiras é organizada de modo a definir sem ambiguidades os papéis dos meninos e das meninas. Sob um grande letreiro que anuncia ‘brinquedos para meninos’, os balcões e prateleiras da Detsky Mir estão cobertos de aviões de caça, tanques, canhões antiaéreos sobre veículos de oito rodas, foguetes móveis, peças de artilharia, soldadinhos de brinquedo [...] A seção das meninas apresenta serviços de chá, berços de boneca, máquinas de lavar, fogões, legumes

<sup>31</sup> Embora nunca esquecendo que, para as classes sociais mais baixas o trabalho feminino e infantil era mais do que comum, legitimado em determinados espaços e condições: “...O mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando às mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas às suas capacidades inatas” (NOGUEIRA, 2004, p. 18)

<sup>32</sup> Ainda que não fosse (ou ainda não é) diferente nos EUA ou Europa Ocidental, onde resistiam alas rosadas e azuladas para brinquedos de meninas e meninos, é importante o relato sobre como isso era produzido.

de plástico, tanques, aspiradores e máquinas de costura.” (SHIPLER, 1983, p. 76-77)

Isso mostra de que maneira essa divisão sexual e social do trabalho era exercida, na União Soviética, embasada numa concepção biológica de sexo, em que cada um permanecesse em tarefas de acordo com suas características “naturais”. Assim, permanecia legitimada a dominação masculina, no espaço público, com a valorização desses trabalhos considerados “masculinos”. Ao mesmo tempo que as mulheres tinham a garantia de que poderiam trabalhar, o homem permanecia como a figura do provedor da casa, o “кормилец” (Kormilet). Marina Kiblitckaya (2000) traz alguns relatos de homens na manutenção desses papéis em contraste com a situação vivida pós-liberalização, na década de 1990. Durante o período soviético, era naturalizada a diferença de salários entre mulheres e homens, ao passo que a mulher exercia forte influência sobre o comportamento do homem, em casa. O homem que sustentava a casa deveria ter uma boa renda, e, principalmente, não gastar com álcool:

Their interpretation of the breadwinner’s duties was that he should bring home a decent wage, not spend too much of it – and not drink too much of it. A high wage earner did not qualify as a *kormilets* if he drank his wages. In contrast, however, though men also talk about their role in bringing money into the family, a key component of their vision of the *kormilets* was the idea that, alongside providing for the family, he should have his own personal pocket Money. (KIBLITSKAYA, 2000, p. 92)

Porém, é no plano privado que esse empoderamento controlado da mulher será exercido de modo a torná-las um veículo de promoção e reprodução da revolução. Os bolcheviques, ao dissolver os laços mais básicos da tradição patriarcal, fizeram com que a mulher não fosse mais dependente socialmente do homem, mas ao invés disso, do próprio estado: era nele que estava inscrita a relação de dependência. Porém, é preciso ressaltar que “...the idea of the male breadwinner was maintained in Russian culture. Soviet men continued to think of themselves as breadwinners, and were taught from childhood that a ‘real man’ was one who could earn Money” (KIBLITSKAYA, 2000, p. 91).

Na perspectiva pública, raramente a mulher alcançava um posto de chefia na estrutura de poder do Politburo, das empresas estatais ou dos grandes centros de pesquisa. No Soviete Supremo, por exemplo, apesar da cota para a representação em 33% dos cargos para mulheres, nunca alcançaram um posto relevante na condução da política soviética. Além disso, a associação de mulheres ao Partido Comunista era proporcionalmente menor em relação aos homens; isso se reflete

diretamente no empoderamento econômico e político delas, uma vez que o ingresso no Partido garantia benefícios em outras áreas. Antes de assumir qualquer cargo relevante dentro da burocracia estatal, a vida do candidato era vasculhada – como a participação no Komsomol, a juventude do Partido Comunista –, e contatos dentro do partido contribuíam para o sucesso no emprego:

As the party card was a prerequisite for a successful career and prestigious positions in society, it is reasonable to argue that women's low party membership rate contributed to their marginalization in the official public sphere. There was a clear pattern in Soviet political participation familiar also from other societies: women participated more actively at the local level in socio-political life, but their participation decreased strongly toward the higher echelons of lower. (SALMENNIEMI, 2008, p. 56)

Como objeto de política pública, Sergei Kukhterin (2000) destaca três estratégias gerais, durante os primeiros anos da URSS, que conformaram as relações entre homens e mulheres: o fato já comentado da independência financeira da mulher, ao trabalhar; a politização da maternidade, em detrimento da paternidade, reforçando o poder da mulher sobre seus filhos, e, por fim, o papel da mulher em combater o alcoolismo entre os homens e sendo agentes da transformação cultural. Após a Segunda Guerra Mundial, e a morte de grande quantidade de homens, essa percepção de uma mulher empoderada, e sob a visão tradicional, masculinizada, e do homem feminizado, enfraquecido, toma conta dos discursos e análises em jornais como na academia, embora normativamente, a dominação masculina ainda fosse inculcada nos sujeitos.

Em outro artigo, Elena Zdravomyslova e Anna Temkina (2013) discutem os tipos de discursos associados com essa crise de masculinidade na liberalização da União Soviética. Embora o marxismo-leninismo tenha constrangido essa discursividade liberal, foi somente ao final da década de 1980 que pôde-se falar numa explicação liberal para a crise masculina:

The impossibility of performing traditional male roles, due to restrictions of liberal rights (to property, political freedom, and freedom of conscience), was implicitly posited as the reason for the destruction of true masculinity, although this thesis was not overtly stated until the very end of the 1980s. (ZDRAVOMYSLOVA e TEMKINA, 2013, p. 43)

Assim, nomeadamente, a crise da masculinidade perpassa pela vitimização e passivação do homem em relação a uma realidade “biológica e natural” de seu status social. Esse homem soviético fraco é construído em 3 argumentos principais: o demográfico, o biológico e o modernizador. A primeira linha de pensamento



considerava que o homem estava em menor quantidade na sociedade soviética por conta, sobretudo de “...wars, political repressions, and a generally low life expectancy and high mortality among men in comparison with women.[...] The male demographic deficit in Soviet society led to a rise in their symbolic value and to the problematization of masculinity.” (ZDRAVOMYSLOVA e TEMKINA, 2013, p. 44); já o segundo argumento dá conta da “fraqueza biológica” do homem que tinham maior taxa de mortalidade infantil e menor expectativa de vida, ou seja, morrendo mais quando criança e quando adultos; o terceiro argumento versa sobre as ameaças que o desenvolvimento tecnológico colocava para os homens, uma vez que seu envolvimento no espaço público seria maior do que o das mulheres.

O resultado disso, dizem as autoras, é toda uma discussão na academia e no Politburo soviéticos em relação aos impactos desses processos na economia, política e cultura russas. O uso da mão-de-obra masculina era subaproveitada, na família o índice de divórcios e o absenteísmo paternal – configurado como a especificidade do modelo familiar soviético – faziam, segundo esses estudos, com que os jovens crescessem sem um modelo normativo a ser seguido, concorrendo para a violência nesta idade, ao mesmo tempo que incorporavam comportamentos femininos. Decorre disso, todo um discurso médico em relação a patologização dessa masculinidade, recorrendo a centros de saúde e modelos disciplinares na família:

Uralnis [demógrafo soviético das décadas de 1960 e 1970] suggested practical measures to enhance the quality of men’s lives, including setting up men’s clinics on the lines of the gynecological clinics, and viewed the lack of such clinics as a sign of anti-male discrimination.[...] The second group of recommendations for male survival may be called a *private familial strategy*, to be implemented at the level of the Family and relationships with loved ones, involving no direct action by the state. The main responsible parties in effecting this strategy were women, who were to join forces with the state in combating the degeneration of men. (ZDRAVOMYSLOVA e TEMKINA, 2013, p. 46)

Desta maneira, com os setores mais progressistas do Partido Comunista aflorados na Perestroika e Glasnost, apareceram quatro modelos que, de certa forma, contribuíram para a crítica do homem soviético e para a sustentação da representação de um novo homem liberal. O modelo de masculinidade hegemônica soviética é aquele claramente preso à figura do revolucionário e do soldado da Grande Guerra Patriótica: essa figura esteve presente em toda representação artística, em livros, filmes e pinturas, como o herói do comunismo, aquele que

protege a “Rodina” bem como as mulheres da União Soviética. Este modelo sucumbiu, obviamente, com a abertura da URSS, uma vez que os próprios ideais comunistas deixaram de fazer sentido. Já o segundo modelo recuperava as masculinidades russas tradicionais, sobre o camponês – ligado com a “prosa aldeã” conforme já explicitado, no capítulo anterior (BRUDNY, 1999) – e o aristocrata russos. Esse último é exemplo de reputação, honra e incorruptibilidade do russo, a figura patriótica cuja conduta era elevada ao país; por isso, a recuperação da imagem dos decembristas<sup>33</sup> foi importante para a legitimação do homem cortês, culto, afável, exemplo para a intelligentsia soviética.

A terceira variante de modelo de masculinidade tem raiz na influência da cultura de massa americana, personificada no “*self-made man*”, dos cowboys aos empresários, eles tinham como base, obviamente, a liberdade individual e a propriedade privada, em que a imagem de um homem heterossexual, sexualmente ativo e financeiramente estável, condiziam claramente com a masculinidade hegemônica ocidental capitalista. Fatalmente, este modelo não conseguiu muito êxito, certamente com a incompatibilidade com a ideologia soviética “Like the variants listed above, this normative model could not be embodied in Soviet society, where property rights and the potential for expressing one’s own political will and taking independent action were restricted” (ZDRAVOMYSLOVA e TEMKINA, 2013, p. 52-53).

O último modelo, da problemática do homem feminilizado e da mulher masculinizada repousa sobre o problema da divisão liberal em espaços políticos de atuação privada e pública, já que o homem não exerceria nenhum poder em seu ambiente privado, da família. Este homem vulnerável, portanto, foi alvo da crítica liberal em que era culpado de ser dependente, oprimido e manipulado:

asserted that Soviet man, when placed alongside Soviet woman, was dependent, downtrodden, and manipulated (i.e., derogated), whereas Soviet mothers and wives occupied a position of strength. The protest against the gendered subordination in the Family was expressed in the cultivation of an image of men as inclined to cheat on their wives, ready for philandering. The woman’s power was viewed as a threat to true masculinity, and the responsibility for masculinity’s failure to measure up was laid on women (on mothers and wives). (ZDRAVOMYSLOVA e TEMKINA, 2013, p. 54)

<sup>33</sup> Em 1825 começou uma revolta no interior do exército russo comandada por jovens oficiais, os decembristas, contra a servidão coletiva e a autocracia da monarquia russa.

Considerando a criminalização das relações homossexuais até 1993, o histórico da União Soviética em relação à sexualidade permaneceu um tabu e um assunto proibitivo. Isto não quer dizer que este não-dito durante o período soviético tenha sido uma ausência diante da presença da formulação de uma identidade masculina e feminina heterossexual do cidadão soviético. Dan Healey apresenta uma proposta de compreensão do fenômeno da regulação da sexualidade dissidente na União Soviética: havia uma cartografia moral da ‘perversão’ em que a homossexualidade era apresentada como um produto ao mesmo tempo relacionado ao oriente depravado, como ao ocidente decadente, em que a Rússia ocupasse um lugar central de inocência e pureza:

The tripartite ‘geography of perversion’ with its comparatively innocent Russia interpolated between a ‘civilized’ Europe and a decidedly ‘primitive’ or ‘backward’ ‘East,’ permitted and permits Russians to imagine their nation as universally, naturally, and purely heterosexual.” When Valentim Rasputin claimed, ‘we have our own traditions’, he unwittingly appealed to a Great Russian mapping of the ‘geography of perversion’, a mythology of national purity, imagined at the century’s beginning and reinforced by subsequent events. (HEALEY, 2001, p. 253)

Desta maneira, seria possível identificar de acordo com Baer três narrativas acerca do “aparecimento” do fenômeno da homossexualidade na sociedade russa. Seriam três linhas de argumentos distintas: a influência de comportamentos ocidentais, a retomada de uma continuidade cultural identificada no passado russo czarista, e terceira identificada como uma posição estética. Assim, outros três contextos influenciaram essa questão identitária, uma vez que o processo de liberalização/ressurgência de Grande Potência, tem a ver com a situação do homem, dos discursos que sustentam a identidade russa e da busca por uma realidade estética no período pós-soviético (BAER, 2009, p. 3-4).

## 5.2

### **Gênero e masculinidades na transição democrática: crise e ruptura?**

Salmenienni (2005) contribuirá com essa perspectiva da influência das relações de gênero para as práticas e demandas da democracia na Rússia. Ela pensará sobre a distinção entre sociedade civil e estado a partir do fim do totalitarismo soviético: a idéia de que a participação institucional política e aquela permeada pela sociedade civil, em movimentos sociais são fundados em condições identitárias de gênero.

Para ela a via institucional é legada aos homens e os movimentos sociais para as mulheres, separando qualitativamente uma esfera da outra. Essa narrativa funcionaria em três direções. A dicotomia moralidade-interesses materiais; nela, as mulheres estão ligadas à ação moral representada pelo altruísmo e auto-sacrifício, enquanto os homens buscam os interesses materiais. Ao mesmo tempo, a representação da mulher russa aparece tradicionalmente como uma imagem de superioridade moral e fortaleza. Embora ambos sejam localizados como agentes ativos na sociedade, o são de maneiras distintas, no plano político e social. Além disso, os homens estariam principalmente ocupados com questões identitárias. Aqui, a “crise” da identidade russa aparece com o problema dos novos/velhos papéis de gênero na sociedade: a desmasculinização do *homo sovieticus* frente à mulher soviética forte. A autora chama atenção ainda para o fato de que a crise de masculinidade se reflete, sobretudo na vida cotidiana, sendo que na “macro-política” a coisa se resolve através da figura de Putin, como tipo ideal masculino (SALMENNIEMI, 2005, p. 740).

Outra narrativa presente é aquela que articula a função familiar com as esferas privadas e públicas. A discurso sobre a maior participação das mulheres na sociedade civil é o seu compromisso com a família, uma sensibilidade que possibilita sua participação.

A terceira narrativa dá conta da assimetria de gênero como efeito de práticas sociais e culturais diferentes. O primeiro contexto que chama a atenção é o dado demográfico majoritariamente dominado por mulheres, devido à baixa expectativa de vida dos homens e das guerras, que vitimaram mais os homens. Assim, as mulheres teriam mais espaços de atuação na sociedade civil.

A “herança” soviética na ordem social torna-se evidente, principalmente na transformação dos papéis de gênero que conformavam a sociedade comunista. A ideologia soviética ofereceu uma alternativa ambígua para as normas: embora pautasse a igualdade entre homens e mulheres, demarcava a diferença natural entre eles (SALMENNIEMI, 2005, p. 746). As categorias femininas de cuidado, maternidade e reprodução perfizeram da esfera privada na sociedade soviética uma condição estatal, uma vez que a obrigação da provisão de bens materiais foram apropriados pelo aparelho estatal. Com a mudança na estrutura do estado, ele se tornou um parceiro, uma política pública. Nesse sentido, a participação na sociedade civil influiria nessa condição “maternal” das mulheres.

## 5.2.1 Estudos de Gênero pós-URSS

A discussão da literatura sobre a identidade nacional e relações de gênero desenvolvidas no fim da URSS coloca, principalmente, a comparação com o projeto de masculinidades e feminilidades realizado pelos bolcheviques, como maneira de suplantar a herança czarista e aristocrata russa. O momento do colapso do mundo comunista é uma passagem importante justamente por ser um momento de crises e (des)ordens na confecção dessas subjetividades. Sarah Ashwin chama a atenção para o seguinte:

The institutional and ideological underpinnings of Soviet-approved gender relations and identities have been removed: work and motherhood are no longer defined as duties to the state; the traditional family has been rehabilitated, and the state no longer monopolises the patriarchal role. (ASHWIN, 2000, p. 19)

Os usos e significados do feminismo sofreram também as mudanças de regime e de definição da comunidade política. A afirmação de que a ex-mulher de Putin entendia o feminismo como um movimento que reforçava a desigualdade das mulheres<sup>34</sup>, na verdade, está implicada na recepção de suas teorias no país. Após décadas tratando o feminismo como uma coisa intimamente burguesa, que tirava da luta de classes sua essência combativa, e que não existiria na União Soviética devida ao estágio avançado do socialismo (SPERLING, 2014, p. 49), o feminismo somente se popularizou na década de 1990.

Nesse sentido, foi com a Glasnost que os estudos de gênero identificados com o feminismo ocidental começou a aparecer na Rússia. Embora demarcadamente subalternos, espalharam-se pelas universidades russas e centros de pesquisa e advocacy, principalmente com subsídios de organizações ocidentais. Ao contrário do que acontecia sob o Partido Comunista, o reconhecimento das desigualdades de gênero foi um grande salto nas diversas áreas do conhecimento:

Gender/ women's studies in post-soviet Russia have come to be recognized both as a new field of research and as a space in which open discourse is possible, where formerly excluded groups can speak publicly and formerly excluded issues, such as discrimination, violence,

<sup>34</sup> Em entrevista a Michael Wallace, Putin (PUTIN, 2005) diz:

“WALLACE (showing the book *In the First Person*): After three years of courting, your wife decided she was not interested in you, and the courting lasted another six months, didn't it? Does your wife have a difficult character?

PUTIN: She is a firm believer in women's rights in the family and society.

WALLACE: A feminist?

PUTIN: She dislikes the feminist movement. She thinks feminism stresses women's inequality.”

abortion, reproduction, and sexuality become public issues. (TEMKINA e ZDRAVOMYSLOVA, 2003, p. 52)

Conforme salientado por nós, Temkina e Zdravomyslova também acreditam que o campo foi fortemente influenciado pelas relações de gênero produzidas durante a União Soviética; impactaram, sobretudo, nas narrativas das mulheres “mães-trabalhadores” e dos homens em crise de masculinidade. O resultado disso foi que “the Soviet emancipation of women was looked upon negatively as the “feminization” of men and the “masculinization of women.”” (TEMKINA e ZDRAVOMYSLOVA, 2003, p. 56)

Além disso, repousava sobre a academia russa uma série de preconceitos e dogmas da Revolução que invisibilizavam a discussão sobre gênero e sexualidade na União Soviética, a começar, obviamente pelos paradigmas igualitários e pela criminalização das relações homossexuais. Como resultado existiu uma série de tabus na academia soviética que incluíam esses temas, gerando mesmo modificações na tradução de clássicos da antiguidade:

A pervasive sexophobia, particularly in the Soviet academy, made the study of sexuality in general—and of same-sex desire, in particular—something prurient and disreputable. Not only were classicists forbidden to discuss homosexuality among the ancient Greeks and Romans, translators of ancient literature were instructed to replace any references to same-sex love with heterosexual equivalents. (BAER, 2009, p. 10)

Finalmente, apesar da multiplicação e do interesse crescente nas décadas de 1990 e início de 2000, esse período pode ser ressaltado pelo aparecimento de novos autores nessas linhas de pesquisa, que permanece um grande campo de análise – devido justamente a esse atraso em relação a outros países – a ser desbravado; muito embora alternativas e vozes dissonantes tenham cada vez menos espaço na Rússia, em consequência clara da oposição entre a inclusão de normas tradicionais em oposição e exclusão àqueles que militam ou atuam no campo do feminismo e dos estudos de gênero e sexualidade:

The little research that exists on masculinity in the first two decades of post-Soviet Russia suggests that these issues still represent a formidable challenge for contemporary Russian men, and thus Russian masculinity is, in many respects, a ‘blank canvas’ onto which no form of masculinity has yet successfully projected itself or been projected. (FOXALL, 2013)

## 5.2.2 Crise econômica e rearranjos familiares: e o homem provedor?

Com isso, adentramos a década de 1990 com algumas referências culturais, sociais e políticas de uma suposta herança da União Soviética no *ethos* do homem russo: a fraqueza diante do ambiente privado e a instabilidade do desemprego e queda na renda causadas pela desordem no ambiente público. Assim, tornou-se quase inexorável, sob a sustentação do paradigma da crise de masculinidade, a relação imediata com o passado recente, quando algumas garantias básicas como o acesso à educação, saúde e alimentação eram universais, embora nem sempre disponíveis ou de qualidade. Marina Kiblitskaya (2000), por exemplo, ao entrevistar alguns homens que ocupavam empregos importantes – ou, pelo menos, valorizados – na União Soviética, mas que se viram empobrecidos ou desempregados durante a década de 1990, percebeu uma narrativa em comum, tanto sobre os laços afetivos e sociais com suas parceiras e suas posições na vida pública como privada; afinal, o desencantamento com as promessas do liberalismo e da liberalização econômica, como se “foi o tempo em que éramos reis”.

Com a abertura da economia e a privatização dos meios de produção, esperava-se que as mulheres<sup>35</sup> fossem ser protagonistas na recuperação econômica, o que não se confirmou (ASHWIN, 1997). Ambos homens e mulheres sofreram rapidamente com as mudanças econômicas. Por um lado operários da indústria pesada, como mineiros e metalúrgicos ficaram desempregados, com o aumento da mecanização, ocorrência similar com as mulheres empregadas na indústria têxtil. Mas como resultado, no mercado de trabalho os homens pouco conseguiram se adaptar àquelas transformações:

It may be that men feel the decline of their position more keenly given that they were in a stronger position to start off with. There is some evidence that men have had more problems adapting to the problems of reform than women. The strongest indirect evidence of this lies in the life expectancy of men, which has declined dramatically during the transition era. (KIBLITSKAYA, 2000, p. 95)

---

<sup>35</sup> Prognóstico também realizado por diversas organizações internacionais. A partir de 1980, a ONU decide elaborar um relatório periódico sobre as relações entre desenvolvimento e gênero. A hipótese era que ao possibilitar a equidade de gênero nas diversas áreas da sociedade, você mobilizaria um capital humano capaz de alavancar o crescimento econômico e diminuir as desigualdades (ONU, 1999).

Grande parte dos homens experimentaram a transição como um tempo de desemprego e quando as mulheres se tornaram, efetivamente, as provedoras do lar. Elena Meshcherkina, por sua vez narra o sentimento de “perda do chão”, pelos homens, quando entraram num cenário econômico completamente distinto daquele vivido durante a União Soviética.

O “novo homem russo”, termo criado nos jornais criado para nomear os novos ricos do capitalismo recém-realizado na Rússia, mas que essencialmente representa o homem capitalista empreendedor, no ambiente privado, dependia mesmo da mulher que conseguia alguma renda: “The road to success of these entrepreneurs is strikingly similar in one respect: the crucial initiating or supportive role played by their wives in the first instance” (MESHCHERKINA, 2000, p. 112).

Ademais, contraditoriamente, esse homem de negócios incorporou padrões tradicionais de gênero, evidenciando a questão das hierarquias tanto no ambiente privado como no público:

...the male entrepreneurs interviewed were of the opinion that the ideal relationship was a hierarchical one in which they were in control. All the men studied went through a period of dependence on their wives as they adjusted to the post-communist environment, but they did not see this as a serious challenge to their belief in the traditional gender order, but, rather, as a temporary trial before moving to greater things. Thus, they all emerged from the experience with their views of the ‘natural differences’ between men and women intact. (MESHCHERKINA, 2000, p. 116)

Comparando três jornais de grande circulação (Komsomolskaya Pravda, Izvestia e Sovetskaya Rossiya), durante a década de 1980 e, após, 1990, Irina Tartakovskaya denota a mudança das perspectivas, sobretudo para os jovens, com o fim da “tutela” do estado e o aparecimento do mercado de trabalho. Para o primeiro, a nova liberdade seria desafiadora e excitante; para o Izvestia, a desestatização das relações teria gerado um estado de natureza em que o mundo é caracterizado por um conflito de gênero; e, por último o Sovetskaya Rossiya também compartilha da sobriedade da nova Rússia, uma vez que a família teria perdido seu objetivo enquanto célula da sociedade e o estado tenha perdido suas capacidades e responsabilidades (TARTAKOVSKAYA, 2000, p. 128).



### 5.2.3

#### Masculinidades militarizadas: performances nas guerras da Chechênia

Essa questão da crise da masculinidade se prolongou, também, durante a década de 1990, sendo posta à prova no decorrer das duas Guerras da Chechênia, 1994 e 1999. Maya Eichler (2006) acredita que esses dois eventos tenham contribuído na tentativa de rearranjar os modelos e interações dessa crise, de modo a produzir novos modelos de patriotismo e assujeitamento em relação à “Rodina”, assim, tentando criar novas subjetividades; para a primeira guerra da Chechênia, os modelos propostos seriam baseados em noções de masculinidades militarizadas, patrióticas e ordenadas, enquanto para a segunda guerra, a ênfase estaria na oposição do homem civilizado e moderno russo, contra o bárbaro e fundamentalista checheno.

A justificação da primeira guerra da Chechênia, por exemplo, teria sido pautada pela integridade territorial, pelo combate aos grupos armados criminosos e para proteger a comunidade étnica russa desta República; para a autora, essa correlação entre a anarquia dos chechenos e a ordem dos russos, prenunciava a produção de um determinado tipo de masculinidade hegemônica, enquanto emasculava os chechenos, como aqueles corrompidos e impuros<sup>36</sup> à manutenção da Federação Russa e do projeto de estado multinacional:

Such a representation of Chechnya evoked the gendered binaries of order/anarchy, which helped to construct the Russian leadership as the masculine protector of state and nation [...] On the other hand, the construction of Chechnya as anarchic and de-stabilizing relied on a notion of aggressive, criminal and corrupt masculinity purportedly embodied by Chechen men. It also involved the racialization of Chechens, who together with other people from Caucasus and from Central Asia are referred to as *chernye*, ‘blacks’, in colloquial Russian” (EICHLER, 2006, p. 489)

<sup>36</sup> Tal concepção pode ser encontrada na cinematografia russa da década de 1990. Em *Brat* (irmão), de Balabanov, um ex-recruta da primeira guerra da chechênia, Danila, vai ao encontro de seu irmão mais velho em São Petersburgo. Chegando lá, é convidado a participar dos negócios do irmão – um assassino de aluguel que oferecia seus serviços de desaparecimento de problemas – uma vez que já tinha experiência com armas e acaba sendo contratado para matar um checheno chefe de um grupo local, que mantinha negócios escusos. Revela-se então, que Danila percebe-se como um justiceiro, contra as ameaças de uma sociedade em decadência e insegura, sobretudo para a definição do que é ser russo: “*Brother* introduced a new type of hero in post-Soviet film: the hit man who follows his own moral standards and becomes a Russian Robin Hood under the new social and political conditions.7 The hero protects the poor (usually only ethnic Russians) and delivers justice, yet he upholds no coherent moral principles and kills callously.” (HASHAMOVA, 2007, p. 43)

Como produto desse discursos, os chechenos – como fatalmente, os demais grupos e Repúblicas que buscavam a autonomia, após a divisão da União Soviética – foram simbolizados como a face negativa da Rússia pós-comunista, caracterizada pelo crescimento do crime e da falta de lei e ordem. Essa asserção teria emergido conjuntamente com uma dupla tensão para Bóris Yeltsin: a decepção com a opção ocidental de sua política exterior e a forte oposição do parlamento ainda dominado pelo Partido Comunista Russo. A saída, para Eichler, foi, então fazer da guerra a maneira de reforçar sua dominação masculina protetora e guerreira pela sociedade:

The legitimacy of states, leaders, or particular state institutions depends significantly on the extent to which they are associated with notions of hegemonic masculinity such as militarized masculinity. In that sense, the Chechen war helped empower the presidency and the security and military apparatuses, while marginalizing parliament. (EICHLER, 2006, p. 490)

Entretanto, essa estratégia discursiva não obteve tanto êxito, uma vez que alguns problemas materiais e simbólicos contradiziam a vontade do governo russo em mobilizar esses sentidos da guerra na Chechênia. Dentre esses motivos estão a carência material das forças armadas, com armamentos antiquados e salários atrasados; a prática violenta da *dedovshchina*, o programa de treinamento dos recrutas que causou mais mortes entre 1986 e 1990 do que durante toda a Guerra do Afeganistão; outras noções de masculinidade que haviam emergido com o fim da URSS, quando “the introduction of Market reforms and the emergence of class distinctions have created new notions of masculinity defined by class” (EICHLER, 2006, p. 493); e, por último, a resistência e organização de mães dos recrutas que denunciavam a situação precária de seus filhos em combate, relativizando, assim, uma determinada concepção de maternidade patriótica, aquela que mantém sob a feminilidade a necessidade da reprodução e cuidado da sociedade.

### 5.3

#### **Gênero e masculinidades durante o período Putin: o controle sobre sexo e gênero**

Brian Baer (2009) chamará a atenção para as percepções e narrativas que os russos detêm em relação a outras masculinidades e feminilidades homossexuais e transgêneros. De todo modo, é preciso ressaltar que, ao mesmo tempo que as desigualdades de gênero foram “resolvidas” por Stálin, com toda a discussão sobre o empoderamento e emancipação das mulheres sendo sacramentada ainda na

década de 1930, pouco se falava, tanto nas políticas públicas, na academia ou na mídia, sobre homossexualidade, a não ser num verbete na Enciclopédia Soviética. Portanto, é a partir de 1993, com a queda da criminalização legal em ser homossexual, que a subjetividade das minorias sexuais vão ter mais visibilidade social e política.

O importante para nosso trabalho é que a relação entre essa visibilidade e subjetividade de masculinidades e feminilidades desviantes ocorre em proporção direta às questões de intervenção e conformação da comunidade política russa, com todo o problema do problema da identidade russa, em relação ao ocidente, e em especial à Europa – a sua verdade ou falsidade -. Ocorre que, fundamentalmente, como chama atenção Baer, e ao contrário do debate nos EUA e outros estados europeus, existe uma narrativa forte sobre a implicação das práticas homossexuais com uma “intervenção ou contaminação” por valores ocidentais<sup>37</sup>. Além disso, o próprio suporte à plena cidadania e o gozo de direitos por parte dessas minorias encara a ligação direta do feminismo, dos Direitos Humanos como ideologias eminentemente ocidentais. Enquanto para outros, o cultivo da refinamento e da sensibilidade<sup>38</sup> - características de um homem feminilizado – seria uma característica da intelligentsia soviética que corporificava o homem tradicional russo.

O que prevalece é essa íntima relação entre ocidente e homossexualidade, por esse tipo de discurso, que afinal admite a produção da diferença a partir da delimitação de fronteiras da comunidade política, é construída a partir das noções de contaminação e doenças por esses valores ocidentais que corromperiam o *ethos* tradicional russo; essa narrativa é consolidada ainda, pelo “estrangeirismo” das

---

<sup>37</sup> Foucault admite que o senso político do conhecimento clínico advém de uma qualificação da epidemia, do contágio, como um fato individual. Para controlá-la, somente a polícia (não como a instituição que conhecemos hoje) surgiria como veículo pelo qual o poder exercesse seu papel de individualização e separação na modernidade: “Whether contagious or not, an epidemic has a sort of historical individuality, hence the need to employ a complex method of observation when dealing with it. Being a collective phenomenon, it requires a multiple gaze; a unique process, it must be described in terms of its special, accidental, unexpected qualities. The event must be described in detail, but it must also be described in accordance with the coherence implied by multi-perception: being an imprecise form of knowledge, insecurely based while ever partial, incapable of aceding of itself to the essential or fundamental, it finds its own range only in the crosschecking of viewpoints, in repeated, corrected information, which finally circumscribes, where gazes meet, the individual, unique nucleus of these collective phenomena.” (FOUCAULT, 1977, p. 28)

<sup>38</sup> Ligadas intimamente à produção artística soviética, na dança com a manutenção da prática do Ballet imperial, na música com a multiplicação de orquestras e apoio a compositores, e no cinema, dentre outras artes.

expressões usadas, baseadas, principalmente na língua inglesa como “gay” e “queer”. Essa oposição a uma tradição do ser russo torna-se bastante visível quando “Phrases used to describe homosexuality, such as *netraditsionyi seks* (nontraditional sex) and *modnaia liubov’* (trendy love) suggest a link between homosexuality and a false modernity” (BAER, 2009, p. 7).

Outra oposição identificada com Baer é relativa à ruptura na fronteira entre as noções de homosociabilidade, ou seja, os vínculos afetivos, simbólicos e materiais entre pessoas do mesmo sexo, e homossexualidade a que o discurso homossexual seria condenado. Nesse sentido, a homossexualidade ameaçaria, num contexto de crise de masculinidade, a fronteira entre a amizade entre dois homens e a realização de uma relação sexual entre eles, por exemplo, reforçando aspectos de sedução, abusos e fantasias, todo tipo de conduta “anormal” contra os valores morais e éticos da sociedade<sup>39</sup>:

This paranoid fantasy, predicated on the historic vulnerability of the post-Soviet (heterosexual) male, on the one hand, and the ability of the homosexual to conceal his sexual identity, on the other, suggests a nonalignment of homosexual acts with homosexual identity (a heterosexual male may be seduced into homosexual relations) as well as a nonalignment of biological gender and sexual orientation (a heterosexual- appearing male may in fact be homosexual). (BAER, 2009, p. 8)

Concomitante ao “problema” da crise de masculinidade russa está a percepção sobre a falência (literal se pensarmos na crise de 1998) do modelo neoliberal russo e toda a questão remanescente da diminuição da renda e do emprego da população, com seus impactos já avaliados sobre a população russa<sup>40</sup>. A expectativa sobre a desordem e a perda do status de Grande Potência revelaria toda a estigmatização e exclusão a que os homossexuais seriam vistos como o sintoma dessa crise do corpo político russo, enquanto, fatalmente Putin participaria como a revitalização de uma masculinidade hegemônica:

Insofar as homosexual visibility was associated with the “crisis of masculinity” proclaimed in the Eltsyn era, it appears as no coincidence— according to this associative logic—that the return of the Russian male to social, economic, and political power under Putin was

<sup>39</sup> Novamente, o tema da exclusão e estigmatização pertinentes à produção de diferenças.

<sup>40</sup> Michael Lokshin e Ruslan Yemtsov (LOKSHIN e YEMTSOV, 2001) demonstram o impacto da crise nas famílias, sob a hipótese de que aquelas que tivessem um maior acúmulo de capital social teriam mais habilidades para contruir laços e caminhos para combater a própria pobreza. Como resultado da crise de 1998, a renda baixou a níveis de 1992, salários eram pagos com atraso, o desemprego chegou a 13% e o PIB caiu 5%. No entanto, a gravidade da situação foi maior pelo desmonte do estado de bem-estar e social, inibindo o alcance das áreas de saúde e proteção social.

expressed in, among other things, the dispersal by the Moscow police of the gay pride parade in 2006. (BAER, 2009, p. 10)

A exclusão da cidadania das minorias sexuais na Rússia, teoricamente teria caído ainda em 1993, quando a homossexualidade foi descriminalizada e enquanto o governo russo tentava se adequar às normas e instituições internacionais ocidentais. Alexander Kondakov (2014) traz outro ponto para o debate, em relação à construção das identidades dos homossexuais que passaram por uma modificação tendo em vista o contexto socioeconômico da Rússia da década de 1990: ao mesmo tempo que era uma via possível em realizar-se enquanto homossexual, através de um tipo de consumo específico daquele grupo, fora dessa esfera das relações de troca, a invisibilidade permanecia intocável:

The free market contributed to the commercialisation of homosexual identities: gay nightclubs and cafes opened, gay theatre plays were staged and cruising strips to this day continue to attract people [...] However, the market has important limitations: so long as it explores and provides identities and commodifies sexuality to produce a consumer, the extent to which it can provide ground for active citizenship is limited, and, moreover, it is a market that aims at cultivating consumers, rather than sexual citizens. So, if homosexuality is not regarded as a viable commodity in itself, then the market gives way to introduce other identities for lesbians and gay people to hide their sexuality better. (KONDAKOV, 2014, p. 161)

Porém, a situação da cidadania permaneceu e ainda permanece instável e restrita. Kondakov ressalta que, ainda que a descriminalização tenha sido reconhecida, outras leis posteriores repousam na heteronormatividade e anormalidade social e biológica da homossexualidade. Ainda em 1996, o Código Penal Russo estabelece o estupro homossexual como crime diferenciado do estupro heterossexual, contrariando o Manual de Distúrbios Psiquiátricos da OMS, que deixara de reconhecer a homossexualidade como doença, seriam exemplos em como esses tipos de masculinidades e feminilidades desviantes são tratadas no plano da pureza e do perigo, no terreno da contaminação e normalização dos indivíduos:

Notably, the criteria did not resemble medical terms, but rather referred to the political realm, where, as discussed above, sexuality was imagined as dangerous and shameful, implying that it might cause harm to the health of 'other persons' who witnessed homosexual expression. Hence, this law was constituted by the rationale of protection of the public sphere and spaces from interference from alternative sexualities, and it reinforced heteronormativity by constructing a sexual norm with ideals and assumptions about heterosexual relationships. (KONDAKOV, 2014, p. 163)

### 5.3.1 Revalorização do muzhik

Ao mesmo tempo que algumas masculinidades foram exitosas ao buscar um papel de legitimação e hegemonia na sociedade russa, a partir da década de 1990, como a figura do homem empreendedor, capitalista corporificado nos grandes oligopolistas, uma noção importante e reapropriada para redefinir o homem russo em oposição a “tendência” da crise da masculinidade. Deste modo, “мужик” (muzhik) é ressignificado como o homem capaz de compreender seu papel na tradição russa.

Na verdade, a palavra muzhik teve sua primeira aparição no século XVI, para definir o homem camponês e servo na Rússia, rústico e apegado à terra<sup>41</sup>. Durante o período da Revolução de 1917, foi colocado em subalternidade em relação ao operário, que ainda seria potencialmente contrarrevolucionário por guardar exatamente o fundamento da nobreza monárquica russa (SPERLING, 2014). No entanto, no decorrer da década de 1990, a figura do muzhik reapareceu como aquele capaz de se reapropriar do tradicionalismo russo, afinal contra o modo de vida não-tradicional representado no feminismo e movimentos de Direitos Humanos, a defesa das minorias. Afinal a temática dos Direitos Humanos, por exemplo, aparecerá como uma intervenção estrangeira no espaço político russo

I say once again that we are open for honest and non-politicised dialogue on human rights issues. We want this dialogue to focus on finding solutions to concrete problems. There are plenty of problems both in the West and in the East. But it is unacceptable to us that human rights issues should be used as a means of exerting political pressure or pursuing opportunistic aims of any sort. (PUTIN, 2006)

O termo enfim, conotaria a rusticidade do homem russo camponês, sua simplicidade com o trata da terra, beirando à falta de modos, sendo inculto e sujo conforme Laura Olson (2004) destaca, por exemplo, sobre a revigoração de movimentos folclóricos cossaquistas a partir de 1980. Ao terem sido vassalos dos czares, e importantes guerreiros no exército russo, negam essa presunção do homem apegado à terra russa: “Thus today, even if they live in rural areas with agriculturebased economies, Cossacks take offense if one uses the Russian word

---

<sup>41</sup> Dostoiévski, em “Memórias do Subsolo” apresenta um tal Zverkov, que seria um nobre em sua aldeia, cuja fala apresenta os limites entre a nobreza e o servo muzhik: Zverkov “declarou, de repente, que nenhuma das moças camponesas de sua aldeia ficaria sem sua atenção, que aquilo era o *droit de seigneurur*, e que os **mujiques**, se ousassem protestar, seriam todos açoitados e teriam todos eles, aqueles canalhas barbudos, seu *obrok* dobrado.” (DOSTOIEVSKI, 2013, p. 89)

for ‘peasant man’ (*muzhik*) to refer to them; they are not *muzhiki* but *kazaki*.” (OLSON, 2004, p. 166) . De todo modo, o termo está em constante disputa e (re)construção (como qualquer outra categoria), e enquanto explora-se as contiguidades de significados, o que o torna comum é a intensa ligação com a significação do ser homem – heterossexual, masculinista -.

One person says: Мужчина — благороден, умён. Мужик — это что-то замызганное, пахнущее. (A man is noble, smart. A muzhik is something filthy and smelly.) Others use мужик positively: Мужик ведёт себя по-мужски (A muzhik behaves like a man). Хороший мужик is what we might call a good guy. Настоящий мужик is what we call a real man — you know, the opposite of a metrosexual. (BERDY, 2010)

Em grande medida, a masculinidade representada por essa narrativa, corresponde às questões levantadas no último capítulo, do problema do problema da identidade russa, uma vez que com o avanço do liberalismo, surge também um movimento contra a suposta ocidentalização do homem russo, que conforme visto, emergirá em meio a crises de legitimação em seus papéis tradicionais. Nesse sentido, que a alteridade do ocidente também será usada na delimitação da comunidade política e da produção de uma ordem social. Então, de acordo com a lógica da masculinidade hegemônica, outras normas e representações seriam necessárias para a sustentação da condição hierárquica, portanto desigual, da sociedade. De fato,

The contemporary muzhik [...] has acquired a new meaning since late Soviet times. In contemporary Russian it designates men without reference to their income, political beliefs, and social position. [...] Thus, the word “muzhik” designates both national masculinity and high-ranking, “real” masculinity. This type of masculinity should be considered hegemonic for Russia in the 2000s. (RIABOV e RIABOVA, 2014, p. 26)

É a partir deste arquétipo que devemos refletir sobre a emergência da masculinidade como um fator de legitimidade do poder de Vladimir Putin. Muito embora ele cultive hábitos e estilos mais cosmopolitas e ocidentais, em termos práticos e relacionais, a medida central da composição de sua masculinidade é exatamente essa performance do muzhik<sup>42</sup> contra a decadência de valores do ocidente:

Putin’s image was brought into line with the muzhik mold, as his presidency coincided with the rise of the muzhik as a masculine type. While initially—by contrast to Yeltsin’s brash and sometimes outlandish behavior—Putin’s persona reflected a Western-style

masculinity featuring the qualities of a “rational, practical, cool-headed manager,” soon the Russian electorate was offered a different image. This Putin was painted as a “tsar-father” figure who would protect the country from the wily Westerners aiming to weaken Russia from without and from the corrupt bureaucrats within. (SPERLING, 2014, p. 37)

### 5.3.2

#### **Promoção de valores tradicionais russos: “Não somos contra os gays, a Rússia tem problemas demográficos”**

O controle – ou o seu descontrole, na visão dos demógrafos russos – do crescimento populacional russo está intimamente, política e simbolicamente, associado com a dimensão de gênero e das normas que são produto das relações de poder, tanto para os homens como para as mulheres. Desde a União Soviética este seria um problema (sobretudo em relação a uma iminente confrontação com o ocidente) mas, teria sido acentuado durante as décadas de 1990 e 2000. No entanto, como alvo de políticas públicas, o crescimento populacional tem sido objetiva e subjetivamente colocado como um problema sexualizado.

Conforme a tabela 1, abaixo, pode-se notar que o padrão demográfico fortemente negativo que apareceu no fim da década de 1980 e teve seu auge em meados da década de 1990, com aumento na mortalidade e diminuição da natalidade, permaneceu no decorrer dos primeiros mandatos de Putin, tendo somente em 2009, virado a polaridade da associação.

**Quadro 1<sup>43</sup>: taxa de crescimento populacional anual**

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
-0.4	-0.4	-0.4	-0.5	-0.6	-0.5	-0.4	-0.3	-0.1	-0.0	0.3	0.4	0.2	0.2

Os estudos geopolíticos se referem comumente à população como um recurso geopolítico importante para a era das sociedades de massa. Iuliia Iushkova-Borisova, por exemplo, aponta para a perspectiva que em 2050, a população russa declinaria em quase 30% do número em 2004. A questão do declínio populacional, fazendo com que a Rússia perdesse sua “vantagem comparativa” populacional no caso de um guerra ou da manutenção de mão-de-obra barata: “The ruling class,

<sup>43</sup> Retirado de:

<http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.GROW/countries/RU?page=2&display=default>



being accustomed until recently to the existence of surplus human resources, has failed to grasp the new situation” (IUSHKOVA-BORISOVA, 2006, p. 82). Disso, decorreriam problemas econômicos, políticos e de segurança, em como manter povoado o extenso território russo e se manter independente da mão-de-obra imigrante, conforme ressalta Mikhail Rykhtik:

the Far Eastern and Siberian regions will likely struggle with severe depopulation, and the relative number of ethnic Russians will also decline. This might lead to a special migration policy for China and Central Asian states. Moreover, Russia’s ability to field a military may be called into question. (RYKHTIK, 2009, p. 19)

Em 2006, por exemplo, Putin lançou um pacote de medidas para influenciar o balanço negativo do crescimento populacional. Porém, toda a idéia inerente à questão esteve presa a uma noção tradicional dos papéis de gênero. Rotkirch, Temkina e Zdravomyslova (2007) defendem que, na verdade, o discurso de Putin por trás dessa política social repousa num retorno das normas de gênero criadas ainda na União Soviética. Ao passo que é importante ressaltar a opção de Putin pela valorização da “tradição” estatal e patriótica da Rússia, essa mesma visão de mundo se encerra na polarização de masculinidades e feminilidades ideais, vistas num passado soviético, contudo. A idéia foi subsidiar os custos sobre o primeiro filho, dando um incentivo adicional a partir do segundo, seguindo da complementação em 40% do salário da mãe durante 18 meses. Além disso, foi previsto um fundo para que a mãe utilizasse 250.000 rublos (corrigidos pela inflação) em financiamentos de moradia, estudantis, etc.

No entanto, o que pode parecer uma política pragmática esconde uma faceta invisibilizadora das relações de poder no espaço privado (quem tem a tarefa de proteger e de cuidar dos filhos) e no espaço público (quem deve deixar de trabalhar para se ocupar da educação dos filhos), deixando, então transparecer sua clara posição sobre o assunto:

The words ‘men’ or ‘fathers’ were glaringly absent from this speech, as was any reference to grandparents or other relatives, who still play an important role in Russian childcare arrangements. The indirect support of fatherhood was inferred only in the first part of the address, concerning the role of the military. There Putin advocated revising several legal conditions enabling a suspension of obligatory military service, including a delay of recruitment for conscripts whose wives are pregnant. (ROTKIRCH, TEMKINA e ZDRAVOMYSLOVA, 2007, p. 352)

Afinal, Putin retomará a idéia soviética, extensamente falada anteriormente, sobre a divisão social do trabalho igualitária, mas por outro lado constitutiva de

uma noção “natural” de que as mulheres são aquelas que, por instinto, teriam melhor condições de cuidar das crianças, mantendo uma dupla jornada de trabalho: no espaço público como no privado, transpondo, assim, uma espécie de “feminismo estatal”: “The Soviet gender contract, which took root in the 1930s, required women to become both wage-earners and mothers, returning these favours with equal rights (or lack of rights) for all citizens and with female-friendly family policies.” (ROTKIRCH, TEMKINA e ZDRAVOMYSLOVA, 2007, p. 353)

O problema visto da perspectiva da sexualidade encerra outras formas de inclusão e exclusão da comunidade política. Sob a prerrogativa governamentalizante do investimento do poder na produção da vida, ou seja, a guinada observada por Foucault sobre o significado de governo, poderíamos observar o fenômeno da limitação da cidadania das minorias sexuais como uma forma de gestão biopolítica dos sujeitos. A exemplo disso, estariam as recentes leis “anti-propaganda gay”, em 2012, em São Petersburgo<sup>44</sup>, que punem toda forma de publicização e disseminação de conteúdo ou informação homossexual. Elas teriam surgido, sustenta John Weaver (2013), no bojo dos problemas demográficos na Rússia, conforme deixa transparecer o discurso de Putin, numa coletiva de imprensa, em 2007:

With regards to what the heads of regions say, I normally try not to comment. I don't think it is my business.  
My relation to gay parades and sexual minorities in general is simple – it is connected with my official duties and the fact that one of the country's main problems is demographic. (Applause.) But I respect and will continue to respect personal freedom in all its forms, in all its manifestations.<sup>45</sup>

A questão surge como um nó da biopolítica a partir do momento em que liga-se a normalização do sexo ao problema da segurança da população: a anormalidade – anormalidade da desordem de uma estrutura que coloca as relações sexuais como tradicionais (heterossexuais) ou não-tradicionais (homossexuais) – interfere, sob essa estratégia, na reprodução e na manutenção da vida. Essa lei, então, diz Weaver, refere-se a

...two biopolitical mechanisms, visibility and normalisation: the first being that non-traditional relationships should be relegated to the private sphere, obfuscated and removed from public view; visibility, what is highlighted and what is left in the shadows. The second is to ensure the correct transmission of values to minors, thus being

<sup>44</sup> Assim como em outras 12 outras “Oblasts”, províncias com autonomia legal.

<sup>45</sup> Disponível em: [http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2007/02/01/1309\\_type82915type82917\\_117600.shtml](http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2007/02/01/1309_type82915type82917_117600.shtml), acessado dia 28 de janeiro de 2015, às 16:42

dynamics of normalisation. The reasons given for the law by the government are that homosexuality has negative effects on divorce rates, birth rates, strength of the army and family values. (WEAVER, 2013, p. 41)

### 5.3.3

#### Mantendo a ordem social contra a “ocidentalização”

Finalmente, pudemos observar de que maneira as narrativas sobre a Política Externa/política externa, em condição de possibilidade da comunidade política, é operada através da discursividade das ameaças subjetivas do ocidente. Nesse sentido, cada vez mais o ocidente e seu modo de vida vão constituindo subjetividades na exclusão e marginalização daqueles que não seriam passíveis de viver na *pólis* russa, seguindo a vida de um cidadão patriota.

Para Olega Riabov e Tatiana Riabova (2014), é preciso ressaltar a emergência de duas categorias-chave para a compreensão das masculinidades na Rússia: *nashe* (a coisa tradicionalmente nossa) e *muzhik* (já citada anteriormente).

A condição de crise, de insuficiência, de fraqueza, para lembrar a fixação política de Putin em relação à fragmentação nacionalista chechena, fará parte de um “trauma” masculino, onde até mesmo o tráfico de mulheres e a prostituição se tornará um objeto da decadência do controle masculino sobre a sociedade e aquelas a quem eles deveriam proteger. A Rússia pós-soviética teria sofrido um processo de desestabilização onde sua fraqueza se ligava mais a uma decadência moral e dos costumes que faziam com que seus homens não fossem prósperos e mantenedores da família.

Num discurso para um encontro do Grupo Valdai de Discussão Internacional, Putin distinguirá dois tipos de oposição: a oposição a um governo e a oposição ao Estado. Essa segunda oposição, para ele, é o elo dos sujeitos não-patrióticos que buscariam a fraqueza da Rússia no sistema internacional. Além disso, as vozes dissonantes da sustentação da política identitária são definidas como um problema civilizatório da Europa cristã e do chamado multiculturalismo “politicamente correto” que inibiria a essência tradicional europeia, uma vez que, na arena pública, a defesa de uma herança cristã europeia seria mal vista:

Russia’s sovereignty, independence and territorial integrity are unconditional. These are red lines no one is allowed to cross. For all the differences in our views, debates about identity and about our national

future are impossible unless their participants are patriotic. Of course I mean patriotism in the purest sense of the word.

Too often in our nation's history, instead of opposition to the government we have been faced with opponents of Russia itself. I have already mentioned this; Pushkin also talked about it. And we know how it ended, with the demolition of the [Russian] state as such. There is virtually no Russian family that completely escaped the troubles of the past century. Questions about how to assess certain historical events still divide our country and society.

...

Another serious challenge to Russia's identity is linked to events taking place in the world. Here there are both foreign policy and moral aspects. We can see how many of the Euro-Atlantic countries are actually rejecting their roots, including the Christian values that constitute the basis of Western civilisation. They are denying moral principles and all traditional identities: national, cultural, religious and even sexual. They are implementing policies that equate large families with same-sex partnerships, belief in God with the belief in Satan.

The excesses of political correctness have reached the point where people are seriously talking about registering political parties whose aim is to promote paedophilia. People in many European countries are embarrassed or afraid to talk about their religious affiliations. Holidays are abolished or even called something different; their essence is hidden away, as is their moral foundation. And people are aggressively trying to export this model all over the world. I am convinced that this opens a direct path to degradation and primitivism, resulting in a profound demographic and moral crisis. (PUTIN, 2013)

A mobilização do problema moral, contra ameaças religiosas, culturais e sexuais não é coincidentemente operada pela valorização de um tipo de cidadão patriótico. Na verdade, ao confirmar essa realidade distópica, conforme caracterizada por Richard Lebow, Putin busca associar sua imagem a de um homem que defende as tradições de sua cultura eslava, portanto defendendo um tradicionalismo da ascensão moral da “Terceira Roma”. Assim, o período Putin teria duas estratégias na remasculinização do estado valorizando a masculinidade *muzhik*: criação de uma imagem positiva da masculinidade nacional e a inscrição de conotações masculinas para a imagem do país:

Employing the image of masculinity as a symbolic border guard in national identity is typical of the current climate, in which the exploitation of the president's image as an embodiment of national masculinity has become the defining trait of the politics of identity. At the beginning of Putin's first term, his image was counterposed to that of Yeltsin, whose supporters represented him as a typical Russian man, with all his best and worst traits. Putin's image came closer to the perceived Western criteria of masculinity: a cold, pragmatic, and rational manager. (RIABOV e RIABOVA, 2014, p. 27)

Ao mesmo tempo, ressaltam as autoras, as outras nacionalidades europeias foram desmasculinizadas seguindo a estratégia da definição do “eu”, a partir do “outros”, também como parte da valorização desse “homem” tradicional russo.

Assim, cabe ressaltar que a visão messiânica da civilização eslava é ressignificada ao pensar a Rússia como o bastião do processo civilizatório que defenderia os princípios e papéis de homens e mulheres contra a degradação do ocidente: a pós-modernidade é atacada, enquanto a Rússia é vista como o lugar por excelência dos modelos de masculinidade da modernidade – a racionalidade, a hierarquia, etc. -; ao mesmo tempo, a “gayropa” seria um modelo de degradação que, em última instância ameaçaria a normalidade russa, desse cidadão *muzhik* (*idem*; p. 29).

Importante exemplo dessa delimitação entre um *ethos* do homem e da mulher russos, em oposição ao modo de vida ocidental, corrompido, impuro e não-patriótico pode ser observado nos movimentos de ativismo jovem tanto de partidos políticos como aqueles defensores do regime de Putin ou daqueles contra. Valerie Sperling defende que as visões de gênero e sexualidade são extremamente pervasivas ao definir aqueles que apoiam um ou outro movimento:

Notions of gender and sexuality, sexism and homophobia, too, are woven into each society’s fabric and emerge into the political realm, sometimes as propagandistic weapons. Accordingly, political youth organizations wrangle over the ownership and attribution of masculinity and femininity, and over the masculine strength and power of the (male) leaders on their respective sides of the political spectrum. (SPERLING, 2014, p. 6-7)

Dentre os grupos governistas estão, por exemplo, o Nashi (aquele com mais integrantes), Stal (aço), and Molodaya Gvardiya e Yedinnoy Rossii. Aqueles oposicionistas são Oborona (Defesa), My (Nós), and Molodezhnoye Yabloko. Muitos desses, como o Nashi, surgirão a partir de 2004, com as Revoluções Coloridas acontecendo na Ucrânia e na Geórgia. Essa escala de reação é importante para ressaltar o problema da subjetivação do inimigo do regime como aquele cujo modo de vida ataca os valores tradicionais russos.

Afinal, aqueles que se tornam os inimigos do estado, “aqueles que não querem ver a Rússia uma Grande Potência” são avaliados sob uma divisão heteronormativa e machista da representação do poder. No entanto, tanto as organizações pró-Kremlin quanto aquelas oposicionistas utilizam do mesmo nexo entre fraqueza-feminilidade e força-masculinidade.

One way to shed analytical light on youth organizations’ support or disparagement of political leaders (both those in power and those in the opposition) is to examine those organizations’ use of masculinity and femininity in their political proclamations and propaganda. (SPERLING, 2014, p. 94)

De acordo com uma visão normativa heterossexual, teria mais “legitimidade” aquela organização que tivesse as mulheres mais bonitas e como demonstra o episódio do calendário de fotos eróticas de estudantes da Universidade Estatal de Moscou, em defesa da reeleição de Vladimir Putin. Desta maneira, o bom líder é aquele que está ao redor de muitas mulheres bonitas, confirmando sua masculinidade heterossexual, e fazendo com que os outros candidatos sejam “menos” héteros ou menos viris:

...with its super-feminine and desirable women offering themselves to Putin (voting with their bodies), help instruct the average voter in understanding political masculinity. The right leader is the most macho leader. In that sense, Putin’s actions, as well as women’s endorsement, constitute evidence of Putin’s normative, hegemonic masculinity. (SPERLING, 2014, p. 96)

Os líderes de oposição, então, são representados como entreguistas da soberania russa ao ocidente, buscando a ocidentalização da Rússia. São emasculados com o objetivo de deslegitimar suas posições políticas como a impressão de um grande pôster, no acampamento de verão Seliger, em 2007, dos três principais líderes da oposição Mikhail Kasyanov, Garry Kasparov, and Eduard Limonov, com suas caras editadas em corpos de mulheres em lingerie: “labeled the “Red Light District,” the installation’s purpose was to visually renounce the opposition as a bunch of prostitutes who had “sold out” Russia to the West, and to make the male opposition leadership out to look like drag queens” (SPERLING, 2014, p. 105).

O mesmo podemos referir para o caso do julgamento das integrantes do grupo Pussy Riot, por suas performances libertárias consideradas blasfêmias, para a igreja ortodoxa russa. Leonid Storch chama atenção para como o discurso anti-ocidental serviu para condenar politicamente o grupo como promotor de valores ocidentais. Assim, às mulheres do grupo foi dissecada uma história baseada na destruição da Rússia ao solapar os valores espirituais desse tradicionalismo russo:

...branded the punk prayer as blasphemy and its performers as blasphemers. commentators saw the essence of the blasphemy in the desecration of Orthodox holy places, aimed at realizing the West’s plan to destroy Russia by undermining its spiritual values—leading to the collapse of its statehood, universal chaos, and, finally, the seizure of Russian territory. (STORCH, 2013, p. 16)

Ainda, esses eventos foram vistos como o resultado da inserção de estrategistas liberais, tanto dentro da Rússia como fora, cujo objetivo final seria, fatalmente o impedimento de Putin. Storch chama atenção para a forma como

Alexander Prokhanov, um escritor russo, liga, numa analogia militar (bem parecida com a metáfora do cavalo de Tróia apresentada no capítulo anterior) as ações do Pussy Riot:

...he takes a much more serious view of the danger [...], declaring in the journal *Zavtra* that the punk singers are “more terrible than the submarines that ply our shores” (Prokhanov 2012a). Curiously enough, when speaking on television Prokhanov has described the punk prayer in nonmilitary terms, likening the PR performers to a battering ram that “gouges holes in the walls of the Kremlin” in accordance with plans made by the “strategists of liberalism,” some of whom are in Russia and others in the West (STORCH, 2013, p. 23)

#### 5.3.4

#### **“One like Putin, full of strength/One like Putin, who won't be a drunk”: Poder e legitimação, do corpo do indivíduo ao corpo político**

Em 2004, uma banda chamada “Poyushchiye Vmeste” (“vamos cantar juntos”) lançou a música mais tocada no ano, “Такого, как Путин!” (Um Homem como Putin). Sua letra refere-se especialmente aos problemas da crise da masculinidade e da recuperação do muzhik tradicional como masculinidade hegemônica. Medo, alcoolismo e fuga caracterizam, assim, esse homem em crise. Contudo, com Putin esses problemas estariam resolvidos, e as mulheres optariam por homens que se comportassem como o líder russo. A letra diz o seguinte:

“My boyfriend is in trouble once again:/Got in a fight, got drunk on something nasty/I've had enough and I chased him away/ And now I want a man like Putin/ One like Putin, full of strength/ One like Putin, who won't be a drunk/One like Putin, who wouldn't hurt me/One like Putin, who won't run away!/ I've seen him on the news last night/He was telling us that the world has come to crossroads/With one like him, it's easy to be home and out/And now I want a man like Putin”

A partir deste exemplo lúdico podemos observar que Putin incorpora em si a transformação esperada por uma liderança cujo objetivo político é realizar o destino-manifesto russo: a realização da grande potência, da civilização superior, em superação a um masculino russo fracassado no seu devir comunista tanto como liberal. O fracasso, a crise e a emasculação desse sujeito levará, ao fim, ao controle político do corpo masculino. Sendo ele o “elo fraco” que levou ao fim da União Soviética - a grande tragédia da história russa segundo mesmo o Putin - mergulhado no alcoolismo e nos problemas demográficos de diminuição da população, Putin rearticula a memória e as narrativas sobre o passado russo, enaltecendo o fervor

patriótico, e a partir de si, articular a tradição e modernidade, através da condição de agência, de uma masculinidade viril.

Embodied by a head of state who, in different guises, has at times been regarded as representative of the Russian nation-state, this Subject cultivates a set of expectations for individual men to emulate, in addition to bridging the greatness of Russia's past with hope for its future: over the course of Putin's ascension to power, the assertion of his own masculinity came to symbolize the rehabilitation of Russia itself. (NOWAKOWSKI, 2012)

Ora, é nesse sentido que podemos compreender a emergência de performances violentas no decorrer dos últimos vinte anos, com as guerras da Chechênia, Geórgia e os recentes conflitos no leste da Ucrânia. É nessa violência do sexo, da exclusão do outro, da dominação numa feminilidade passiva, em que se transformaram em vontade de “construir uma nação”. O que se verá nos anos decorrentes é a emergência de Vladimir Putin como ideal masculino, ideal de sujeito que, por um lado, superará os oligopolistas liberais (NOWAKOWSKI, 2012), mas que será extremamente sexualizado e baseado na performance do cidadão guerreiro, afinal, um “homem que não foge”.

A produção de uma masculinidade calcada no homem protetor, guerreiro e empreendedor, vai, por sua vez, ao encontro da legitimação do regime, e das práticas políticas inerentes. Valerie Sperling (2014) defende que é possível analisar a legitimidade das vitórias e do corrente política dominada pelo partido Rússia Unida, através da construção, ao redor da figura de Putin, como um referencial na masculinidade hegemônica na sociedade russa. Assim, o machismo, patriarcalismo, misoginia e homofobia seriam os elementos fundadores da manutenção da ordem social capaz de justificar a recuperação de determinadas normas sociais e formas de controle e disciplina:

Political actors in contests over power, then, can readily adopt the use of gender norms—including machismo, homophobia, and gay-baiting—as a legitimation tool. Regimes in power and their opponents seeking to gain power make strategic use of gender norms to highlight their masculinity and to justify the power that they have or seek. (SPERLING, 2014, p. 4)

Desta maneira, entender essas relações sociais subjacentes à conformação da comunidade política diz respeito as ações e interações que subjetificam os indivíduos. Conforme adiantado nos capítulos anteriores, as normas de gênero estabelecidas são empregadas na criação e reprodução de noções de nacionalismo e patriotismo que, em última instância, caracterizam discursos fundadores de identidades e que sustentam a relação entre ordem e desordem, hierarquia e



anarquia, inclusão e exclusão. Sperling acredita que analisar as relações de gênero na Rússia é estabelecer o nexos produtivo, em pelo menos três direções: entre a legitimação e o papel de cada indivíduo em masculinidades e feminilidades específicas – ao mesmo tempo que são estabelecidas nas relações de poder, é o local evidente da resistência a esse mesmo poder; a aceitação de normas e estereótipos baseados numa cultura patriarcal que, quando do fim da União Soviética, transitou da proteção e dominação da vida privada pelo estado, para o fortalecimento do papel do “кормилец”, o homem que “põe a comida na mesa” e que mesmo a oposição sofrida por Putin pelas grandes manifestações de 2012 resultaram na apropriação e reprodução dessas mesmas crenças por parte desses manifestantes, portanto

In part this occurs because patriarchy normalizes sexism, thereby making sexist comments, a discriminatory or unequal division of labor, and all but the most blatant instances of misogyny seem the norm and hence unremarkable or invisible. Patriarchy is sustained, in this sense, by the very lack of awareness that it produces and encourages. (SPERLING, 2014, p. 5)

Por último, seria essencial compreender as relações de gênero tendo em vista entender de que forma as dinâmicas da democratização na Rússia implicaram na construção de uma determinada hierarquia, enfim de uma masculinidade hegemônica. É preciso lembrar, no entanto, que embora as críticas sobre o regime político russo no século XXI sejam pautadas na centralização e autocratização dos mecanismos republicanos, é nas eleições que Putin buscará a sua maior legitimação.

Ao mesmo tempo, a masculinidade nas eleições se tornou fator de empoderamento e representação numa busca daqueles que mais se aproximassem da figura do Muzhik, quem fosse responsável: as representações na família e na vida de Putin. Valerie Sperling chama a atenção para o fato de que as disputas eleitorais, embora recentes na história russa, têm se baseado na demonstração de quão machos e masculinizados são os candidatos. Putin, teria conseguido seguir a “fórmula” certa para evidenciar sua preponderância nesta relação, tanto como uma figura militarizada, como esportiva e a homossocialização com seu vice-presidente, e depois presidente, Dmitri Medvedev. A vertente militarizada, obviamente, é oriunda de seu serviço prestado à KGB, desde 1975, prometendo o contraste inevitável com seu antecessor, Yeltsin: “In addition to its fearsome and well-deserved reputation for brutality, during the Soviet era the KGB was said to have attracted “the most honest, incorruptible people,” a belief that did not decay after the Soviet collapse” (SPERLING, 2014, p. 32). A esta faceta soma-se a pretensão

de impor uma masculinidade militarizada baseada no patriotismo, durante a segunda Guerra da Chechênia conforme explicitado por Maya Eichler (2006), anteriormente, em 1999, quando o então primeiro-ministro Vladimir Putin aparece sentado num avião militar. Ainda concorrendo às eleições de 2000, Putin buscou trabalhar com uma ética masculinista fortemente influenciada pelo “ser militar” e estar pronto para qualquer situação e esforço em defesa da nação (WOOD, 2011)

Em especial, deve-se levar em consideração o papel das comemorações dos “grandes eventos” – selecionados não aleatoriamente, claro – para a construção da memória da nação e da representação daqueles que constituiriam os modelos a serem seguidos. Assim, os feriados militares foram de extrema importância para a conformação da comunidade política, durante a URSS, e continuaram – apesar de alguns terem sido cancelados durante a década de 1990, mas reabilitados com Putin – a sê-lo após o ano 2000; instrumento de construção de memória coletiva, também age na subjetivação do sujeito patriótico, daquele que dá a vida pelo estado e pela nação<sup>46</sup>:

Putin’s early references to World War II and Victory Day, while astoundingly frequent, were nonetheless fairly clichéd affairs that did not relate to him personally. Every event that could possibly be connected with the 60 th anniversary of the war was celebrated (from the anniversary of the invasion of Russia in 1941, to the battles of Kursk and Stalingrad, to the lifting of the blockade in Leningrad, to final victory in 1945). As each 60 th anniversary came up, Putin made a public speech, spoke of the unity of the nation, the victory over the barbarian enemy, and “the sacred duty to respect the memory of our fathers.” (WOOD, 2011, p. 185)

Além disso, o próprio corpo de Putin, enquanto praticante de esportes é apropriado na medida em que ele aparece para o público russo com um corpo atlético e com o físico “mais adequado” do que os outros pares russos e soviéticos, por exemplo:

Sports constituted another element visible in Putin’s legitimation strategy. Like US presidential candidates, the incumbent Putin (even without the motivating benefit of a serious political challenger in any of his political races) was shown playing team sports (hockey),

<sup>46</sup> Elisabeth Wood (2011) chama a atenção para a publicização, tanto pelo próprio Putin como pela mídia, das referências familiares de Putin com a Segunda Guerra, sendo alvo de entrevistas, programas especiais. Seu pai lutou nas batalhas de São Petersburgo (Leningrado) e se tornou personagem de filme em 2004, seu irmão mais velho morreu na Guerra, e sua mãe dependia da parca alimentação que Putin pai enviava do hospital para que não morresse de fome. Numa dessas entrevistas, concluiu que “...the war had to be understood in terms of the dedication of ordinary citizens even when no one was watching out for them. His own family’s contribution to the war was now in line with that of the nation. He was also using the story as a teaching moment, reminding young people in particular of the importance of heroism and valor.” (WOOD, 2011, p. 187-188)

individual sports (martial arts), and outdoor sports (shirtless fishing). Many news outlets commented on his athleticism and physique. (SPERLING, 2014, p. 33)

Sobre a homosociabilidade e as tensões com a homoafetividade, forma singular de ansiedade no contexto pós-soviético salientado por Baer Brian, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, as propagandas passam alguma imagem de amizade e cumplicidade entre os candidatos à presidência e seus vices, na Rússia por esse motivo, a presença de Medvedev era algo mais sutil; ele aparecia mais como “...the junior partner and not unlike a vice president in that regard. These male-bonding opportunities cement the image of political leadership as a man’s job—though they also leave open implications of homoeroticism” (*idem*). Já a presença da família, e fundamentalmente a assunção do papel de protetor e provedor, tanto da “unidade” quanto do coletivo, da nação – que teria ocorrência comum nas propagandas ocidentais – também seria

Sucessiva e programaticamente, Putin aparecerá ao público em atividades determinantemente colocadas como masculinas. Voar num avião borbardeiro para testar um novo tipo de míssil, atirar com um tranquilizante num tigre siberiano para a condução de pesquisas, dirigir um carro de Fórmula 1, participar de escavações num sítio arqueológico, dirigir um triciclo num encontro de um moto clube, entre outras muitas atividades documentadas, são exemplo de como sua imagem é usada para reificar um tipo de masculinidade pautado na força, razão e proteção da nação.

De fato, a confrontação inevitável dos anos 1990, com o homem do ocidente foi posta em debate ao longo dos anos 2000, ao falar sobre os discursos da masculinidade no período soviético – e com a influência do neoliberalismo da década passada - Elena Zdravomyslova e Anna Temkina ainda estabeleciam a influência ocidental sobre esses papéis de gênero, sobretudo no curso do homem como provedor da subsistência da família.

This is a professional whose status characteristics approximately match the contemporary hegemonic masculinity typical of Western men—autonomous, rational property owners with liberal rights (Ushakin 1999; Sinel’nikov 1998). The new man is assertively sexual: when it comes to sex, he knows what he wants and goes after it aggressively. As Zhrebkin has shown, **the principal male fantasy today [em 2002] is “to fuck women and build a nation.”** Sex is not a sexual partnership but a tool for the sexual exclusion of the other. Female passivity and docility are the actualization of the masculine dream.

[...]Thus, the discursive means for overcoming the crisis of masculinity are predominantly patriarchal examples, which, however, do not exhaust the possibilities of male identity. (ZDRAVOMYSLOVA e TEMKINA, 2013 – grifo nosso)

Ela relata que as noções de masculinidade e feminilidade são pervasivas na história russa, mesmo no período czarista ou soviético – apesar da grande liberalização acontecida nos primeiros anos da Revolução Russa – e que, assim, não poderia deixar de sê-lo durante o período liberal pós-Guerra Fria. De todo modo, a influência de Putin neste período suplanta as experiências anteriores de Yeltsin e até mesmo Gorbachov, mesmo que o segundo esteja presente na narrativa da Guerra Fria como um revisionista e idealista marxista. A questão é que,

Under Putin and his protégé, Dmitrii Medvedev, the economy has been recentralized, media enterprises renationalized, and civil society brought under the auspices of the state. The Orthodox Church—oftentimes mythologized as an enduring facet of authentic Russianness—has served as a moral compass for defining Russia’s new Idea, as well as the roles and identities of men and women in contemporary Russia. (NOWAKOWSKI, 2012, p. 7)

Ao tratar a homossexualidade, por exemplo, como uma alteridade à heteronormatividade, o que está implicado é a construção de uma identidade oposta à ocidental, e acontece em duas tendências diferentes. A primeira é localizar o ocidente visto como liberais, libertinos, e em última instância, uma ameaça à unidade identitária nacional (muito embora, o ocidente mesmo negue a cidadania plena a homossexuais e a homofobia não seja tratada penalmente). São disputas que ocorrem não somente no plano do embate político, mas amplamente na produção cultural, na produção literária, cinematográfica e teatral:

While in the West today—and particularly in the United States—homosexuality is situated in some of the same highly charged oppositions as in Russia, such as urban-rural, modern-traditional, or liberal-conservative, it is generally not discussed as a product of foreign influence. However, in Russia—as in many other non-Western societies—the homosexual is deeply implicated in a cultural contest with the West” (BAER, 2009, p. 6)

O extenso uso de imagens através dos jornais, da televisão e da internet alcançaram uma maneira de legitimar e representar essa corporificação de Putin no corpo da nação. Andrew Foxall (2013), ao analisar algumas fotos publicadas nos anos de 2007, 2009 e 2010, defende que uma determinada pictorialização de Putin dá conta dos desafios e ameaças geopolíticas da Rússia, misturando poder e masculinidades num formato adequado que condiciona as expressões discursivas de uma Grande Potência.

Assim, foram aproveitadas imagens em que ora Putin aparece sem camisa, nas regiões mais selvagens da Rússia, efetivamente entrando em contato e

controlando a natureza, e ora um governante interessado nas ciências e no desenvolvimento.

Chama a atenção o fato de que, ao contrário das ocorrências nos outros países – quando são tiradas fotos dos chefes de estado em férias e em situações não convencionais por veículos da imprensa – foram publicadas pelos órgãos oficiais de comunicação russos, revelando, portanto, intencionalidade nelas: “Putin’s, by contrast, were released by the Kremlin with official news releases and appeared on the Kremlin website, and thus were located within a discourse of state power” (FOXALL, 2013, p. 135)

Nesse sentido, é significativa a intenção em reproduzir essas imagens tanto nacionalmente como internacionalmente. Elas exploram e permitem a visualização de determinados papéis e normas sociais que dizem respeito à conformação do “nós” como dos “outros”. Mais do que um culto à personalidade, elas autorizam e demandam tipos de nacionalismo e patriotismo dos sujeitos numa ação performativa política das fotos:

Just as scholars have argued that playing at or with war is a constituent part of warfare itself, so too does playing with a figurine of Putin constitute an important geopolitical act. Significant to this is the way that the figure of Putin literally embodies any number of political projects, for example, those of Russian nationalism, internal order, and foreign policy (all formulated at the national or global scale) at the scale of the individual, or the body. (FOXALL, 2013, p. 140)

As características pertinentes das fotos selecionadas pelo autor (com Putin sem camisa, pescando num rio da República de Tuva, andando a cavalo em altas montanhas, e participando de uma reunião com pesquisadores alemães e russos que cooperavam em pesquisas sobre o ártico) dão conta de duas variantes: controle da natureza, do ártico ao oriente selvagem, e da sensibilidade da ciência como uma causa “humanista”, mas fortemente geográfica. A primeira variante responde ao exercício da autoridade e do governo no extremo oriente e região ártica<sup>47</sup>, ainda dentro da cosmologia soviética

...the photographs of Vladimir Putin establish emotional investment in a stereotypical landscape of the nation, and use imagery of an iconic Russia to foster a feeling of nationalism that is, to echo the words of Eichler,<sup>84</sup> inexcusably masculine. Because the Far East is so iconic for the Russian imagination, the photographs of Putin have particular significance for Russians seeking to interpret world events through a geopolitical script. (FOXALL, 2013, p. 142)

<sup>47</sup> É preciso lembrar que em 2007 a expedição Arktika fincou, em solo marítimo, a bandeira da Rússia, no Oceano Ártico, abaixo das geleiras.

Já a segunda variante, especialmente em 2010, dá conta de um ambiente mais descontraído e informal, onde Putin revelaria a qualidade de cooperação internacional, ao mesmo tempo em que a disposição dos objetos da mesa – num chá, como em qualquer outra casa que receba visitas – ofereceria a visão da habilidade em pequenos detalhes.

Finalmente, encontramos, a partir dos conceitos trazidos do terceiro capítulo, da localização do ocidente como a alteridade ligada à falsa Europa, como uma referência à exclusão e hierarquização políticas. Com este capítulo, conseguimos observar que esse é um fenômeno que se dá, em grande medida, na produção de uma masculinidade hegemônica centrada na figura do homem tradicional russo de Vladimir Putin. É nesse sentido que as ameaças “externas” e “internas” permitirão estabelecer os limites da comunidade política russa, entre aqueles que são patriotas e leais a uma Rússia Grande Potência Mundial, e aqueles que fora dessa condição, promoveriam hábitos e estilos de vida “ocidentais”, pautado na defesa do feminismo e dos movimentos LGBT, por exemplo.

## 6. Considerações finais

Chegamos aqui com algumas reflexões para as limitações e possibilidades em relação ao enquadramento teórico do objeto de estudo realizado neste trabalho. De partida, é preciso extrapolar as fronteiras disciplinares entre Relações Internacionais, Sociologia e Ciência Política e até mesmo a Antropologia. A contribuição, afinal, é perceber de que maneira o poder está capilarizado nas diversas esferas políticas e que ele mesmo estabelece o que é político e o que não é. Despolitizar a vida cotidiana é uma maneira de naturalizar hierarquias e exclusões, naturalizar os próprios corpos desses sujeitos que são moldados, alimentados e desenhados a todo instante pelas relações de poder. É também criar espaços de permissão e proibição, espaços imaginados, fragmentados ou contínuos, que nos situam em relação ao tempo.

Com o caso explorado, esperamos obter novos caminhos na compreensão dos fenômenos da inclusão e exclusão, ordem e desordem, masculinidade e feminilidade na medida em que obstáculos epistemológicos que dividem os espaços entre o dentro e o fora, o doméstico e o internacional são denunciados como modos de produção de subjetividades. Com David Campbell pudemos abrir a "caixa-preta" do estado e verificar sob quais pressupostos a produção da diferença opera em criar um "outro externo" e um "outro interno" que na verdade se intercomunicam e julgam quais sujeitos detém o pertencimento ao corpo político e aqueles que devem ser expurgados, esquecidos e diminuídos.

Colocamos deste modo, o problema do problema da identidade russa. A maioria das abordagens, sejam construtivistas ou realistas, dão conta de duas narrativas principais que norteariam a identidade nacional, que por sua vez determinaria os interesses do estado russo. Sejam ocidentalistas ou eurasiânistas (supostos "herdeiros" dos eslavófilos) um significante permanece em comum a essas duas vertentes: a Europa, cujo significado está, então, em disputa. Tanto Putin como Medvedev<sup>48</sup> não recusam o lugar da Rússia na Europa; ao contrário, repetem diversas vezes que o lugar da Rússia é junto à Europa:

---

<sup>48</sup> Medvedev (MEDVEDEV, 2009) acredita que: "no matter who the President of Russia is and no matter who holds any other post, we are well aware that for us a united Europe is essential. We too are part of Europe, and relations with the EU are for us an important component of our international relations."

In his famous Pushkin speech, Fyodor Dostoevsky gave what I would call a political and philosophical definition of Russia's European mission: "Being a true Russian will ultimately mean bringing reconciliation to Europe's contradictions." The great writer sensed perfectly that Europe would never be itself in the world without Russia and, at the same time, that Russia would never cease its "longing for Europe". I strongly believe the full unity of our continent can never be achieved until Russia, as the largest European state, becomes an integral part of the European process. (PUTIN, 2007)

O problema do problema, deste modo é como essa suposta divisão é baseada na oposição entre uma falsa Europa – aquela ocidentalizada, liberal, multicultural, decadente – contra uma verdadeira Europa – em que a Rússia seria o Estado vanguardista, a Terceira Roma, na proteção da tradição cristã europeia – em que pese, é claro, a longa e demorada inclusão da Rússia na União Europeia.

Desta maneira o ocidente, e seu modo de vida se colocam como o signo que desloca, define e separa as fronteiras da comunidade e do corpo políticos. A partir disso, podemos observar como a escritura da segurança exerce sua estratégia de limitar e externalizar a diferença que está posta essencialmente pela definição do corpo político. É da transição, ao passar de um modo de desejo ao pânico e paranoia, que acaba por determinar fundamentalmente o que deve ser e como deve agir o russo e a russa patriotas. Sem apreciar de que modo a unidade estatal é alcançada através dessa diferença que se encerra na produção de uma Política Externa/política externa, perde-se a apreciação dos movimentos e mobilizações específicas que acontecem atualmente – e vem acontecendo desde os anos 2000 – na Rússia. Perde-se, também, a compreensão de como Vladimir Putin torna-se um símbolo de virilidade e potência, dentre os líderes mundiais. Não basta somente exercer a função de chefe de estado capaz de trazer o “progresso” econômico e social para a Rússia. Alcançar este posto requer estabelecer os nexos, no campo social, entre o carisma extraordinário do chefe de estado que caça, luta, nada, pilota e acima de tudo é desejado pelas mulheres, e o sujeito comum que inconscientemente estetiza seu lugar no mundo. Conforme Max Weber, é a convicção em sua figura que determina essa imaginação política, que não deixa de ser, em sua etimologia, a conformação de imagens. Com isso, compreendemos que a segurança passa da delimitação entre as ameaças externas e internas para a constituição da ordem social; por conseguinte, autoriza e cria sujeitos excluídos e incluídos nesse ordenamento.



Claramente, os estudos de gênero importam, porque dão conta da maneira em que a subjetividade e os valores atuam e participam na produção do conhecimento; mais que isso, a perspectiva positivista acredita numa neutralidade intrínseca à investigação e pesquisa. Não cremos nisso. Ao contrário, conforme copiosamente apresentada, a suposição da neutralidade do conhecimento mascara, invisibiliza e neutraliza as disputas pela produção da verdade baseada na técnica e na universalidade. Nesse sentido, nossa experiência pessoal é constitutiva daquilo que entendemos pela realidade que é reflexiva, portanto. As palavras, os gestos, as expressões, etc. são fenômenos que comunicam, ao mesmo tempo que coagem, limitam e hierarquizam as relações sociais entre o certo e o errado, o bem e o mal. Do mesmo modo, na disciplina das Relações Internacionais o modo de pensar foi organizado numa série de dicotomias que reproduzem uma visão limitada capaz de responder aos problemas gerados por si mesmas.

Para nós, isso se dá grandemente por uma política masculinista que prioriza uma hierarquia social centrada no “Muzhik”, o homem defensor das tradições russas. É com a agência conformada pelas masculinidades que, no entanto, podemos compreender de maneira mais profunda, as linhas tênues que conformam o espaço da modernidade entre o local e o internacional, entre o eu e o outro. A hipótese então se abre para duas consequências de um mesmo processo social: na medida em que consideramos a Política Externa como instrumento de reprodução e a política externa na produção das fronteiras que estabelecem a hierarquia e a exclusão da política, podemos associar a localização do ocidente como fonte de perigo com a produção de subjetividades pautadas na masculinidade hegemônica corporificada no presidente Vladimir Putin, que ao moldar e ser moldado constitui a hipermasculinidade capaz de enfrentar essa “ameaça” (ora militar, cultural ou simbólica) do ocidente, inscrita como um problema de segurança. O corpo político e comunidade política, deste modo, transitam na revelação de uma ordem social que deve ser mantida e assegurada; por isso as noções orgânicas e clínicas de contaminação, disseminação e impureza dão lugar à sustentação delas mesmas: fixa-se o cidadão patriótico como aquele que respeita a história do estado russo e pratica a tradição eslava em oposição ao liberalismo e respeito aos Direitos Humanos “ocidentais”. A outra face desta moeda é a radicalização contra as masculinidades e feminilidades subalternas, especialmente a homossexual, quando é visto um processo de legislação punindo e reprimindo o “ato público de ser

homossexual”, mas que também aparece sendo ligada à oposição ao partido de situação na Rússia, o Rússia Unida.

Por isso, foi importante reconhecer como, na modernidade, nação e estado são construídos e sexualizados, permitindo e coagindo determinados sujeitos a terem mais agência política do que outros. Toda a representação da nação enquanto mulher e do estado subjetificado no estadista, no soldado, enfim, no herói masculino, dá conta de hierarquizar, excluir e determinar aqueles que tem mais poder dentro dessa estrutura hierárquica. Não é coincidência que recupera-se toda uma memória voltada para a lealdade do cidadão ao estado: são inúmeros feriados, datas festivas e desfiles militares que compõem as práticas patrióticas na Rússia. A especificidade do caso, está exatamente na recuperação de símbolos e significados que antes pareceriam conflitantes e contraditórios, mas que, sob a égide da defesa do estatismo como “ideologia eslava” respondem à uma demanda de uma ordem social capaz de colocar num mesmo lado o czarismo e o soviétismo.

É na transposição desse corpo político ao corpo de Putin, que observamos a importância e a riqueza desses processos constitutivos das subjetividades de homens e mulheres: ele torna-se o “centro de gravidade” tanto para os defensores do regime, que o cultuam como símbolo de um bom homem russo, um muzhik, e para a oposição que, mesmo localizada no liberalismo, também busca numa “metrossexualidade” sinais de uma emasculação de sua representação. E como característica fundamental deste processo, essa produção de sujeitos está diretamente implicada em violências, simbólicas e físicas, que visam o controle e a coerção daqueles grupos estigmatizados e marginalizados. Acima de tudo, eles não têm vozes que possam lhe implicar agência política e competir com as narrativas oficiais e oficiosas de quem domina o campo social. Como resultado disso, temos diversas denúncias de violações de Direitos Humanos, conforme atestam extensamente os recentes relatórios da Human Rights Watch<sup>49</sup> e Anistia Internacional<sup>50</sup>.

Certamente, existem outras alteridades políticas de definição das subjetividades da segurança e estão claramente em constante disputa pela sua

---

<sup>49</sup> (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014) sobre os casos de extremismo e violências contra pessoas LGBT e (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013) sobre a criação do termo jurídico “agente estrangeiro” como aquele financiado por organizações internacionais que, potencialmente viriam a exercer alguma traição ou espionagem contra o estado russo.

<sup>50</sup> (AMNESTY INTERNATIONAL, 2015).

"securitização", tais como: imigração de chineses e outras nacionalidades para a Rússia oriental, o latente separatismo dos Cáucacos, entre outros, que reforçam a estigmatização e exclusão de outras comunidades étnicas que não necessariamente são jogadas para os grupos desviantes "ocidentalizados". No entanto, acreditamos na importância da Europa enquanto significante para essa produção das fronteiras na Rússia, e conseqüentemente, para a localização do ocidente como uma fonte de ameaça e perigo.

Portanto, com a abertura desse obstáculo epistemológico localizado nos estudos tradicionais sobre as transformações das relações de segurança entre a Rússia e o ocidente, para a compreensão da escritura dos sujeitos da segurança, calcados na divisão entre o externo e o interno, parte-se para a compreensão mais profunda das dinâmicas e hierarquias sociais e políticas que legitimam tal sistema de oposições. Antes de analisar os estados como entes constituídos de uma esfera ideacional, uma série de exclusões e inclusões participam os sujeitos da sua vida cotidiana e como eles constroem seus mundos, independentemente de uma relação mais próxima com o "internacional" ou daquilo que se supõe ser.

## 7. Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Amnesty InternationalL: Report 2014/2015**. Londres. 2015.

ANAND, D. Nationalism. In: SHEPHERD, L. **Gender Matters in International Politics: A feminist introduction to International Relations**. Londres: Routledge, 2010.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARIDICI, N., 2015. Disponível em: <<http://theconversation.com/how-vladimir-putin-has-changed-the-meaning-of-russian-24928>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

ASHWIN, S. **Gender, State and Society in Soviet and Post-Soviet Russia**. Londres: Routledge, 2000.

ASHWIN, S. A. B. E. Do Russian women want to work? In: BUCKLEY, M. **Post-Soviet Women: From the Baltic to Central Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 21–37.

BACHELARD, G. **The poetics of space**. Boston: Beacon Press, 1994.

BAER, B. **Other Russias: Homosexuality and the Crisis of Post-Soviet Identity**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

BALZAC, H. D. **O Coronel Chabert**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

BARTELSON, J. **The Critique of the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERDY, M. A. A Muzhik for All Seasons. **The Moscow Times**, Moscou, 10 dez. 2010.

BIGO, D.; BONDITTI, P.; OLSSON, C. Mapping the European Field of Security Professionals. In: BIGO, D., et al. **Europe's 21st century challenge: delivering liberty**. Burlington: Ashgate, 2010.

BLEIKER, R. **Popular Dissent, Human Agency and Global Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

- BLEIKER, R. **Aesthetics and World Politics**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRETON, D. L. **Antropología del cuerpo y modernidade**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.
- BRUDNY, Y. M. **Reinventing Russia: Russian Nationalism and Soviet State 1953-1991**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; DE WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- CONNELL, R. W. **Gender and Power: Society, Person and the Sexual Politics**. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- DE HAAS, M. **Russia's Foreign Security Policy in the 21st Century: Putin, Medvedev and beyond**. Abingdon: Routledge, 2010.
- DOBSON, M. **Khrushchev's Cold Summer: Gulag Returnees, Crime, and the Fate of Reform after Stalin**. Cornell: Cornell University Press, 2009.
- DOSTOIEVSKI, F. **Memórias do Subsolo**. São Paulo: Hedra, 2013.
- DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- DURKHEIM, É. **A Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EICHLER, M. Russia's Post-Communist Transformation: a gendered analysis of the chechen wars. **International Feminist Journal of Politics**, 4, Dezembro 2006. 486-511.
- EISENSTEIN, Z. Writing bodies on the nation for the globe. In: RANCHOD-NILSSON, S.; TÉTREAULT, M. A. **Women, states, and nationalism: at home in the nation?** Londres: Routledge, 2005.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. II, 1993.
- ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ENLOE, C. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of International Politics**. Los Angeles: University of California Press, 1989.

ENLOE, C. **Curious Feminist: searching for women in a new age of empire**. Berkeley: University of California Press, 2004.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, M. **Ethics: subjectivity and truth**. Nova York: The New Press, 1997.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOXALL, A. Photographing Vladimir Putin: Masculinity, Nationalism and Visuality in Russian Political Culture. **Geopolitics**, n. 18, 2013. 132–156.

GRAMSCI, A. **Cadernos de cárcere. Volume 3. Caderno 13**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HANSEN, L. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. In: SHEPHERD, L. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relation**. Abingdon: Routledge, 2010.

HASHAMOVA, Y. **Pride and Panic: Russian Imagination of the West in Post-Soviet Film**. Bristol: Intellect Books, 2007.

HEALEY, D. **Homosexual Desire in Revolutionary Russia: The Regulation of Sexual and Gender Dissent**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

HOOPER, C. **Manly States: Masculinities, International Relations and Gender Politics**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

HUGHES, L. Petrine Russia. In: GLEASON, A. **A Companion to Russian History**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Laws of Attrition: Crackdown on Russia's Civil Society after Putin's Return to the Presidency**. Human Rights Watch. [S.l.]. 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH. **License to Harm: Violence and Harassment against LGBT People and Activists in Russia**. Human Rights Watch. [S.l.]. 2014.

IUSHKOVA-BORISOVA, I. Russia and Its Population. **Russian Politics and Law**, 44, n. 6, 2006. 77-93.

KATZENSTEIN, P. **The Culture of National Security**. Nova York: Columbia University Press, 1996.

KIBLITSKAYA, M. 'Once we were kings': Male experiences of loss of status in work at post-communist Russia. In: ASHWIN, S. **Gender, State and Society in Soviet and Post-Soviet Russia**. Londres: Routledge, 2000.

KONDAKOV, A. The Silenced Citizens of Russia: Exclusion of Non-heterosexual Subjects From Rights-Based Citizenship. **Social & Legal Studies**, 23, n. 2, 2014. 151-174.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. **Critical security studies: concepts and cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

KUCHINS, A.; ZEVLEV, I. Russian Foreign Policy: Continuity in Change. **The Washington Quarterly**, 35, n. 1, 2012. 147-161.

KUHN, P. **Sacred Violence: torture, terror and sovereignty**. Michigan: University of Michigan Press, 2008.

KUKHTERIN, S. Fathers and patriarchs in communist and post-communist Russia. In: ASHWIN, S. **Gender, State and Society in Soviet and Post-Soviet Russia**. Londres: Routledge, 2000.

LARUELLE, M. **Russian Eurasianism: an ideology of empire**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2008.

LARUELLE, M. **In the name of the nation: nationalism and politics in contemporary Russia**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

LEBOW, R. N. **The Politics and Ethics of Identity: In Search of Ourselves**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LEVGOLD, R. **Russian Foreign Policy in the Twenty-first Century and the Shadow of the Past**. Nova York: Columbia University Press, 2007.

LOKSHIN, M.; YEMTSOV, R. **Household Strategies for Coping with Poverty and Social Exclusion in Post-crisis Russia**. World Bank. Washington. 2001.

MAKARYCHEV, A. S. In Quest of Political Subjectivity: Russia's "Normative Offensive" and the Triple Politicisation of Norms. **What Prospects for Normative Foreign Policy in a Multipolar World?**, Genebra, 2008. 12-17.

MAKARYCHEV, A. S. In Quest of Political Subjectivity: Russia's 'Normative Offensive' and the Triple Politicisation of norms. In: MICHAEL, E. **Readings in European Security**. [S.l.]: [s.n.], v. 5, 2009.

MALINOVA, O. Obsession with status and resentment: Historical backgrounds of the Russian discursive identity construction. **Communist and Post-Communist Studies**, 47, n. 3-4, 2014. 291-303.

MANKOFF, J. **Russian foreign policy: the return of great power politics**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

MARUSKA, J. When are states hypermasculine? In: SJOBERG, L. **Gender and International Security**. Londres: Routledge, 2009.

MCLAREN, M. A. **Feminism, Foucault and embodied subjectivity**. Albany: State University of New York Press, 2002.

MEDVEDEV, D. News Conference following EU-Russia Summit, 2009. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/transcripts/10451>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MESHCHERKINA, E. New Russian men: masculinity regained? In: ASHWIN, S. **Gender, State and Society in Soviet and Post-Soviet Russia**. Londres: Routledge, 2000.

MOORE, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Cosmos, 1975.

MOROZOV, V. Resisting Entropy, Discarding Human Rights: Romantic Realism and Securitization of Identity in Russia. **Cooperation and Conflict**, 37, 2002. 409-429.

MOROZOV, V. **Inside/Outside: Europe and the Boundaries of Russian Political Community**. Universidade Estatal de São Petersburgo. São Petersburgo. 2004.

MOSS, W. G. **A History of Russia Volume 1: To 1917**. Londres: Anthem Press, 2005.

MOURA, T. **Novíssimas Guerras: espaço, identidades e espirais de violência armada**. Coimbra: Almedina, 2010.

NEOCLEOUS, M. **The fabrication of social order: a critical theory of police power**. Londres: Pluto Press, 2000.

NEOCLEOUS, M. **Imagining the State**. Berkshire: Open University Press, 2003.

NEOCLEOUS, M. **Critique of Security**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2009.

NEUMANN, I. **Russia and the Idea of Europe: a study of identity and international relations**. Londres: Routledge, 1996.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**. Curitiba: Hemus, 2001.

NIKITINA, Y. N. Russia and the Baltic states: problematizing the Soviet legacy discourse. **Nationalities Papers: The Journal of Nationalism and Ethnicity**, 42, n. 1, 2014. 1-7.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NOWAKOWSKI, A. **Rewriting the future: the construction of masculine subjectivity within articulations of Russia's post-soviet national idea**. Denver: Tese de Doutorado: Josef Korbel School of International Studies, 2012.

OLSON, L. **Performing Russia: Folk Revival and Russian Identity**. Londres: Routledge, 2004.



ONKEN, E.-C. The Baltic States and Moscow's 9 May Commemoration: Analysing Memory Politics in Europe. **Europe-Asia Studies**, 59, n. 1, 2007. 23-46.

ONU. **1999 World Survey on the Role of Women in Development: Globalization, Gender and Work**. ONU. Nova York. 1999.

PETERSON, V. S. Sexing political identities/nationalism as heterosexism. In: RANCHOD-NILSSON, S.; TÉTREAULT, M. A. **Women, States, and Nationalism: at home in the nation?** Londres: Routledge, 2005.

POOLE, R. Patriotism and Nationalism. In: PRIMORATZ, I.; PAVKOVIC, A. **Patriotism: Philosophical and Political Perspectives**. Hampshire: Ashgate, 2007.

PROZOROV, S. **Understanding Conflict between Russia and the EU: the limits of integration**. Nova York: Palgrave Macmillian, 2006.

PUTIN, V. Russia at the turn of the millenium, 1999. Disponível em: <<http://pages.uoregon.edu/kimball/Putin.htm#lessons%20for%20RUS>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

PUTIN, V. Speech at the Enlarged Government Meeting with the Government and Heads of the Regions, Setembro 13 2004. Disponível em: <[http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2004/09/13/0000\\_type82912type82913\\_76667.shtml](http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2004/09/13/0000_type82912type82913_76667.shtml)>. Acesso em: 11 jan. 2015.

PUTIN, V. Interview to CBS anchor Mike Wallace, 2005. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/transcripts/7882>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PUTIN, V. Address at the Seventh Conference of European Prosecutors-General, 2006. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/transcripts/8297>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

PUTIN, V. 50 Years of the European Integration and Russia, 2007. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/transcripts/8531>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

PUTIN, V. Annual Address to the Federal Assembly, 2007. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/transcripts/8595>>. Acesso em: 20 out. 2014.

PUTIN, V. Meeting of the Valdai International Discussion Club, 2013. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/news/6007>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PUTIN, V. Meeting of the Valdai International Discussion Club, 2013. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/news/6007>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

RACIOPPI, L.; O'SULLIVAN SEE, K. Engendering nation and national identity. In: RANCHOD-NILSSON, S.; TÉTREAULT, M. A. **Women, states, and nationalism: at home in the nation?** Londres: Routledge, 2005.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANEHOLD-NILSSON, S.; TÉTREAULT, M. A. Gender and nationalism: moving beyond fragmented. In: RANEHOLD-NILSSON, S.; TÉTREAULT, M. A.

**Women, States, and Nationalism:** At home in the Nation. Londres : Routledge, 2005.

RIABOV, O.; RIABOVA, T. The Remasculinization of Russia? **Problems of Post-Communism**, 61, n. 2, mar-abr 2014. 23-35.

ROTKIRCH, A.; TEMKINA, A.; ZDRAVOMYSLOVA, E. Comments on Vladimir Putin's Demographic Speech. **European Journal of Women's Studies**, 14, n. 4, 2007. 349–357.

RYKHTIK, M. **The Geopolitics of Resurgent Russia: How Medvedev's Russia Sees the World**. Nizhny Novgorod State University. [S.l.], p. 1-5. 2009.

SAKWA, R. **Putin: Russia's Choice**. Londres: Routledge, 2008.

SAKWA, R. **Russian Politics and Society**. Abingdon: Routledge, 2008.

SALMENNIEMI, S. Civic Activity – Feminine Activity? Gender, Civil Society and Citizenship in Post-Soviet Russia. **Sociology**, 39, n. 4, 2005. 735-753.

SALMENNIEMI, S. **Democratization and Gender in Contemporary Russia**. Londres: Routledge, 2008.

SANTOS, R. Perspectivas feministas e pensamento sobre e Para a paz: (re)conhecer as violências e Resgatar as pazes. **Oficina do CES**, Coimbra, fev 2011.

SCHMITT, C. **Teología Política**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

SERVICE, R. **A history of Modern Russia: from Nicholas II to Vladimir Putin**. Londres: Penguin Press, 2003.

SHAPIRO, M. **Violent Cartographies: mapping cultures of war**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

SHIPLER, D. **Rússia na Intimidade**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983.

SHLAPENTOKH, V. Perceptions of foreign threats to the regime: from Lenin to Putin. **Communist and Post-Communist Studies**, 42, 2009. 305-324.

SKOCPOL, T. **States and social revolution: a comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SNETKOV, A. When the Internal and External Collide: A Social Constructivist Reading of Russian Security Policy. **Europe-Asia Studies**, 64, n. 3, 2012. 521-542.

SPERLING, V. **Sex, politics and Putin**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

STAVRIANAKIS, A.; JAN, S. Militarism and IR in the 21st century. In: STAVRIANAKIS, A.; JAN, S. **Militarism and International Relations: Political Economy, Security and Theory**. Londres: Routledge, 2013.

STEELE, B. **Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State**. Abingdon: Routledge, 2008.

STORCH, L. The Pussy Riot Case: Anti-Westernism in the Paradigm of the Beilis Trial. **Russian Politics and Law**, 51, n. 6, Novembro-Dezembro 2013. 8-44.

SZAMUELY, T. **The Russian Tradition**. Londres: Fontana Press, 1974.

TARTAKOVSKAYA, I. The press and representation of gender roles. In: ASHWIN, S. **Gender, state and society in Soviet and post-Soviet Russia**/. Londres: Routledge, 2000.

TEMKINA, A.; ZDRAVOMYSLOVA, E. Gender studies in post-soviet society: western frames and cultural differences. **Studies in East European Thought**, n. 55, 2003. 51-61.

TICKNER, A. Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: a Feminist Reformulation. **Millenium: Journal of International Studies**, 17, n. 3, 1988.

TICKNER, J. A. **Gender in International Relations: feminist perspectives on achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. A. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

TOWNLEY, C. Patriotism: Problems at home. In: PRIMORATZ, I.; PAVKOVIC, A. **Patriotism: Philosophical and Political perspectives**. Nova York: Ashgate, 2007.

TSYGANKOV, A. **Russia's foreign policy: change and continuity in national identity**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

TSYGANKOV, A. P. The Russia-NATO mistrust: Ethnophobia and the double expansion to contain "the Russian Bear". **Communist and Post-Communist Studies**, 2013. 179-188.

VIROLI, M. **For love of country: an essay on patriotism and nationalism**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

VIROLI, M. **For love of country: an essay on Patriotism and Nationalism**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

WADLEY, J. Performativity and protection in International Security. In: SJOBERG, L. **Gender and International Security**. Londres: Routledge, 2009.

WALICKI, A. **The History of Russian Thought**. Stanford: Stanford University Press, 1979.

WALKER, R. The subject of Security. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

WALKER, R. **After the Globe, Before the World**. Londres: Routledge, 2010.

WEAVER, J. C. B. **Out of Sight, Out of Mind: Keeping Russia Closeted: A Biopolitical Analysis of non-normative sexualities in Russia**. Tampere: Dissertação de Mestrado defendida na University of Tampere, 2013.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 2, 1999.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004.

WENDT, A. **The Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILCOX, L. **Bodies of Violence**: Theorizing Embodied Subjects in International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2015.

WOOD, E. A. Performing Memory: Vladimir Putin and the Celebration of WWII in Russia. **The Soviet and Post-Soviet Review**, 2011. 172-200.

ZDRAVOMYSLOVA, E.; TEMKINA, A. The Crisis of Masculinity in Late Soviet Discourse. **Russian Social Science Review**, jan-fev 2013. 40-61.